

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

**O GRUPO GLOBO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DE NOVO TIPO:
atuação da Fundação Roberto Marinho na difusão da pedagogia da hegemonia (1977-
2000)**

AMANDA RODRIGUES

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O GRUPO GLOBO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DE NOVO TIPO:
ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO NA DIFUSÃO DA
PEDAGOGIA DA HEGEMONIA (1977-2000)**

AMANDA RODRIGUES

Sob a orientação do professor

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2020

R696g Rodrigues, Amanda, 1985-
O Grupo Globo e a formação do trabalhador de novo
tipo: atuação da Fundação Roberto Marinho na Difusão da
Pedagogia da Hegemonia (1977-2000) / Amanda
Rodrigues. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2020.
173 f.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2020.

1. Educação. 2. Neoliberalismo. 3. Fundação Roberto
Marinho. 4. Telecurso. 5. Trabalho. I. Lamosa,
Rodrigo de Azevedo Cruz, 1981-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

28/12/2020

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=672152



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



**TERMO Nº 534 / 2020 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
Nº do Protocolo: 23083.068237/2020-72**

Seropédica-RJ, 15 de dezembro de 2020.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

AMANDA RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós- Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/12/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa (Orientador/Presidente da Banca)

Inny Bello Accioly. Dra. UFF (Examinadora Externa à Instituição)

Jaqueline Pereira Ventura. Dra. UFF (Examinadora Externa à Instituição)

Regis Eduardo Coelho A. da Costa. Dr. UFF (Examinador Externo à Instituição)

(Assinado digitalmente em 15/12/2020 18:25)

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)

Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 15/12/2020 19:01)

INNY BELLO ACCIOLY
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 113.950.697- 86

(Assinado digitalmente em 15/12/2020 18:27)

REGIS EDUARDO COELHO ARGUELLES DA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 028.936.127-33

(Assinado digitalmente em 15/12/2020 18:25)

JAQUELINE PEREIRA VENTURA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 032.298.927-20

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
[https:// sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp](https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp) informando seu
número: **534**, ano: **2020**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **15/12/2020** e
o código de verificação: **6db7d57614**

https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=672152

**Ao Joaquim,
Que me forjou alguém melhor pelo amor e pela dor**

AGRADECIMENTOS

Tentando não incorrer no pecado da injustiça com todos aqueles que estiveram ao meu lado na pavimentação dessa estrada cheia de altos e baixos, sem, contudo, cair nos clichés, elenco aqueles que minha já cansada mente consegue pintar à primeira imagem:

À substância infinita, primeiro motor imóvel que a tudo atrai pela força do amor, às vezes gênio maligno, às vezes ideia da razão, agradeço pela noção de totalidade coerente, por possibilitar acreditar que a vida ruma a um sentido, ainda que não revelado. Que no fim, tudo dará certo.

Ao meu amado filho Joaquim, companheiro de todas as horas, que desde o ventre viveu esse mestrado. Obrigada por estimular em mim as melhores intenções, mesmo nos dias em que me enlouquece com as peraltices típicas de um pequeno ser humano saudável e em pleno desenvolvimento das suas capacidades físicas, emocionais e cognitivas.

À minha mãe que garantiu as condições de possibilidade de produção desse trabalho. À mulher que despertou dos anos de opressão, a minha saudação. É admirável ver como a potência de transformação feminina não tem idade. Obrigada por me ensinar a cada dia que o amor é mais uma construção cotidiana do que verborragia.

À Marília e Brunna, família que me escolheu para amar. Obrigada pelos conselhos sinceros, pelo ombro amigo, pelo teto em dias de obra. Obrigada por me mostrar que nós mulheres podemos ser solidárias umas com as outras, acolher nossos amores e dores, sermos companheiras de trincheiras e de churrascos. Tenho certeza de que nossos filhos nos entenderão a todas como a grande família que somos.

Ao meu orientador Rodrigo Lamosa, pelo acolhimento, pela generosidade e por não permitir que potências intelectuais femininas se percam no limbo que a maternidade por vezes nos joga.

Aos camaradas do LIEPE que de tantas maneiras me sustentaram. Em especial ao Maurício Lapa que me trouxe ao grupo pelo braço, à Renata Spadetti, por ser essa mulher acolhedora, generosa e potente. Ao Ramon Magalhães, camarada que desde sempre me cativou os melhores sentimentos. Obrigada pelas importantes conversas sobre as nossas pesquisas e sobre os nossos meninos. E de forma especialmente carinhosa, à querida Luíza Colombo que se tornou uma espécie de porto seguro acadêmico (e de vida, por que não?); aquela que nas

prosas das viagens de ida e volta me encorajou a não desistir, que viabilizou as mil e uma viagens com a barriga a tiracolo.

Às mulheres negras que pavimentaram caminhos acadêmicos antes dos meus, que experimentaram as dores de desafiar o lugar que o racismo destina aos nossos corpos e mentes, por serem as referências nas quais ainda preciso mergulhar cada dia mais.

Ao SEPE, sindicato de luta que me forma cotidianamente uma trabalhadora da educação consciente do seu papel na sociedade.

À Universidade Pública brasileira, por ser esse instrumento fundamental de produção de conhecimento em um país ainda tão desigual. Tudo o que eu sou hoje, devo a você. Meu compromisso de vida é lutar para te proteger, para te ampliar, para te tornar cada vez mais acessível à classe trabalhadora.

RESUMO

RODRIGUES, Amanda. **O Grupo Globo e a formação do trabalhador de novo tipo: atuação da Fundação Roberto Marinho na difusão da Pedagogia da Hegemonia (1977-2000)**. 2020. 173p. Dissertação. (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.

O presente trabalho teve como tarefa caracterizar as três primeiras décadas de atuação da Fundação Roberto Marinho, destacando as redes de atuação estabelecida na sociedade civil e política, bem como as estratégias pedagógicas para a implementação de uma agenda da burguesia para a educação da classe trabalhadora atendendo as demandas de formação para o trabalho simples em cada etapa histórica abordada. Entendendo que a história da Fundação se confunde com a do Grupo Globo, compreendemos que a caracterização e atuação da primeira passa necessariamente pela descrição das redes de interesses do segundo, e, portanto, trabalhamos na identificação da atuação organizada do Grupo enquanto um partido segundo a análise do pensador Antonio Gramsci. Empreendemos a tarefa de apresentar a Metodologia Telessala como uma atualização da pedagogia política implementada pela Fundação Roberto Marinho em tempos de reconfiguração do bloco histórico em decorrência dos agravamentos da crise estrutural do capitalismo a partir da década de 1970. Destacamos a relevância das orientações trazidas pela Conferência de Jomtien em 1990 e a incorporação dessas orientações no Brasil no plano Educação para Todos. Assim, as políticas públicas para educação nos anos 1990 manifestaram todos os interesses do empresariado organizado na Reforma do Estado que, na educação, se apresentou com a incorporação da lógica do capital humano e da qualidade total na dinâmica escolar, tornando-a uma espécie de empresa que deve prestar contas à sociedade civil. Essa dissertação teve como objetivo geral compreender a pedagogia política da Fundação Roberto Marinho para a formação do trabalhador de novo tipo, entendendo-a como o principal Aparelho de Hegemonia do Grupo Globo para a implementação de sua agenda para a formação para o trabalho simples. Como procedimentos metodológicos, partimos do levantamento bibliográfico a partir de fontes primárias e secundárias sobre a atuação da Fundação que incluíram documentos próprios disponibilizados nas plataformas digitais, bem como de fontes secundárias – dissertações e teses afins, artigos, livros sobre a temática etc. Toda análise é feita sob a ótica do materialismo histórico-dialético que compreende os movimentos da história como expressão mais imediata da luta de classes, estimulando o aprofundamento da lente sobre os aspectos categóricos essenciais das manifestações fenomênicas do objeto em análise. Outro aporte teórico importante é a chave teórico-metodológica do estado Ampliado de Gramsci que permitiu a análise da Sociedade Civil como um dos momentos superestruturais do Estado, em uma lógica de balanço entre consenso e coerção. Chegamos à conclusão de que a Fundação executa a tarefa de atualização da pedagogia política do Grupo Globo que, milita na ampliação do consenso em torno das propostas grande burguesia representada pelo Todos Pela Educação. Além disso, a Fundação contribui na difusão de materiais e métodos que avançam sobre o cotidiano da escola pública, tornando-a um veículo de difusão da pedagogia das competências e formação para o trabalho simples.

Palavras-chave: Fundação Roberto Marinho; tele-educação; Metodologia Telessala; neoliberalismo

ABSTRACT

RODRIGUES, Amanda. **The Grupo Globo and the new type workers education: the performance of Roberto Marinho Foundation in diffusion of Hegemony Pedagogy (1977-2000).**. 2020. 173 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.

The present work had as task to describe the three firsts decades of Roberto Marinho Foundation, highlighting the networks established between civil and political Society, as well as the teaching strategies to implementing an borgeoise's agenda for worker's class education to meet the demands to simple work in each historic moment. Understanding Foundation's history is linked to Grupo Globo, we realized first one's characterization and performance depends on description of second's networks and interests, therefore we worked to identify the Grupo Globo's organized practice as a party, according to Antonio Gramsci. We worked on presenting Metodologia Telessala as a upgrade on political teaching executed by Roberto Marinho Foundation in changeover times due to crises worsening since 1970. The relevance of Jomtien Conference's recommendations is emphacised and, mainly its integration in brazilian oficial educational plan Educação Para Todos. So, public policies for education in nineties expressed all business communities interests organized at Reform of the State that, in educational field, presented itself incorporating the logic of human capital and total quality in schooling dynamics, making of her some kind of entreprise that shoud account for their actions. The presente dissertation had a general objective to understand the Roberto Marinho Foundation's political teaching to simple work, taking it as the main Grupo Globo's Hegemony instrument to implemente his agenda. The methodology envolved a bibliographic search on primary (Statute, reports, promotional materials) and secondary (dissertations and thesis related and books) sources. The analyse is made using Marx's historical materialism, understanding history's movement as expression of class struggle and encouraging the development of studies about categorial aspects as things essential expressions. Another importante methodological source is Gramsci's Expanded State theory which allowed to analyse Civil Society as a State's superstructural moment in a non stable balance between agreement and coercion. As result, we concluded that Roberto Marinho Foundation acts updating Grupo Globo's political teaching which, for tour turn acts in the expansion of the agreement concerning proposals that come from the big borgeoise in Brazil, organized by Todos Pela Educação. Furthermore, Roberto Marinho Foundation contributes diffunding materials and methods that move on public school's daily routine, converting the school into dissemination vehicles for the dissemination of Competences Pedagogy and education for simple work.

Key-words: Roberto Marinho Foundation; teleeducation; Metodologia Telessala; neoliberalism

TABELA DE SIGLAS

ABERT	– Associação Brasileira de Empresas de Radiodifusão
APH	- Aparelho Privado de Hegemonia
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
BM	– Banco Mundial
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONAFOR	- Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional
CNBB	– Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	– Confederação Nacional da Indústria
CNTE	– Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTEL	– Conselho Nacional de Telecomunicações
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IHL	– Instituto Hebert Levy
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
FAT	– Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIESP	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FRM	– Fundação Roberto Marinho
FPA	– Fundação Padre Anchieta
IBAD	– Instituto Brasileiro de Ação Democrática
JN	– Jornal Nacional
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIEPE	– Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONU	– Organização das Nações Unidas
PLANFOR	– Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNE	– Plano Nacional de Educação
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNB	– Universidade de Brasília

ANEXOS

ANEXO 1 - Principais disposições do Contrato Principal	147
ANEXO 2 – Contrato de Assistência Técnica	152
ANEXO 3 – Editorial d'O Globo de 1984	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO CENTRAL E PERIFÉRICO: APOGEU, CRISE ESTRUTURAL E CONTRARREFORMA NEOLIBERAL	17
1.1 O desenvolvimento do capitalismo dos países centrais	18
1.2 O capitalismo periférico e a formação da burguesia no Brasil: uma análise teórica a partir da sociologia brasileira.....	28
1.3 Crise estrutural, recomposição burguesa e desdobramentos na realidade brasileira	40
CAPÍTULO 2 - O GRUPO GLOBO E ATUAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL	44
2.1 As mídias comunicativas no Brasil e o surgimento do Grupo Globo: é possível entendê-lo como um partido segundo a concepção de Antônio Gramsci?	44
2.2 A Fundação da Rede Globo de Televisão e o governo dos militares	54
2.3 O fim do regime empresarial-militar e o retorno à ordem democrática burguesa	62
CAPÍTULO 3 - A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E A DEFESA DA PEDAGOGIA POLÍTICA DO GRUPO GLOBO	69
3.1 A nova pedagogia da hegemonia e a formação do trabalhador de novo tipo no Brasil	71
3.1.1 <i>O papel da Escola na Nova Pedagogia da Hegemonia</i>	<i>72</i>
3.1.2 <i>As diretrizes internacionais para a construção da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil</i>	<i>78</i>
3.1.3 <i>A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 como braço da reforma gerencial do Estado no campo da educação</i>	<i>79</i>
3.1.4 <i>O empresariado descobre a educação: as políticas de responsabilidade empresarial e a disputa pelos currículos por competências</i>	<i>82</i>
3.1.5 <i>O currículo por competências como currículo da Nova Pedagogia da Hegemonia e os aspectos legais e empresariais da implementação da certificação por competências</i>	<i>88</i>
3.2 A Fundação Roberto Marinho: contextos de origem e atuação no Estado Ampliado	95
3.2.1 <i>A regulamentação das fundações no Brasil e o surgimento da Fundação Roberto Marinho</i>	<i>95</i>
3.2.2 <i>A Fundação Roberto Marinho nas décadas de 1970 e 1980: sedimentação da hegemonia do governo autoritário</i>	<i>101</i>
3.3 A Fundação Roberto Marinho na década de 1990: virada neoliberal e associação com o empresariado	109
CAPÍTULO 4 - A METODOLOGIA TELESSALA E O CANAL FUTURA: AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA	117
4.1 A metodologia Telessala: conteúdo e prática de uma pedagogia da hegemonia	117
4.2 Canal Futura: experiência pioneira na TV educativa privada no Brasil	130

CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

À medida que o sistema capitalista de produção se desenvolveu e alcançou o apogeu, uma crescente preocupação com a formação da classe trabalhadora para o mundo do trabalho foi tomando forma, caracterizando o século XX como aquele em que a escola pública, laica e universal se torna um direito amplamente difundido. Ao Estado foi delegada a tarefa de implementação de políticas públicas que atendessem às necessidades de suprimento de mão de obra qualificada e formação do exército de reserva capaz de acompanhar as evoluções da esfera produtiva sem que, contudo, os agentes da sociedade civil estivessem completamente ausentes da tarefa educativa do conjunto da sociedade.

Em um país de capitalismo periférico como o Brasil, é compreensível que a tarefa dos agentes públicos em fornecer formação escolar à classe trabalhadora esbarre em dificuldades que remetam às próprias origens da formação dos estratos dominantes locais, tendo em vista a grande concentração de renda e capital. Os serviços públicos que deveriam ser disponibilizados para a formação acadêmica e intelectual classe trabalhadora seguiam a tendência de serem de acesso à indivíduos privilegiados. Tampouco o processo de industrialização foi capaz de revolucionar esse quadro de desigualdade de acesso à escolarização, ainda que se leve em conta a necessidade do desenvolvimento do capitalismo desse momento histórico de buscar suprir a necessidade de mão de obra qualificada.

Ainda assim, é certo que o processo de industrialização brasileiro que ocorreu ao longo do século XX formou um incipiente estrato médio com relativa capacidade de consumo e pressionou a demanda por produtos industrializados. Por outro lado, até a metade do século XX era o Estado o centralizador de fatia importante da atividade industrial autóctone – haja vista as indústrias de base criadas desde o governo Vargas – fazendo-nos entender que a formação de mão de obra especializada não era uma questão de primeira hora para o capital privado, principalmente o urbano que se desenvolve firmemente apoiado no setor de serviços. A indústria de bens de capital também não era desenvolvida no país e todo maquinário necessário para a plena instalação de um parque industrial brasileiro vinha das indústrias dos países centrais.

O quadro começa a mudar um pouco a partir dos anos de governo de Juscelino Kubitschek, com o aprofundamento da ideia de modernização industrial a partir do seu plano de metas, que acabou por ser ainda mais radical programaticamente nos anos dos governos autoritários do regime empresarial-militar. Esse momento da história brasileira foi marcado por

um acelerado desenvolvimento industrial, principalmente nos setores automobilístico, energia e infraestrutura, ainda que a implementação desse projeto tenha feito a dívida pública aumentar exponencialmente e aprofundado a dependência do Brasil ao capital estrangeiro.

Esse momento que foi representado pela maior atuação do capital privado no processo de industrialização fez com que a própria sociedade civil no Brasil se tornasse mais complexa. Porém, a burguesia urbana que surgiu aqui como resultado dessa complexificação e se tornou classe dominante não exerceu exatamente a mesma tarefa que a burguesia dos países de capitalismo central, tampouco pode ser compreendida como um bloco coeso e homogêneo. As mais diversas frações dessa classe no Brasil passam a disputar, a partir de seus projetos individuais de desenvolvimento, a maior fatia possível do fundo público e, conseqüentemente, incrementam as estratégias de disputa de hegemonia. É nesse contexto que Roberto Marinho, um já bem-sucedido empresário do ramo das comunicações, cria a Fundação Roberto Marinho em 1977, visando atingir um importante estrato da população economicamente ativa: os jovens e adultos em situação de atraso escolar.

Para além do aspecto fenomênico, é necessário mergulhar em níveis mais profundos dessa importante instituição para que se possa extrair da sua própria atividade os elementos que constituem as reais motivações da sua ação. Assim, atuando como uma instituição a serviço do mais importante empresário das comunicações no Brasil, quais foram as tarefas prioritárias da Fundação Roberto Marinho considerando que o público-alvo a ser atingido é o de jovens e adultos em situação de atraso de escolaridade? Além disso, é da mesma maneira fundamental desvendar os mecanismos próprios da atuação desse Aparelho de Hegemonia no interior do Estado Ampliado, suas redes de atuação e proposição de suas metodologias como políticas públicas.

O website da Fundação aponta que sua missão é “Mobilizar pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes e parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira” (FRM, 2018). Desse ponto de vista, compreendemos que existe uma disputa pela influência no estabelecimento de políticas públicas no campo da educação, reforçando o interesse do grupo Globo na pauta. Cabe colocar-se o porquê, uma vez que a ligação entre atores privados de segmentos da sociedade civil e o Estado nem sempre se dá de forma explícita, mas nos bastidores, a partir de acordos e contratos que fogem da transparência.

A Fundação Roberto Marinho surgiu em 1977, em meio a um dos períodos mais sombrios do regime empresarial-militar. Em 1978, ela lançou o Telecurso com o propósito de “garantir o direito à educação de qualidade para todos, sem deixar ninguém para trás” (ibid, 2018), deixando implícito o direcionamento da nova metodologia ao público com defasagem idade-série e com baixa escolaridade. Na década de 1990, estabeleceu parceria com a FIESP (e com o Sistema S) e criou o Telecurso 2000 e já nos anos 2000 propriamente dito, repaginou aquele que é considerado seu carro-chefe e lança o Novo Telecurso, o qual é adotado por inúmeras redes públicas de educação pelo país e se tornou política pública de maneira oficial, inclusive no Rio de Janeiro até o ano de 2016¹ - com os nomes-fantasia “Autonomia” para o público atendido pela Rede Estadual e “Autonomia Carioca” para o público atendido pela Rede Municipal.

A crise da década de 1970, dentre outros impactos, redefiniu o mundo do trabalho em escala mundial como uma resposta a queda das taxas de lucro em uma crise não mais cíclica, mas estrutural (Mészáros, 2011). Como consequência, cabe-nos fazer a associação entre o projeto educativo da FRM, contemporâneo aos primeiros efeitos deletérios da crise no mundo do trabalho, e as novas necessidades de mão-de-obra do capital, atentando para as características requeridas desse trabalhador. É importante também compreender como os organismos internacionais se mobilizaram no sentido de determinar as diretrizes conceituais, éticas, estéticas e comportamentais e com quais objetivos.

Se a década de 1970 foi uma década de crise econômica, a de 1980 foi um verdadeiro fracasso na tarefa da recomposição dos lucros da classe dominante no mundo a partir dos elementos do neoliberalismo que, por sua vez, não reverteu a pressão sobre os salários e as conquistas sociais históricas em lucro imediato. Contudo, a política econômica implantada pelos governos de Thatcher e Reagan nos dois principais centros do capitalismo global (Reino Unido e Estados Unidos respectivamente) resultaram na expansão da política de arrocho sobre a classe trabalhadora e iniciaram os mais duros golpes sobre ela em escala mundial, pois representaram um verdadeiro desmonte dos direitos trabalhistas arduamente adquiridos em mais de um século de luta de classes organizada. Essa prática de socialização das perdas dos capitalistas ainda hoje é o principal recurso de superação de crises do capital, ainda que seja

¹ A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro encerrou o contrato com a FRM no ano de 2016 após o agravamento da crise econômica no país e prisão do ex governador Sérgio Cabral. Contudo, pouco depois de deixar o comando da Secretaria de Educação, o ex-secretário Wilson Risolia assumiu o cargo de Secretário-Geral da FRM. Já a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro suspende a atuação da FRM nas escolas públicas principalmente por questões políticas decorrentes do pleito de 2016 – eleição ganha pelo desafeto Marcelo Crivella, apadrinhado pelo dono da Rede Record, o Bispo Edir Macedo, concorrente imediato do Grupo Globo.

empiricamente sabido que, além de incidir sobre a degradação da vida da classe trabalhadora não recompõe a dinâmica de reprodução do capital nos mesmos patamares pré crise; ao contrário, diminui o poder de consumo da sociedade como um todo e impacta toda a cadeia de produção e circulação de mercadorias.

A lógica neoliberal dos anos 1970 ditou as regras da economia em escala mundial a partir da década de 1980 com o Consenso de Washington. Não apenas os sindicatos e trabalhadores foram atacados frontalmente, mas também os serviços sociais que atendem a população de forma geral, como a saúde e educação. Além disso, implementou-se uma radical política de privatizações de estatais que serviram de modelo para diversos países. Assim, tomava forma a política do que se passou a chamar Estado Mínimo², que tem no tripé desregulamentação econômica, flexibilização das relações de trabalho e privatizações das estatais, seus pontos nevrálgicos.

Imposta a era do mercado, leva-se até as últimas consequências a ideologia da concorrência individual empreendedora, uma vez que o capitalismo parecia ser algo inevitável, principalmente porque a sua principal força antagônica desmoronara: o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim foram os eventos que, no imaginário das pessoas de uma forma geral, provocaram a sensação de que a história da luta de classes tinha chegado a um termo e o capitalismo havia vencido a luta de classes. Entretanto, ainda que na esfera estrutural o neoliberalismo ditasse a política econômica a ser implementada nos países, sejam eles centrais ou não, sem a categoria trabalho produtivo é impossível gerar valor e, portanto, lucro. E para garantir a estabilidade do sistema e a docilidade da força de trabalho, foi preciso mobilizar os intelectuais nos mais diversos institutos da classe dominante para que a investida se desse também no campo ideológico e, no que nos concerne nessa dissertação, na educação.

Ficou patente que o neoliberalismo nos seus moldes mais primordiais não foi capaz de promover a recuperação econômica com a recomposição esperada das taxas de lucro, porém nunca fez parte dos planos da classe dominante reestabelecer o equilíbrio de forças com classe trabalhadora. Dessa forma, apresentar o projeto neoliberal com uma roupagem mais palatável, como uma Terceira Via, foi o caminho mais viável para seguir explorando o trabalho sem

² Para Dardot e Laval no livro “A Nova Razão do Mundo” o neoliberalismo, ao contrário do que enuncia, não prega uma política radical de “Estado Mínimo”; na realidade o que está em jogo é a constituição artificial de condições de igualdade da livre-concorrência, cabendo ao agente Estatal garantir que as regras do livre mercado sejam as verdadeiras condutoras da vida nos modelos de sociedade capitalistas burgueses do pós década de 1970. O Estado é mínimo para as garantias sociais e máximo aos interesses da reprodução do capital (Dardot & Laval, 2016, p.69-70)

expansão de direitos, cabendo à escola pública a função de formar um trabalhador de novo tipo, aquele que é adequado às novas exigências do capital globalizado, conforme explica-nos Neves (2005, p.32):

O fim da Guerra Fria, a crise estrutural de acumulação capitalista e o nível de racionalização alcançado pelo modo de produção social capitalista nas décadas finais do século XX, consubstanciado na mundialização da produção, na difusão do paradigma da acumulação flexível de organização produtiva, assim como na introdução e na difusão aceleradas da microeletrônica e da informática na organização do trabalho e no cotidiano dos cidadãos, determinaram a produção de um novo tipo humano, de um novo homem coletivo, conforme os novos requerimentos da reprodução das relações sociais vigentes.

Assim contextualizado o cenário das décadas de 1980 e 1990, é possível estabelecer uma conexão mais segura entre as estratégias de superação das crises capitalistas e a investida sobre a educação pública. Um grande marco dessa conexão foi a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 quando os maiores órgãos dirigentes da política e da economia globalizada – FMI, Banco Mundial, ONU, governos nacionais dentre outras entidades – se reuniram para traçar as principais diretrizes e metas da educação para todos os países signatários, Brasil sobretudo³.

Na ocasião, foram pactuados os compromissos com aquilo que chamaram de “Educação básica de qualidade”, o que em poucas linhas significou a pactuação com limiares básicos de aprendizagem de conteúdos e competências que adequassem os filhos e filhas da classe trabalhadora às exigências de reprodução de um capital cada vez mais ligado aos avanços da tecnologia. Em um país como o Brasil onde os índices de analfabetismo eram gigantescos, o trabalho praticamente começou do zero: investimento massivo na habilidade de leitura e escrita e correção da defasagem idade-série.

Para cumprir essa meta, a Conferência previu o estímulo à participação das comunidades, governos e instituições da sociedade civil. Para expressar o papel desse último, uma das resoluções da Conferência manifesta que:

A realização de ações conjuntas com organizações não-governamentais, em todos os níveis, oferece grandes possibilidades. Essas entidades autônomas, ao mesmo tempo que defendem pontos de vista públicos, independentes e críticos, podem desempenhar funções de acompanhamento, pesquisa, formação e produção de material, em proveito dos processos da educação não-formal e da educação permanente. (UNICEF, 1990)

³ O documento final da Conferência realizada em Jomtien se dirige sensivelmente a um grupo menor de países populosos e que ainda ostentavam altíssimos índices de analfabetismo, dentre eles constam o Brasil, Índia e China.

As organizações da sociedade civil passaram a ser estrategicamente requisitadas para a difusão de políticas para a educação pública porque, com essa aparente roupagem de atuação isenta e independente de governos, puderam formular e aplicar os princípios educativos das classes dominantes que seriam difundidos como políticas públicas, mediante a justificativa de “união de todos” em prol da educação pública básica⁴.

Coerentemente com esses princípios, a FRM lançou, em 1994 e em parceria com a FIESP, o Telecurso 2000 que abrangeu o ensino básico desde o fundamental até o médio, além do ensino profissionalizante. Essa nova versão do Telecurso em parceria com o agente que representa o coração do empresariado brasileiro explicita que tanto a mídia corporativa quanto o setor produtivo juntaram esforços no sentido de educar a classe trabalhadora segundo seus princípios e necessidades de formação de mão de obra.

Uma vez estabelecida parceria com o empresariado, fica claro que os interesses de um e outro se atravessam, restando-nos as seguintes questões: qual o interesse do empresariado na educação e o que move a FRM na coadunação desses objetivos? Não é mistério que o empresariado busca sempre a otimização dos investimentos em prol do aumento da produtividade e do lucro mais imediato, na medida que novas habilidades e competências vêm sendo exigidas pelo mercado, certamente uma nova pedagogia precisou ser desenvolvida no sentido de formar esse novo trabalhador. Assim, o Telecurso 2000, carro-chefe do projeto educativo da FRM, reforça a construção de uma Nova Pedagogia da Hegemonia, ideia cunhada pela professora Lucia Neves que a descreve como:

A nova pedagogia da hegemonia atua no sentido de restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora que ainda atuam no nível ético-político para o nível econômico-corporativo. Mais precisamente, a nova pedagogia da hegemonia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação. (Neves, 2005, p.35)

Nas breves palavras que descrevem o objetivo da metodologia Telessala⁵, a FRM afirma que “O estudante é incentivado a interagir com o conhecimento de forma dinâmica e crítica, para se tornar protagonista de sua aprendizagem” (FRM, 2018), enfocando que seu público-alvo, jovens e adultos que não se adequaram à escola regular, se vejam estimulados a

⁴ No Brasil, o movimento Todos Pela Educação (TPE) fundado em 2006 representa esse trabalho dos aparelhos da classe dominante unificarem esforços em prol da implementação de uma agenda social-liberal na educação. O Movimento reúne no seu corpo de financiadores e apoiadores diversos segmentos da burguesia no Brasil, dentre eles a Fundação Lemann, Itau Social e Fundação Roberto Marinho.

⁵ A metodologia Telessala representa a sistematização da pedagogia política do Grupo Globo e será mais extensamente trabalhada no capítulo 4.

desenvolver uma espécie de autorresponsabilidade pelo conhecimento que se reverte na criação de oportunidades de trabalho, por exemplo. É a mais depurada ideologia liberal clássica com seu individualismo agora repaginado com outros tons de palavrório, muitas vezes incoerente com a realidade material dos próprios estudantes em nome de uma escolarização que forme os mais pobres para o “empreendedorismo” como a principal saída individual para mitigação do cada vez mais alto índice de desemprego estrutural. Em suma: o capitalismo é um regime excludente e aos excluídos é interessante fazer acreditar que as causas da sua penúria material e limitado grau de poder de decisão política são única e exclusivamente atribuições de sua responsabilidade.

Para cumprir essa tarefa, lançamos mão do arcabouço teórico-metodológico do pensador marxista Antonio Gramsci para estruturar os princípios axiológicos da concepção de Estado que orientarão esse trabalho. Para o pensador sardo, o Estado nos moldes ocidentais se organiza em uma dupla face: sociedade política – ou Estado no sentido estrito - e sociedade civil, ambos compondo a face superestrutural do modo de produção capitalista.

A contribuição de Gramsci é importante porque nos permite entender a sociedade civil como parte integrante e indissociável do próprio Estado. Os atores que nela desempenham seus papéis de classe relacionam-se dialeticamente com a sociedade política – ou Estado no sentido estrito – jogando com um equilíbrio dinâmico entre coerção e consenso, movimento esse que caracteriza a forma de existência dos modelos políticos ocidentais desde o início do século XX.

A sociedade civil vinha se tornando cada vez mais complexa em grande medida em consequência da evolução da própria luta de classes. A classe dominante precisou desenvolver estratégias mais elaboradas para frear o avanço da classe trabalhadora rumo ao poder político, principalmente após a revolução bolchevique de 1917. Apesar de ser herdeiro direto do escopo teórico que orienta o materialismo histórico-dialético como método de análise da sociedade burguesa criado por Marx, Gramsci apresenta um ponto de divergência teórica com o pensador alemão que não é insignificante. Para Marx a sociedade civil é o palco sobre o qual as forças produtivas burguesas podem se desenvolver e dar origem ao Estado mediador e regulador – “A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a *sociedade civil*” (Marx; Engels, 2007, p.39). Entretanto, para Gramsci essa mesma sociedade civil nos Estados de tipo Ocidental se tornou mais complexa a ponto de o próprio Estado não ser entendido apenas como o agente que garante a reprodução do sistema capitalista pela mera mediação e coerção, mas como aquele

que também se complementa na figura da sociedade civil e na construção do consenso e adesão das classes subalternas ao seu projeto.

Dessa forma, Gramsci entende que a sociedade civil não é apenas condição e expressão das forças de produção, mas um componente superestrutural porque desempenha preponderantemente a importante tarefa de disputar a hegemonia, proporcionando às classes dirigentes a possibilidade de dominação sem o uso exclusivo da força de coerção, função esta que Gramsci atribui à sociedade política – Estado no sentido estrito. Esse importante reposicionamento conceitual garante o uso de uma ferramenta metodológica importantíssima no que se refere à atuação da classe dominante no interior da vida cotidiana das classes subalternas, garantindo assim que estas não adiram ao projeto revolucionário que poderia inverter a correlação de forças no seio da luta de classes. Tal ferramenta metodológica e de análise teórica é o que o pensador sardo apresenta como *Estado Ampliado*.

Derivando de Marx, mas cobrindo algumas lacunas conceituais que só poderiam ser expostas através da evolução e dinâmica do capitalismo no Ocidente, a superestrutura para Gramsci é agora aquela que se funda na atuação de dois grupos distintos: o primeiro já amplamente abordado, a sociedade civil, constituída pelos agentes privados organizados que disputam o consenso no seio da sociedade através de suas instituições – Gramsci chamará essas organizações privadas de *Aparelhos Privados de Hegemonia (APH)*⁶ - e que, dentre tantas outras tarefas, define o conteúdo ético do Estado, pois se é a classe dirigente (seja ela qual for) a hegemônica, é a sua ética que define a ética do próprio Estado.

Já o segundo grupo é a sociedade política – ou Estado no sentido estrito – que pode ser entendido como o grupo que compõe a burocracia estatal e que tem a função primordial de garantir o desenvolvimento das forças de produção e dominação através da coerção. Em suma, a superestrutura gramsciana não é simplesmente a manifestação e condição de existência de um dado sistema produtivo, mas a própria possibilidade de sua perenidade.

Pelo exposto, fica patente que uma das contribuições mais importantes do pensador sardo para a evolução teórica do marxismo revolucionário é a reinterpretação da sociedade civil, sobretudo porque Gramsci foi testemunha ocular da ascensão do fenômeno do fascismo na Itália em um momento histórico em que o próprio bolchevismo disputava o poder na Europa Ocidental. Foi muito desafiador formular respostas para a intrigante questão do porquê houve adesão ampla e espontânea dos subalternos ao ex-socialista Benito Mussolini, cujo projeto

⁶ Ao longo do texto trataremos a expressão Aparelho Privado de Hegemonia por sua sigla *APH*.

estava longe de pregar a emancipação tanto material quanto espiritual dos homens e mulheres mais pobres.

Como então é possível entender o porquê de os pobres e oprimidos do mundo aderirem a um projeto que não é aquele de sua classe? A resposta a essa questão é central no projeto gramsciano, pois tentando superar a ideia de que a luta de classes se desenrola apenas pela violência explícita entre as classes, não foi possível explicar porque o camponês simples não apenas adotou o fascismo como foi seu entusiasta. É compreensível que mecanismos mais sofisticados tenham sido mobilizados, tais como a expansão das instituições de ensino oficiais sustentadas pelo governo e os aparelhos de propaganda, como os jornais e o rádio.

A preocupação metódica com a análise da superestrutura, principalmente com a face da sociedade civil, rendeu a Gramsci a constante acusação de ser antimarxista, até mesmo de flertar com o idealismo de natureza hegeliana. Tal acusação de fundo economicista ignora que o método histórico-dialético de Marx é o pano de fundo de todas as proposições do pensador sardo, na medida em que a garantia de que uma tal ideologia orgânica reverbera na sociedade civil é a sua correlação estreita e necessária com as formas materiais de reprodução da vida. Assim, a ideologia hegemônica ecoa uma forma de produção, assim como uma dada forma de produção define a miríade de ideias que se pode surgir, seja para ratificá-la ou para combatê-la.

Segundo tal método de análise, não pode existir precedência nem ontológica nem material da estrutura sobre a superestrutura (e vice-versa) porque assim se resumiria o real não enquanto totalidade, mas como mecânica determinista, a qual um contexto A atua como causa universal e necessária de um contexto B. Essa fórmula não é capaz de explicar o real enquanto total de uma relação orgânica e dialética de causas porque reduz a possibilidade de intercâmbio de uma esfera sobre outra. A fim de explicar o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura, Gramsci utiliza os elementos históricos como condição de possibilidade do presente, isto é, o passado contém em si as condições do desenrolar do presente. Assim, estrutura e superestrutura, divisões didáticas do real, são paralelos dialéticos no qual um é o reflexo do outro e não a sua causa mecânica e por essa razão é possível, ao analisar um, extrair elementos do outro. A esse conjunto organicamente ligado, Gramsci chamará *Bloco Histórico*.

De posse da compreensão dos papéis dos momentos estrutural e superestrutural e sua correlação, é possível às classes subalternas e seus intelectuais de classe construir um programa que se proponha à disputa da hegemonia porque no palco da luta de classes, apenas ter o

controle das forças produtivas não é o suficiente para implementar um programa revolucionário. Por isso também se faz necessário educar a classe segundo uma ideologia emancipadora no sentido de evoluir a compreensão dos mecanismos de reprodução social do capital e propor formas de sua superação.

Uma vez se apropriando da ferramenta analítico-metodológica do Estado Ampliado proposto por Gramsci, entende-se a forma de reprodução ideológica das classes dirigentes contemporâneas partindo das múltiplas manifestações do capitalismo no passado como se ele contivesse em si os elementos a priori do desenrolar do presente. Para tal, ao retomar um princípio descrito por Marx como a Lei Geral da Acumulação (MARX, 2013, p.835) é possível compreender de que maneira o caráter cíclico das crises capitalistas reflete as estratégias da classe dominante através de seus Aparelhos Privados de Hegemonia de disputa da direção ideológica da sociedade como um todo. Para fazermos uma análise coerente do sistema capitalista contemporâneo, é preciso voltar o olhar para as múltiplas crises do sistema, em especial a da década de 1970 e traçar conexões lógico-causais que sejam correlatas à materialidade.

A dicotomia entre os países classificados por Gramsci como Ocidentais e Orientais - essa classificação não leva em conta apenas o critério geográfico, mas sim o histórico-político e econômico - o levou a estabelecer que era o maior desenvolvimento da sociedade civil o elemento-chave que tornaria as revoluções nos países ocidentais mais complexas, uma vez que o elemento “consenso” ganharia elevada importância, retirando da pauta a prevalência do poder coercitivo do Estado na implementação de qualquer política que pudesse ser considerada antissocial.

Nas discussões sobre a pedagogia política do Grupo Globo, a ferramenta do Estado Ampliado é particularmente útil porque revela o grau de investidura do setor privado na disputa de projeto e financiamento público para a educação. Assim, ganha sentido um projeto de educação para jovens e adultos que nasce com o propósito de formar um exército de reserva cujo trabalho vinha sendo subutilizado pelo mundo empresarial, dentro da lógica do capital humano de aprimoramento de competências e habilidades e sempre por meio da divulgação de ações educativas de interesse da corporação Globo, principalmente quando ela se alia a setores importantes do empresariado para fazer propagar uma Nova Pedagogia da Hegemonia.

Nesse contexto, o Grupo Globo enquanto complexo multi-midiático, grupo privado que desde o surgimento da sua rede de televisão teve as bênçãos do governo militar, pode ser

estudada a partir da ótica teórico-metodológica do Estado Ampliado. Essa organização privada que entendemos como um partido na concepção de Gramsci e cujos interesses expressam a necessidade de legitimar e fortalecer as políticas implementadas pelo regime, organiza toda sua política para a educação e cultura – áreas centrais para a construção do consenso – em um Aparelho Privado de Hegemonia, a Fundação Roberto Marinho. O projeto pedagógico da instituição ao ser descrito a partir da análise do Telecurso – cujo material está disponível no website da Fundação Roberto Marinho – remete-nos à pedagogia das competências enquanto proposta pedagógica central para a formação de trabalhadores de novo tipo, adaptáveis às mais diversas demandas dos setores produtivos da sociedade. A partir dessa ótica, os trabalhadores precisam ser aptos a mobilizar conhecimentos, valores e atitudes para a resolução de problemas com criatividade e máxima autonomia.

Fica manifesto que o interesse das grandes corporações na educação básica pública tem compromisso apenas fenomênico com o incremento da cidadania e da melhoria das condições de vida dos mais pobres, ainda que os mesmos o afirmem. Seus Institutos e Fundações nada mais são que Aparelhos Privados de Hegemonia que funcionam para implementar no seio da sociedade civil um projeto hegemônico que visa no final das contas perpetuar o sistema capitalista, sobretudo nas fases de crises quando potenciais projetos de oposição no seio da luta de classes podem florescer. Portanto, disputar as consciências é fundamental para qualquer pedagogia que se pretenda contrária aos interesses do capital porque é no nível superestrutural que as consciências avançam no sentido de frear a exploração do homem sobre o homem. As políticas públicas para a educação se tornam verdadeiro campo de batalha, conferindo a cada educador, consciente de seu papel, a tarefa de descortinar a aparência ideológica e contribuir para a construção de uma sociedade livre da opressão do capital.

Tal objeto incorpora no seu bojo a importância e atualidade da discussão sobre o papel das empresas de comunicação na disputa do senso comum a partir dos mais variados projetos de educação. Tomando como ponto de partida a minha experiência enquanto professora da escola pública e diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ), compreendo que a pesquisa enquanto prática docente é de extrema relevância para o pensar a prática pedagógica e para desvelar as relações entre os atores sociais que interferem diretamente na educação enquanto prática social. Partindo de Marx, entendemos a prática pedagógica enquanto *práxis*, ou seja, teoria e prática se retroalimentam, conferindo-se sentido mutuamente.

Ao mesmo tempo, a defesa da escola pública laica e universal nos impele a tomar a prática da pesquisa como uma importante ferramenta no campo de batalha das ideias, o que nos

mune e fortalece para resistir às investidas da classe dominante, principalmente em tempos em que o neoliberalismo vestiu a capa do ultraconservadorismo e ameaça como nunca conquistas históricas dos oprimidos em um país tão desigual como o Brasil. Compreender os nexos causais que conduziram o desenvolvimento do capitalismo dependente desde sua origem até os dias de hoje e como esses elementos se desdobram na escola pública brasileira é a tarefa de militância docente mais importante para seguir avançando rumo a superação do modelo capitalista de produção – ou seja, rumo a completa libertação da humanidade.

Assim caracterizado o contexto sobre o qual nos debruçaremos, a pesquisa teve como objetivo geral compreender a pedagogia política da Fundação Roberto Marinho para a formação do trabalhador de novo tipo, entendendo-a como o principal Aparelho de Hegemonia do Grupo Globo para a implementação de sua agenda para a formação para o trabalho simples. Já como objetivos específicos, destacamos: 1) Compreender o papel da sociedade civil na construção da hegemonia burguesa no interior do Estado Ampliado; 2) Analisar as redes formadas com agentes da sociedade civil e política com a Fundação Roberto Marinho; 3) Verificar como a Metodologia Telessala atualizou a pedagogia política da Fundação Roberto Marinho para a formação para o trabalho simples.

Essa dissertação se caracteriza como uma pesquisa básica de análise qualitativa e de tipo documental. A metodologia da pesquisa parte da questão do método em Marx que entende a *teoria* enquanto uma forma de conhecimento que parte de uma ontologia do objeto de estudo para se extrair dela suas principais categorias e leis, revelando que a realidade material acomoda tanto um plano fenomênico quanto essencial e persegue o desvelamento dos mecanismos internos que manifestam o objeto enquanto totalidade e expressão do real. José Paulo Netto, um importante intelectual marxista, afirma que:

A teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo de conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica [...] o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, de criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (2011, p.25)

Assim, a postura do pesquisador está muito distante da neutralidade objetiva que a ciência positiva pretende afirmar. Ao contrário, o pesquisador é agente ativo que mobiliza todo aporte teórico disponível – o conhecimento não parte do nada – para assim interpretar a natureza

dos fenômenos e, no que concerne ao método de Marx, à sociedade burguesa e suas formas de reprodução da vida e da riqueza.

Também destacamos a relevância da já desenvolvida chave teórico-metodológica do Estado Ampliado de Gramsci, compreendendo que o trabalho realizado pelos agentes da sociedade civil no curso do século XX dão os indícios que nos permite avançar na noção de que seus Aparelhos Privados são os instrumentos que conferem a capilaridade que os elementos constituintes da ética burguesa pudesse minar por dentro as conquistas históricas da classe trabalhadora e angariar nessas trincheiras adesão espontânea dos trabalhadores.

Nesse sentido, para perseguir os objetivos a partir da ótica da teoria em Marx e do Estado Ampliado em Gramsci, a pesquisa documental e levantamento bibliográfico são ferramentas indispensáveis na estruturação do objeto. Trabalharemos a partir de fontes primárias e secundárias: as primeiras com materiais fornecidos diretamente pelo Grupo Globo através de seus websites e as segundas a partir de livros e materiais que abordem o objeto da pesquisa, bem como fundamentem a forma mesma de ser do capitalismo no século XX.

Assim, colocamos como horizonte da pesquisa a análise da pedagogia política do Grupo Globo que, por sua vez, é implementada pela Fundação Roberto Marinho por meio de uma difusa rede de parcerias com segmentos da burguesia. De maneira coerente com o método de pesquisa em Marx, situamos o objeto – a saber, a pedagogia política do grupo Globo – como a manifestação fenomênica de uma série de processos subjacentes a atuação aparente da empresa privada que atua em um contexto de capitalismo dependente. Também apresentamos a importância do aporte teórico de Antonio Gramsci cuja teoria do Estado Ampliado é aqui também entendida como um valioso recurso metodológico da análise da atuação dos agentes da sociedade civil no seio do Estado.

A pesquisa foi realizada principalmente a partir de toda construção teórica oriunda das disciplinas ministrada pelo orientador Rodrigo Lamosa onde discutimos exaustivamente as teorias que permeiam a construção do liberalismo clássico e do neoliberalismo, bem como da construção do capitalismo em solo brasileiro em meados do século XX. Como consequência do caráter tardio desse desenvolvimento, o Brasil se constitui na Divisão Internacional do Trabalho enquanto uma economia capitalista dependente, principalmente pela pouca capacidade de disputar o comércio de mercadorias de alto valor agregado com outras potências. Também imergi sobre todo material disponível sobre a Fundação Roberto Marinho em um trabalho por vezes hercúleo de extração de informações muitas vezes camufladas e pouco transparentes.

Foi uma escolha da pesquisadora em conjunto com a orientação apresentar os principais conceitos trabalhados na dissertação conforme sua necessidade de mobilização e uso. Portanto, não existe nesse trabalho um capítulo que esgote todo aporte conceitual para posterior avanço e aplicação desses mesmos conceitos sobre a análise do objeto. Dessa forma acreditamos tornar o texto mais fluido e mais acessível a leitores que não dominem todos os conceitos trabalhados ao longo da dissertação.

Como breve apresentação da estrutura deste trabalho, o primeiro capítulo traçará um breve histórico e panorama do apogeu do capitalismo central e seus desdobramentos pelos demais países do mundo e o capitalismo dependente enquanto produto imediato do capitalismo nos países da periferia do sistema. Caracterizaremos o modelo capitalista de produção como um sistema que atravessa crises cíclicas e que tais crises compõem a forma mesma de existência desse modelo de produção.

Abordaremos a crise de 1970 - que de acordo com a descrição do pensador húngaro István Mészáros passa a ser não mais uma crise cíclica, mas estrutural – como o grande catalisador da perda sistemática de direitos sociais e trabalhistas, partindo sempre da ótica da luta de classes. Assim, entender a hegemonia dos estratos do capital financeiro nos dias de hoje exige adicionar nessa conta o caráter transformista das grandes lideranças de classe e sindicatos ao longo dos anos de Estado de Bem Estar Social que foram perdendo a centralidade e efetividade e desembocaram na perda progressiva dos direitos trabalhistas e sociais conquistados pela classe trabalhadora.

O capitalismo dependente brasileiro será caracterizado a partir das análises de dois importantes sociólogos brasileiros: Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes que, ainda que não sejam plenamente concordantes, partem do princípio do desenvolvimento desigual e combinado para explicar a expansão do capitalismo em direção à periferia do sistema. Os dois sociólogos têm vasta e relevante obra que permite compreender os mecanismos próprios da formação capitalista no Brasil, despojando-se da análise mecanicista e etapista, herdada pelos intelectuais brasileiros a partir da escola soviética.

O capítulo encerra com um breve panorama da suposta superação da crise da década de 1970 e a admissão da crise com caráter estrutural. Não é objetivo dessa dissertação abordar o desenrolar do capitalismo até os dias de hoje, mas sim as suas estratégias de superação que se coadunam com uma nova agenda neoliberal na educação, principalmente. Assim, não iremos muito além do marco temporal do final da década de 1990, apontando lá alguns elementos

importantes que podem enriquecer pesquisas futuras sobre como o ideário neoliberal é incorporado pelo Grupo Globo nos dias de hoje e como essa incorporação mobiliza o Grupo na construção e proposição de políticas públicas para a educação.

No capítulo 2, mergulharemos na história do Grupo Globo propriamente dita, localizando esse complexo midiático enquanto um partido a partir da concepção de Gramsci. Como tal, identificaremos Roberto Marinho não apenas como empresário, mas também como principal intelectual do grupo que toma a direção do segundo maior jornal do país como seu quartel-general de controle de todos os aparelhos de hegemonia que o pertencem.

Também será relevante conectar os laços de solidariedade do Jornal O Globo com os movimentos de articulação do golpe civil-militar de 1964 e como o novo governo instituído foi favorável ao Grupo, principalmente na questão da fundação da Rede Globo de Televisão e a sociedade com o grupo norte-americano Time-Life. O contrato que infringia a legislação vigente fora rompido sem que se tivesse sido exigida nenhuma forma de reparação, tampouco pena material. A caracterização dessa relação é fundamental para descrever o projeto de educação do Grupo Globo como um projeto que atendia os interesses do governo, principalmente pelo caráter político da inclinação de Roberto Marinho para a faixa etária atingida pelo primeiro Telecurso.

Já o terceiro capítulo vai mergulhar na Fundação Roberto Marinho entendendo-a como a porta-voz do projeto para a educação do Grupo Globo. Compreenderemos esse projeto à luz da teoria do capital humano, relacionando as necessidades do capitalismo central e seus desdobramentos na periferia, principalmente pelas imposições e regras colocadas pelas principais agências de fomento de crédito, como o Banco Mundial e o FMI. Também entenderemos o projeto Telecurso – e suas mais variadas formas ao longo do tempo – como o carro-chefe da Fundação, assumindo os jovens e adultos em idade para o trabalho o principal público de direcionamento de ações e políticas.

Sob a ótica da teoria do estado Ampliado, entendemos a Fundação Roberto Marinho como o próprio braço de atuação da sociedade civil na sociedade política através do estabelecimento de parcerias diretas com o Ministério ou Secretarias de Educação país afora, ou terceirizando a ação a partir de ONGs. Essa atuação é relevante porque descortina a faixa de ética e eficiência na gestão que, por sua vez, escamoteiam as relações imbrincadas da Fundação com os agentes públicos da sociedade política.

O quarto e último capítulo tem a tarefa de apresentar a Metodologia Telessala e o Canal Futura entendendo-as como as principais estratégias de atuação da expansão da tele-educação no Brasil a partir da década de 1990. A FRM ao longo do tempo foi capaz de, a partir dos seus acertos e principalmente dos seus erros, elaborar uma metodologia que é usada como uma valiosa estratégia de penetração na sociedade política, a partir de parcerias com Estados e Municípios, bem como de adesão dos docentes, justamente porque foi capaz de absorver teorias de grandes intelectuais da educação e regurgitar em um escopo de práticas que repetem, em essência, a cartilha da Conferência de Jomtiem. Enquanto o Canal Futura, ao atender o público jovem/adulto e os professores adquire grande capilaridade nas escolas públicas onde grande parte dos seus materiais produzidos são utilizados como apoio.

1 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO CENTRAL E PERIFÉRICO: APOGEU, CRISE ESTRUTURAL E CONTRARREFORMA NEOLIBERAL

A análise da questão da hegemonia capitalista no Ocidente exige que imprimamos o olhar para o passado como o elemento detentor das condições do desenrolar do hoje, tal como o conhecemos. Por isso, apontamos nessa dissertação o esforço de caracterizar a natureza histórica do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo para compreendermos em que medida esses mesmos mecanismos que puderam eclodir no passado podem ou não se repetir no presente. Além disso, é uma tarefa analítica importante caracterizar – ainda que com o risco de proceder de forma anacrônica e superficial – os aspectos fenomênicos e essenciais do capitalismo e de sua forma de ser em todo o mundo globalizado, sobretudo a partir da sua fase imperialista.

O capitalismo nos países centrais não se formou da mesma maneira que na periferia, o que se explica em grande parte pelos elementos que o originam. Nos países centrais da Europa, especialmente na Inglaterra, o capitalismo surge a partir de um deslocamento populacional massivo para oferta de mão de obra nas cidades e reocupação desses territórios pela nascente indústria têxtil, processo que acaba desembocando tanto na Revolução Inglesa (século XVII) e na Francesa (século XVIII) e na derrubada dos regimes políticos altamente centralizados que substituiu a hegemonia da antiga nobreza pela burguesia. Lá, esse processo se deu pela via das revoluções clássicas, as quais decapitaram reis e apossaram a nobreza decadente em uma espécie de alternância política que cedeu espaço para novas maneiras de reprodução do capitalismo. Também é possível reconhecer que esse processo de expulsão dos servos camponeses possibilitou o período clássico de acumulação primitiva no qual gerou as condições de possibilidade de capitalização da empresa mercantil e que também teve nas novas rotas comerciais recém descobertas a expansão de mercado consumidor e mobilização da mão de obra negra escravizada que era simultaneamente mercadoria e força de trabalho (Marx, 2013).

Já o capitalismo nas regiões periféricas do planeta se desenvolveu de maneira tardia, o que acentuou o grau de dependência política e econômica com relação aos países centrais. O processo de formação de suas burguesias se deu a partir da conciliação entre as mais diversas frações de classe local e os agentes do capitalismo central. Ou seja, nessas regiões não houve um processo revolucionário clássico de formação de burguesias locais, o que resultou na coexistência das práticas arcaicas de reprodução da vida e a incorporação de novos elementos do mundo produtivo importado dos países do centro.

A importância dessa caracterização transcende a conceituação teórica, mas se torna um exercício de extrema relevância no que tange à localização das políticas públicas para a educação no Brasil. Elas nunca puderam realizar plenamente um caráter emancipatório na medida em que suas diretrizes e políticas públicas são implementadas por esses mesmos agentes da burguesia no Brasil. Ainda assim, é possível, a partir do trabalho cotidiano e do conhecimento das condições de possibilidade de educação pública no Brasil, construir propostas antagônicas e lutar pela sua implementação. É com tal intuito que o presente capítulo visa apresentar de forma sumária a discussão sobre o capitalismo central e periférico, nunca perdendo de vista a relevância da educação escolar para as sociedades capitalistas ocidentais.

1.1 O desenvolvimento do capitalismo dos países centrais:

O modo capitalista de produção enquanto modelo que preconiza a primazia da propriedade privada dos meios de produção e apropriação também privada da riqueza socialmente produzida, é uma criação essencialmente moderna. É estudado compreendendo-se em primeiro lugar a necessidade preconizada pela incipiente burguesia de aumentar seu poderio político a partir do já bem estabelecido poderio econômico. Nos primórdios da era Moderna, a burguesia desempenhou o papel revolucionário de rompimento radical com o antigo regime, não apenas segundo o aspecto econômico, mas também filosófico, científico, moral e político. Noções como a de sujeito, conhecimento científico, moral laica, direito público e privado, propriedade privada, dentre outros, caracterizam a nova forma de ser do ser humano moderno.

Para que uma nova lógica político-econômica pudesse ser estabelecida, uma nova subjetividade também deveria também brotar. É preciso compreender que, ainda que espaço-temporalmente próximas, as mais diversas formas de se pensar a natureza humana nesse período histórico que chamamos Modernidade nem sempre são concordantes. Inúmeras teorias e sistemas filosóficos se debruçaram sobre a tarefa de desvendar/construir esse novo homem, às vezes de forma contraditória, em outras concordantes. Apesar disso, existiu um elemento de unicidade entre as correntes de pensamento modernas que foi o estabelecimento do ser humano como o ponto de partida do conhecimento e instituição de si o do mundo. Nesse sentido, a Modernidade pintou com tons fortes a ideia de um sujeito autônomo na instituição do seu mundo e em muitos aspectos apartado da esfera transcendente, o que resulta no estabelecimento do Estado Laico enquanto organização política, cujos elementos se tornam a norma de existência da forma de ser capitalista, principalmente após o evento da Revolução Francesa.

Livre da necessidade moral de prestação de contas à instituição cristã católica e desenvolvendo um ritmo acelerado de ganhos de produtividade fabril, o capitalismo também tem uma outra importante criação: a classe trabalhadora – aquela que subsiste da venda de sua força de trabalho – e que foi a manifestação mais imediata das contradições inerentes da forma de ser desse modo de produção. Assim, a classe burguesa que outrora fora revolucionária, derrubou o antigo regime e se estabeleceu enquanto classe dirigente e hegemônica e passou ao longo do tempo à posição de conservadora cujo objetivo, além de auferir altas margens de lucro a partir da exploração do mundo natural e do trabalho, foi criar o ambiente propício a perpetuação do poder político-econômico, principalmente recorrendo ao recurso da coerção.

A democracia republicana de moldes franceses encarna, a partir da figura do chefe do executivo, o imaginário do universal político do capitalismo liberal, na medida em que esse espectro ideológico exprime os limites da participação dos trabalhadores na vida política em sociedade. Uma vez eleito, o presidente da república passa a ser o próprio universal, bastando esse homem existir para que a vida política de uma nação siga seu curso. No clássico O 18 brumário de Luís Bonaparte, Marx explica as origens do segundo golpe de um Bonaparte que desemboca em um governo autocrático que passa a ser analisado como *bonapartismo*⁷:

A assembleia nacional eleita se encontra numa relação metafísica, mas o presidente eleito numa relação pessoal com a nação. A Assembleia Nacional certamente apresenta, em cada um dos seus representantes, as múltiplas facetas do espírito nacional, mas no presidente esse espírito se encarna. (2011, p.45)

Assim, a tripartição do poder idealizada por Montesquieu que nos induziria, ao menos à primeira vista, acreditar que os poderes se autolimitam e evitam o despotismo, acabam muitas vezes manifestando-se como regime preponderantemente presidencialista, em uma espécie de hipertrofia do executivo (Demier, 2016, p.177), e que em realidade reafirma o poderio econômico e militar dos grupos hegemônicos sobre a prática política, uma vez que as condições de elegibilidade em uma democracia burguesa estão intimamente atreladas à autonomia financeira e material de seus representantes. No tripé político montesquiano, o presidente, enquanto representação máxima da nação, atua como o universal, como se sua figura encarnasse a vontade geral⁸ aos moldes rousseauianos.

⁷ O Bonapartismo expressa a marca de regimes políticos centrados no culto à personalidade do líder carismático que governa sob forte controle dos opositores políticos e repressão violenta, com destacado papel para as Forças Armadas. Esse fenômeno foi descrito por Gramsci com o nome de *Cesarismo*.

⁸ Para o filósofo genebrino Jean Jacques Rousseau, a vontade geral é a expressão máxima da soberania popular a ela todos os cidadãos deveriam – espontaneamente ou não - submeterem-se: “Cada um de nós põe em comum sua

Contudo, o mundo material enquanto base da vida em sociedade, nos lembra que as correlações de força em uma democracia burguesa podem expressar muito mais as condições materiais de produção e as necessidades de expansão do capitalismo que uma disputa de ideias e alcance pacífico do consenso. O capitalismo se desenvolve ignorando as necessidades materiais reais dos trabalhadores que são os elementos centrais da produção do valor, apropriação da mais valia e do acúmulo privado da riqueza produzida socialmente. A esfera política em muitos sentidos só existe para atender a permanente demanda por coesão social, seja por meio do consenso e/ou da força – cada momento histórico vai determinar para onde a balança penderá.

O desenvolvimento das forças produtivas a partir de uma perspectiva capitalista foi feito a partir da extrema exploração da força de trabalho e extração da mais-valia aliado ao rápido desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade fabril. A humanidade entra na era da superprodução de mercadorias as quais, atendendo em muitos casos necessidades há poucos séculos inexistentes, passam essencialmente a mediar as relações humanas – fetichização da mercadoria -, alienar os seres humanos dos processos produtivos e moldar uma ética coerente com demandas do mundo produtivo.

O início do século XX foi atravessado por eventos que podemos entender serem os produtos mais imediatos do exercício da hegemonia capitalista global que vinha sendo estabelecida há pelo menos um século pelas grandes potências europeias. Assim, a primeira grande guerra eclode em um contexto de agravamento das tensões entre as potências imperialistas e desencadeia uma série de contraofensivas da classe trabalhadora que exigiram novos enlances e acordos entre os agentes da burguesia para que o mundo não mergulhasse em uma onda revolucionária capaz de efetivamente derrubar o sistema capitalista de produção.

É certo que a face estrita dos Estados do centro do capitalismo fez uso da capacidade de coerção para abafar a onda revolucionária que acometia muitos países no final do século XX, fruto da bem-sucedida experiência bolchevique na Rússia. Mas o expediente da força isoladamente já não era mais capaz de fornecer as respostas de outrora. Para pensar esse processo e seus desdobramentos nos estados ditos Ocidentais⁹, Antonio Gramsci refletiu sobre o fenômeno do americanismo, compreendendo como os Estados Unidos saíram da guerra em

peessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo” (Rousseau, 1999, p.22).

⁹ Gramsci interpreta a forma de ser dos Estados sob dois aspectos: 1- como Estado Oriental, onde a sociedade civil ainda não é complexa e o elemento de coerção do estado estrito ainda é muito relevante; 2- como Estado Ocidental, onde a sociedade civil é mais complexa e exige novas estratégias de dominação e hegemonia.

uma posição tão favorável no xadrez da geopolítica mundial a ponto de deslocar a hegemonia da Europa para a América do Norte. A posição do pensador sardo sobre o fenômeno do americanismo não foi estanque no tempo, principalmente após se debruçar sobre os efeitos da crise de 1929 e seu impacto sobre a classe trabalhadora, já estando no cárcere. Contudo, conhecer os elementos constituintes dessa sociedade que abrigava um diferente modo de ser do capitalismo, permitiu estabelecer um paralelo com as economias da Europa Ocidental afim de explicar os tropeços do pleno desenvolvimento do capitalismo em todo velho continente.

Como explica Gramsci,

Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda vida do país na produção (2001, p. 247)

O fenômeno do americanismo proporcionou ao capitalismo estadunidense a possibilidade de assentar-se sobre um Estado no sentido estrito mais aberto para acolher as necessidades de seu desenvolvimento peculiar, longe das amarras morais de um cristianismo católico parasitário atado aos costumes e condenador da usura. Nos Estados Unidos, a sociedade civil vinha marchando livre e a passos largos para a instituição do livre mercado como a grande régua da vida em coletividade. É emblemático constatar que grandes empresas e conglomerados industriais estadunidenses, principalmente os do ramo de energia e transportes, tenham surgido justamente na virada do XIX para o XX, como é o caso da Standard Oil do magnata Rockefeller, por exemplo.

Também um típico produto estadunidense, o modo fordista de produção de mercadorias assumiu características bastante distintas do modo de acumulação típico do Velho Mundo. A característica central desse novo modelo que é implementado nas fábricas de Henry Ford no início do século XX é a completa racionalização da produção a partir das ideias contidas no clássico *Princípios da Administração Científica* de Frederic Taylor o qual propunha o controle total dos processos produtivos e, conseqüentemente, do trabalho, controle este que se estendia a toda forma de vida do mundo do operário, esteja ele intra ou extramuros da fábrica.

O controle do trabalho só poderia ter sido exercido da maneira que foi porque as características da formação da sociedade norte americana reuniam em si elementos que o distinguia da forma de exploração do trabalho típica do capitalismo europeu. Essa então nascente sociedade, por ser constituída por inúmeras matrizes étnico-nacionais, não era tão

susceptível aos “vícios” sociais adquiridos com o tempo pelas classes subalternas das principais potências europeias, em grande medida por conta de sua origem cristã-católica. Segundo Gramsci, quanto mais antiga é a história de um país, mais susceptível seu povo é aos vícios e parasitismos sociais dos extratos rentistas não produtivos (2001, p.259)

Gramsci dedica parte importante da sua produção intelectual à compreensão do modelo fordista. Esse interesse se manifestou inicialmente, ainda nos textos pré-carcerários, porque essa compreensão poderia ser utilizada como o instrumental teórico na absorção de elementos universais importantes para a classe trabalhadora tomar consciência de classe para si e de se forjar como agente da revolução proletária, manifestando no pensamento do marxista italiano a completa indissociação entre vida e mundo do trabalho.

Ainda que o pensador tenha tomado como horizonte a sociedade sem classes que só poderia ser alcançada por um processo revolucionário, seus esses escritos assumiram uma tônica um tanto idílica sobre a lógica de organização taylorista do trabalho fabril aplicado ao modelo fordista de produção, principalmente porque tal lógica requereu uma mão de obra eticamente constituída de forma que o mundo da produção, sua organização e disciplina fossem transpostos para própria vida privada dos indivíduos. Assim, o caráter ético-moral do trabalhador americano, que só poderia ter sido forjado pelas características própria daquela formação nacional, foi um dos elementos mais simbólicos, a partir da análise gramsciana, para o sucesso do modelo fordista de produção que vigorou de forma mais ampliada no pós segunda guerra mundial.

Concordando com a análise de Gramsci, Harvey explica que:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova fase estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (1992, p.121)

Apesar de muitos elementos do modo de produção fordista terem contribuído para a configuração ética da classe trabalhadora e serem responsáveis pelo relativo sucesso desse modelo de produção, isso não significou que o capitalismo estadunidense em si tenha tido interesse além do analítico para Gramsci. Ao contrário, descrever as condições de florescimento desse sistema e suas diferenças com o modelo italiano poderia dizer muito sobre as possibilidades de a classe trabalhadora ter as bases do estabelecimento de uma hegemonia, tomando como exemplo a experiência fracassada das ocupações de fábrica em Turim. Naquela

ocasião, Gramsci concluiu que apenas o controle da produção não poderia garantir que uma revolução socialista acontecesse e se perpetuasse em um país como a Itália, onde a sociedade civil era mais bem desenvolvida que na Rússia revolucionária, por exemplo. Era preciso analisar um modelo de produção capitalista mais próximo da realidade italiana e da sua configuração socioespacial mais complexa.

Por ter falecido no ano de 1937, antes mesmo da eclosão da segunda grande guerra, Gramsci não pôde analisar com mais profundidade o modelo fordista-taylorista de produção aplicado a toda economia estadunidense e europeia do pós guerra sob bases Keynesianas. Portanto, as conclusões que se seguem são mais de aplicação do método de análise do pensador italiano do que de discussão daquilo que outrora o pensador poderia ter escrito.

Uma das grandes questões que tratam do porquê o modelo fordista não ter sido hegemônico em todo sistema fabril dos Estados Unidos desde o início do século, quando da sua adoção por Ford, pode ser resumido pela falta de condições para efetivar tal expansão. Se na década de 1910 a experiência de Ford pôde ter explicado o aumento da produção de automóveis e outros tipos de bens a partir da ampliação, ainda que modesta e local, de um mercado consumidor, esse modelo só teria êxito completo se o Estado desde aquele momento cumprisse seu papel de fornecedor das condições da expansão fabril e de escoamento dessa produção.

Como exemplo cabal da importância das políticas públicas estatais para o florescimento do modo de produção do pós 1945, o principal evento do período entreguerras, a crise de 1929, seria o grande divisor de águas que tornaria viável a aplicação de um modelo de acumulação fordista mais maduro. No início da crise, Ford, individualmente, tentou aplicar a política de aumento de salários na expectativa de que tal política se refletisse no corpo social. Entretanto, não foi possível sustentar os altos salários e o pleno emprego em um contexto de baixíssima demanda por produtos manufaturados, o que somente pôde ser revertido com o New Deal de Roosevelt enquanto política pública de incentivo à plena recuperação econômica. O programa garantiu que o Estado fornecesse os investimentos públicos necessários para a retomada da atividade econômica, além do controle mais estreito do mercado, mitigando os fluxos de instabilidade resultantes de uma economia desregulamentada.

A história demonstra o impacto positivo do New Deal na economia dos Estados Unidos entreguerras, mas esse sucesso não se refletiu de imediato na expansão desse modelo tanto para a totalidade das indústrias estadunidenses quanto para os países centrais da Europa ocidental. Alguns elementos são listados por Harvey para explicar o fenômeno (1992, p.123): 1) a rígida

rotina de trabalho racionalizado não foi aceita pelos operários nativos estadunidenses com facilidade e era alta a rotatividade de trabalhadores fabris; 2) o ainda incipiente mecanismo de intervenção do estado no desenvolvimento da economia.

O cenário somente se inverte após a segunda guerra porque a devastada economia europeia exigiu que a burguesia em escala mundial encontrasse soluções que pudessem retomar os rumos da produção capitalista, principalmente porque o risco de revoluções comunistas era mais iminente do que nunca. O exército vermelho estacionado na Europa Oriental era o lembrete permanente de que o comunismo poderia se alastrar, não apenas ideologicamente, mas em forma de revoluções populares que impusesse ao mundo capitalista uma forte derrota.

Assim, aliado ao modelo de superprodução de mercadorias típico do modelo fordista, a adoção do Estado de Bem Estar Social modelado pelo economista John Maynard Keynes como solução para o reestímulo de uma devastada economia global na qual o Estado assumiu a função central no desenvolvimento econômico ao garantir a demanda constante e a alta liquidez dos investimentos privados a partir de políticas públicas de manutenção de altos salários, investimentos em infraestrutura, controle e regulação estreitos da atividade econômica.

Sobre a indústria fordista e o Estado Keynesiano, o filósofo alemão Robert Kurz afirma:

Antes da primeira guerra mundial, o capitalismo era apenas um segmento (ainda que em contínua expansão) da reprodução social, e ainda não havia invadido todos os setores produtivos. O Estado não havia ainda assumido uma função determinante no processo de reprodução e financiava-se principalmente por meio de impostos. (2020, p.23)

A passagem joga luz sobre o capitalismo anterior a primeira grande guerra e a expansão ainda muito dependente do setor privado. Ao Estado ainda cabia o papel de administrador do fundo público e mantenedor da coesão social. Esse papel muda sensivelmente após a segunda guerra.

Ainda segundo o filósofo:

A guerra industrializada não só escancarou a porta para a sucessiva vitória das indústrias fordistas e para uma penetração capilar do capital na sociedade como um todo, mas também obrigou o Estado a assumir o papel (obviamente há muito já preparado) de responsabilidade pela logística e pelas “despesas gerais” deste processo. (2020, p.23)

As passagens sinalizam que depois da Segunda Guerra, o capitalismo não poderia retomar seu fôlego para recuperar as taxas de lucro de outros tempos se os setores público e privado não trabalhassem em conjunto. Sociedade civil e Estado atuam na forma ampliada de

Estado conforme descrito por Gramsci. Porém, nessa conta era preciso levar em consideração a massa trabalhadora e a necessidade de cooperação ativa e voluntária desses homens e mulheres explorados. A década de 1940, principalmente no pós-guerra, colocou para os trabalhadores a possibilidade real de construir um ocidente comunista sobre os escombros da guerra. Essa mesma década foi de duros golpes aos sindicatos combativos, tanto pela repressão e perseguição de lideranças quanto pela cooptação de segmentos. De qualquer forma, a disputa de projetos passou em grande medida pela incorporação dos trabalhadores e dos seus sindicatos a um capitalismo de promoção de bem-estar social e de conciliação às custas da revolução e emancipação humana do jugo da exploração da mais-valia e do lucro dos grandes capitalistas.

Ainda assim, a aparente harmonia entre o sistema de acumulação capitalista e a classe trabalhadora nos Estados Unidos não significou um desfrute equitativo dos bens e serviços por todos, haja vista que os anos de 1950 e 60 eclodiram revoltas de cunho popular – como exemplifica a luta pelos direitos civis da população negra nos Estados Unidos –, além de guerras como a da Coreia e do Vietnã que custaram centenas de vidas e mobilizaram a população jovem, principalmente, na busca de outro mundo possível. Além disso, as inevitáveis crises de acumulação já descritas por Marx como uma lei geral imanente ao funcionamento do capitalismo cobraram seu preço, principalmente após a crise do bloco histórico que se dá desde a década de 1970.

O padrão fordista de acumulação predominante no mundo ocidental até a década de 1970 moldou tanto o mundo produtivo quanto a ética/estética do ser humano para que a harmonia produção/escoamento pudesse se efetivar. O rígido sistema de superprodução de mercadorias exigia que as políticas públicas coadunassem com as necessidades iminentes do florescimento econômico sob tais bases, o que não foi suficiente para garantir que a demanda efetiva permanecesse constante durante os anos, principalmente nos momentos nos quais as crises cíclicas do capitalismo impunham reconfigurações ao padrão de acúmulo.

Por essa razão, é tão emblemático o conjunto de eventos que determinaram a crise da década de 1970, marcada fortemente pelo aumento abrupto do preço dos barris de petróleo e pela desvalorização do dólar frente ao ouro. O aumento do petróleo atinge diretamente o setor produtivo, compreendendo que se trata da principal matriz energética do mundo. O setor produtivo é fortemente afetado e o desemprego sobe, principalmente nos segmentos mais fragilizados da população, como os negros, mulheres e imigrantes. O fim da política estabelecida no acordo de Bretton Woods, em 1971, que lastreou o dólar ao ouro desde a década

de 1940 e permitia que as políticas públicas de controle fiscal fossem mais fortes, lançou as economias globais na era do câmbio flutuante.

O mundo do trabalho também sofre reveses na medida que a classe trabalhadora, maior afetada pela crise, não poderia mais contar com sindicatos fortes porque desde o pós guerra foi intenso o processo de burocratização das lideranças sindicais e conseqüente enfraquecimento da classe operária quando essa mais precisou ser mobilizada. Diversos direitos trabalhistas passaram a estar na mira dos governos que, desde então, disseminaram o discurso da *flexibilização* em detrimento da rigidez do sistema fordista de produção - que supostamente teria conduzido as economias capitalistas ao caos.

Sobre o tema, Dardot e Laval afirmam que:

Se a ordem econômica Keynesiana e fordista repousava sobre a ideia de que a concorrência entre empresas e entre economias capitalistas deveria ser enquadrada por regras fixas comuns no que diz respeito a taxas de câmbio, políticas comerciais e divisão de renda, a nova norma neoliberal instaurada no fim dos anos 1980 erige a concorrência em regra suprema e universal de governo. (2016, p.197)

Ao mesmo tempo, iniciativas na esfera produtiva deslocadas do eixo Estados Unidos – Europa Ocidental tomavam corpo e desafiavam a hegemonia econômica das grandes potências, como é o caso do Japão. O relativo sucesso da expansão econômica japonesa impulsionou mudanças estruturais nos campos econômico, político, social, ético etc das economias capitalistas como um todo e forçaram uma reconfiguração do bloco histórico fordista-keynesiano no sentido de retomada das taxas de lucro a partir de medidas globais de adequação da produção e do mundo do trabalho a essas novas demandas.

Outro impacto não menos importante é a crescente submissão da ciência e tecnologia ao mundo produtivo já a partir da década de 1970, que aumenta a produtividade, mas também a mais valia relativa e o desemprego estrutural. O aprofundamento do paradoxo capitalista entre expansão do capital e trabalho, aqui, encontra uma encruzilhada insuperável: a saída para a superação das mais diversas etapas dessa mesma crise passa inevitavelmente pela preponderância do capital fictício e do trabalho improdutivo – representado basicamente pelo setor de serviços – que acaba por alocar o excedente de mão de obra incapaz de ser absorvido pelo mundo do trabalho.

São essas reorientações da esfera produtiva que foram sendo incorporadas pela classe dominante e preencheram as lacunas empíricas para o resgate da doutrina neoliberal da escola austríaca– esmaecido como ideologia da direita desde a década de 1940 – e foram

implementadas como políticas públicas de salvaguarda das taxas de lucro capitalistas que declinavam como efeito da crise de 1970. É preciso frisar que o neoliberalismo encontrou o terreno fértil nessa conjuntura porque uma série de condições históricas favoreceram sua hegemonia: a iminente queda da União Soviética, o enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores e das suas esferas de representação e a eclosão de ideologias antimarxistas que questionavam a validade da luta de classes como motor da história e centralidade do trabalho a partir da ênfase do combate restrito às esferas culturais e das minorias e, principalmente no que nos cabe, a série de golpes de Estado patrocinados pelos Estados Unidos – em especial, o caso do Chile em 1973¹⁰.

Esse conjunto de condições conjunturais e históricas possibilitaram ao capitalismo responder rapidamente à crise de superprodução com estímulos as políticas de arrocho salarial e superexploração da força de trabalho, bem como com a completa entrega à economia de mercado da capacidade de investimento do setor produtivo. O resgate do ideário neoliberal adormecido desde o final da década de 1930¹¹, aliado ao enfraquecimento do potencial de investimento do Estado lançaram sobre o mercado a esperança do reequilíbrio das contas dos tempos pré crise.

Assim, esse breve panorama cumpriu a tarefa de posicionar o capitalismo como um modelo produtivo dinâmico e cíclico, altamente adaptável e que quando não encontra barreiras, tende sempre à acentuação da acumulação, aprofundando o fosso da desigualdade material entre ricos e pobres.

¹⁰ O golpe sobre o governo de Salvador Allende tornou o Chile uma espécie de laboratório do neoliberalismo importado pela escola de Chicago que, sob a ditadura de Pinochet, desvelou-se despido do palavreiro liberal e impôs-se com violência e opressão sobre o povo chileno. Direitos sociais fundamentais, como a educação, saúde e previdência social foram entregues à iniciativa privada.

¹¹ Dardot e Laval explicam em *A Nova Razão do Mundo* que o Colóquio Walter Lippmann realizado em Paris em 1938 é organizado com vistas a dar respostas às encruzilhadas do liberalismo clássico e sua falta de eco na materialidade que pretendia ordenar. A ideologia liberal demonstra caráter metafísico ao constatar-se à época que as saídas das crises do capitalismo se deram a partir da intervenção ostensiva do Estado, deixando para trás a clássica formulação dos liberais fisiocratas do *laissez-faire*. Assim, esse colóquio representou uma das primeiras manifestações de uma corrente neoliberal – antagonista à keynesiana – que denunciou o caráter fantasioso da suposta crise do liberalismo, anunciando que era justamente a intervenção do Estado como resposta à crise o elemento causador da impossibilidade de um liberalismo econômico pleno. Desse Colóquio surge uma noção de neoliberalismo enquanto ordem artificial mantida pelos Estados Nacionais afim de se manterem intactos o funcionamento do livre-mercado concorrencial, forjando uma nova ética para um novo homem. De lá também surgiu uma segunda corrente de origem alemã, chamada Ordoliberal, que prega a primazia da ordem constitucional no funcionamento da sociedade e economia de mercado (2016, p.101).

1.2 O capitalismo periférico e a formação da burguesia no Brasil: uma análise teórica a partir da sociologia brasileira

O século XX é o período histórico que o sistema capitalista se institui como o modelo de produção hegemônico em todo o globo. Uma vez apartada da ordem bipolar no final do século, a nova divisão internacional do trabalho aprofunda as diferenças entre o centro e a periferia, sobretudo para que os mercados de consumo de produtos manufaturados não sejam profundamente abalados no processo de aparente liberdade econômica que funda a globalização. Nesse contexto, o Brasil, um país que herda de sua formação colonial traços de profunda desigualdade socioeconômica, tem na transformação das elites agrárias a base para a formação da burguesia enquanto classe dominante, ainda que não sem conflitos e disputas de poder.

A compreensão dos processos que desencadearam a formação da burguesia no Brasil, exige que compreendamos o contexto de expansão imperialista do capitalismo central ainda no século XIX e seus desdobramentos sobre os processos sociais, políticos e econômicos sobre as ex-colônias. Essa expansão não ocorreu a partir da intervenção direta e imediata, da mesma maneira como se deu na África e na Ásia onde existiu o controle territorial e econômico no fenômeno histórico neocolonial. Aqui, partiu-se da influência e controle direto sobre a *economia e a produção* dos países latino-americanos, principalmente pela concessão sistemática de empréstimos a juros e exportação de tecnologia e bens de capitais. Em contrapartida, as elites locais forneceram as bases institucionais sobre as quais as potências imperialistas exerceram controle efetivo sobre o território das antigas colônias, mantendo-as tão dependentes quanto o eram antes dos processos de independência se desenrolarem, protegendo essa mesma elite contra as insurgências de cunho popular.

Em a Revolução Burguesa no Brasil, livro publicado em 1974, o sociólogo Florestan Fernandes afirma:

O que se buscava não era impor controles internos indiretos à organização e ao funcionamento das economias capitalistas emergentes. Mas constituir condições de controle externo que pudessem submeter o comércio “internacional” dessas economias a um condicionamento indireto, regulado pelos interesses econômicos e políticos da nação capitalista hegemônica. (2006, p.274)

Esse grau de controle foi um dos elementos determinantes do caráter tardio da eclosão do capitalismo no Brasil que se deu acompanhando os fluxos de ascensão e crise do capitalismo

central. A economia do período pré-capitalista no Brasil era baseada na forte dependência da exportação de gêneros agrários até que as sucessivas crises do capitalismo central impusessem aos setores dominantes a necessidade de diversificação das atividades produtivas, a fim de se protegerem das oscilações e flutuações de preços que os gêneros agrícolas estão submetidos. A agenda da modernização era imperiosa, sem que, entretanto, possamos considerar ter acontecido um verdadeiro estímulo a um processo revolucionário de industrialização antes da década de 1930, em grande medida porque ainda não eram dadas as condições para uma eclosão industrial estrutural (e não apenas conjunturais, como aquela que caracteriza a era Mauá, por exemplo).

Nesse contexto, a aurora da industrialização brasileira no século XX foi fortemente impulsionada pela conjuntura internacional de crises e guerras, pela necessidade de diversificação dos lucros por parte dos setores dominantes locais e de uma agenda internacional de expansão de mercados e zonas de influência dos países do centro do capitalismo. Assim, compreendendo que as classes sociais não se originam e atuam como produto de um bloco coeso de motivações, sobretudo na esfera do capitalismo dependente, cada fração se move segundo seu plano de interesses conjunturais e são unidas pela posição que assumem no mundo da produção e na manutenção do capitalismo enquanto modelo hegemônico. No Brasil, o aparente conflito entre os interesses de lucro entre cidade e campo foram superados com a submissão de cada estrato a uma posição de dependência e submissão ao capital internacional: o campo segue como o fornecedor dos gêneros primários na divisão internacional do trabalho, enquanto as cidades iniciam sua industrialização atendendo as demandas do incipiente mercado interno.

Apesar de a tarefa de compreensão do surgimento do capitalismo no Brasil e da classe burguesa que lhe é correspondente parecer seguir uma orientação comum sob o esquema periférico, esse estudo enseja rigor analítico para que se possa fugir das generalizações fáceis, dado que a formação político-econômica do território brasileiro é fruto de relações coloniais de exploração singulares que deram origem a uma elite agrária fortemente estabelecida. É desafiador pensar sobre o advento do sistema capitalista em um país de forte tradição agrária, na medida que é um grande obstáculo haver capitalismo sem um amplo processo de industrialização nacional, bem como sem uma zona urbana significativa o suficiente para sustentar o mercado consumidor e o escoamento das mercadorias.

Entretanto, a falta de uma estrutura de indústrias tanto de base, quanto de bens de capital – aquelas que fornecem o maquinário para as indústrias de bens de consumo – ainda nos deixou atrelados a uma dependência financeira e tecnológica em relação aos países centrais. O Brasil ingressou no modo capitalista de uma forma atrasada e dependente – social e tecnologicamente -, pois, no momento histórico que os países capitalistas centrais assumiram a via keynesiana de desenvolvimento das forças produtivas como resposta à crise de 1929, o Brasil dava seus primeiros passos para o desenrolar do seu processo de industrialização.

Para explicitar as relações de semelhanças e diferenças entre os processos de eclosão e desenvolvimento do capitalismo no globo, o recurso cronológico não é um grande aliado, sobretudo porque pode transmitir a ideia de que o desenrolar dos processos históricos seguem uma lógica linear e teleológica em um sentido único e irreversível. Assim, apesar de estarem sob a lógica capitalista, as realidades locais não podem ser tratadas de forma equivalentes, na medida em que cada formação nacional é única, ainda que existam demarcações de características universais de qualquer processo de modernização. Ou seja, existem elementos que são necessários para a eclosão do fenômeno da industrialização e formação da sociedade de mercado de qualquer estado-nação, mas elas não se desenrolam de maneira idêntica.

Apesar da instigação constante a reduzir os processos a relações de causa-efeito descuidadas, a formação das conjunturas históricas nacionais não se dá como expressão do reflexo imediato centro-periferia que compreende que o Estado Moderno na sua configuração republicana burguesa seja o ápice da história do capitalismo, universalizando as perspectivas de passagens de uma etapa a outra até o “fim da história”¹² (Hegel, 2008). As vicissitudes do capitalismo do centro foram em grande medida marcadas por processos revolucionários que sedimentaram a burguesia como classe fundamental e possibilitou que esse modo de produção atravessasse as sucessivas fases históricas de forma mais lenta e gradual – muitas vezes

¹² Hegel foi o filósofo da Modernidade a primeiro propor uma Filosofia da História a partir do método dialético. Nesse processo, o autor entende a história universal como o movimento do Espírito Absoluto pelo autoconhecimento que gera a liberdade, como a própria expressão da Razão no tempo. Essa busca, descreve Hegel nos seus escritos póstumos sobre Filosofia da História, desencadeia na aurora do Estado Moderno, a forma mais acabada de liberdade. Cada homem e mulher, individualmente, são abstrações, parte do todo da Razão, instrumentos para a sua própria libertação que, através de suas ações cotidianas cooperam, a partir de um movimento de tese-antítese-síntese para a evolução do todo. Para o filósofo alemão, a Europa é o fim da história – enquanto a Ásia é o berço - porque entende que lá é onde a humanidade foi capaz de desenvolver condições de existência de uma liberdade plena. É dessa noção hegeliana que Francis Fukuyama parte para escrever seu famoso ensaio *O fim da história?* em 1989 considerando que a derrocada da União Soviética teria significado a irreversível vitória do capitalismo sobre o comunismo e sua marcha inevitável sobre o curso da história, ou seja, a forma capitalista de existência representaria o modelo de vida mais bem acabado do mundo civilizado (Skaldaferro, 2009).

sangrenta -, desde a acumulação primitiva e a formação do exército industrial de reserva, até o capitalismo monopolista, expansivo e imperialista das formas mais recentes do mundo de então.

Assim, a história moderna que testemunhou o nascimento e expansão do capitalismo não vem se desenrolando segundo uma receita culinária, etapa após etapa, até o produto final. A subsunção à economia de mercado em cada país fora do eixo central caracterizou que tipo de capitalismo ali poderia florescer. A análise desse desenrolar no Brasil enseja ir além dos aspectos fenomênicos, identificando as universalidades e principalmente as particularidades do estabelecimento do capitalismo enquanto modelo de produção hegemônico em uma realidade nacional tão peculiar.

Assim, o desencadeamento dos processos de formação da burguesia no Brasil é compreendido em paralelo ao desenvolvimento tardio da indústria nacional que será analisado por esse trabalho a partir do diálogo entre as obras de dois grandes sociólogos brasileiros - Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes. A importância desses sociólogos vem do fato de romperem com a tradição teórica cepalina, predominante na América Latina e que compreendia o desenvolvimento das forças produtivas na região como consequência de etapas específicas do processo histórico tais como ocorreram nos países centrais.

O aspecto de unidade metodológica na análise dos dois sociólogos brasileiros está na adoção de um importante referencial, importado dos enunciados marxianos sobre o desenvolvimento e expansão do sistema capitalista de produção: *a lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Extraída da lógica dialética que orienta a compreensão do curso da história e desenvolvimento das forças produtivas da civilização ocidental, a lei enuncia que a desigualdade funda o curso da história que, por sua vez, incorpora e combina, elementos de épocas diferentes, tornando o aspecto fenomênico da materialidade um equilíbrio entre contrários e anacrônicos que se retroalimentam.

Superando a tão corrente crítica que sustenta a falsa percepção de que a tarefa analítica de Marx - que criou método histórico-dialético para compreender a sociedade burguesa - não pode ser capaz de orientar a construção de teorias explicativas de realidades muito afastadas dos países centrais, os autores defendem que o aspecto de universalidade do funcionamento do sistema capitalistas faz das realidades locais o seu substrato, de forma a se fazer possível a abstração e reconhecimento dos elementos que caracterizam o sistema, ainda que em trajetos e recortes diferentes. Ao contrário, reconhecendo as particularidades do capitalismo em cada

realidade nacional, é possível acessar o cerne dos seus mecanismos de perenidade e possibilidades de superação.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado como ferramenta metodológica permitiu aos pensadores fugir dos esquemas etapistas muito difundidos pela ciência histórica soviética a partir da III Internacional¹³. Em muitos sentidos, a aversão do comunismo soviético pelo enunciado adotado pelos nossos pensadores traz no seu bojo a disputa do discurso do Estado stalinista contra a oposição trotskista, grande proponente da precedência lógica e ontológica do desenvolvimento desigual e combinado como a expressão de uma lei que rege a mudança e funcionamento do mundo como um todo, o natural incluso.

A história se desenrola mais pela absorção de elementos culturais e produção de sínteses híbridas do que pela marcha constante dos meios de produção passo a passo rumo o seu fim inexorável: o socialismo. George Novack, um importante trotskista estadunidense, explica que “a coexistência de povos de diferentes níveis de organização social” produz os conhecidos “saltos” na história que

[...] se tornam inevitáveis porque os setores atrasados da sociedade enfrentam tarefas que só podem ser resolvidas com a utilização de métodos mais modernos. Sob a pressão das condições externas, veem-se obrigados a saltar ou precipitar etapas da evolução que originalmente requerem um período histórico inteiro para desenvolver as suas potencialidades. (p.54, 1988)

Os elementos de atraso característicos das sociedades que não desenvolveram plenamente suas forças produtivas se combinam com a implementação do projeto desenvolvimentista imposto pelas demandas do capitalismo central, não em uma relação de contradição excludente, mas de combinação, absorvendo-se mutuamente e criando modos de ser capitalista peculiares em cada região do globo.

No ensaio *Crítica a Razão Dualista* publicado em 1976, o sociólogo Francisco de Oliveira parte da crítica à concepção cepalina que entendia o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento capitalista pleno e que a condição de subserviência dos países da América Latina só poderia ser superada quando as forças produtivas se desenvolvessem plenamente, no mesmo modelo dos processos originários nos países centrais. Ainda segundo os intelectuais cepalinos, o grande entrave ao desenvolvimento do capitalismo

¹³ A partir da III Internacional, a União Soviética assume uma leitura do método de análise histórica amparada pela percepção de que os modos de produção evoluíram – e, portanto evoluirão – de etapa em etapa histórica, das sociedades primitivas, passando pelo modo de produção asiático, escravista até chegar ao comunismo. A essa forma de análise conceituou-se *etapismo*.

nos países periféricos era a desigualdade nas relações de troca no eixo centro-periferia. Na medida que o Brasil, em meados do século XX, já havia iniciado seu processo de industrialização – se integrando plenamente ao sistema capitalista – a lógica geopolítica a ser defendida seria aquela que disputaria relações comerciais mais horizontais, possibilitando que os países periféricos tivessem acesso a maior aporte de recursos para a modernização de suas próprias economias.

A crítica ao CEPAL parte do esforço de superação de uma teoria do subdesenvolvimento que o relacionaria ao atraso, como uma etapa anterior do desenvolvimento propriamente dito; como fim do fenômeno de modernização. Para esses teóricos, o subdesenvolvimento latino-americano é fruto dos anos do espólio colonial que impediu que se criassem as condições de um desenvolvimento pleno nos territórios politicamente independentes. Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam como polos opostos e hierarquizados – o primeiro sobre o segundo – e a marcha inelutável dos países latino-americanos rumo a igualdade econômica e social consistiria em superar os entraves locais e externos no sentido de desenvolver suas forças produtivas até o equilíbrio da balança entre as realidades nacionais entre o centro e a periferia.

No seu ensaio, Francisco de Oliveira buscou romper com a premissa cepalina. Não se tratou de superar o subdesenvolvimento mirando no modelo de desenvolvimento do capitalismo do centro. A ciência histórica não é teleológica; ela não revela processos que cumprem os requisitos para se transformarem arquetipicamente em outros, mas sim manifesta como os mais variados caminhos tomados pelos seres humanos em coletividade determinam trajetórias nem sempre esperadas. Definitivamente, o subdesenvolvimento não seria, na visão de Oliveira, uma etapa anterior do desenvolvimento.

Mas se é assim, o que seria essa relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento defendida pelo pensador? Para contribuir com essa discussão, citamos o autor:

[...] na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (1998, p. 33)

Ou seja, a dualidade desenvolvimento x subdesenvolvimento é meramente formal e fenomênica. Em realidade, o subdesenvolvimento periférico é um produto intrínseco e necessário do desenvolvimento do centro que assim se faz atendendo as necessidades

permanentes de reserva de mercado, mão de obra barata e farta, cumprindo a tarefa de exteriorização dos custos e extração aprofundada da mais-valia.

A política de substituição das importações foi o pontapé da industrialização dos países latino-americanos, mas, Francisco de Oliveira mais uma vez vai se contrapor aos intelectuais cepalinos quando analisa as causas desse processo, ainda que ambos partam do crivo cronológico das crises e guerras do início do século XX. Para esses últimos, a substituição das importações nasce da necessidade do mercado de acessar os produtos importados que não acessava mais – ou seja, partem da demanda do mercado consumidor -, já o primeiro parte da necessidade dos estratos hegemônicos diversificarem sua produção na medida que o mercado externo diminui abruptamente a importação de gêneros produzidos no Brasil – ou seja, parte da própria necessidade de produção de excedente de capital.

Assim, a depender de cada ângulo, o Estado assume papéis distintos. Sob a ótica cepalina, cabe ao Estado criar as condições de viabilidade e perenidade da empresa privada, concedendo incentivos fiscais e outros tipos de subsídios. Já a linha analítica que vai conduzir Francisco de Oliveira por todo o percurso de uma teoria do capitalismo dependente, entende que a função do Estado nesse contexto é criar as condições para o surgimento de um mercado consumidor dócil e capaz de sustentar a atividade industrial interna, a partir de políticas públicas de incremento do consumo e uso da coerção para manter a classe trabalhadora sob controle.

A entender a tarefa do Estado estrito no contexto do surgimento de um capitalismo dependente, é preciso, nesse estágio, demarcar os elementos de universalidade do sistema capitalista em si. Existem aspectos elementares que precisam surgir para que o modo de produção capitalista efetivamente seja implementado. Assim, para que esse sistema de produção pudesse ter aflorado no Brasil, Francisco de Oliveira aponta que o eixo agrário-exportador que era hegemônico precisaria ceder espaço ao polo urbano-industrial, atendendo a três condições fundamentais (Oliveira, 1998): 1) existência de uma legislação reguladora do trabalho urbano; 2) papel ampliado do Estado, acolhendo as demandas de expansão do capital privado; 3) acumulação primitiva a partir papel desempenhado pelo modelo peculiar de trabalho camponês.

A criação da legislação trabalhista no Brasil cumpriu a importante tarefa de regulamentação do trabalho urbano e do excedente de mão-de-obra – exército industrial de reserva -, além de promover uma equalização do rebaixamento do custo da força de trabalho. Foi possível que as cidades comportassem um mercado consumidor para produtos

manufaturados, sendo essa a própria condição de possibilidade de expansão das áreas urbanas. Nesse sentido, o setor de serviços se desenvolve de maneira concomitante à expansão industrial, tornando-se o principal vetor de escoamento de mercadorias e serviços. Quanto aos custos da força de trabalho, temos como emblemática a política varguista de implementação do salário mínimo como a principal estratégia de estabelecimento “por baixo” do preço da mão de obra aos níveis da subsistência, impedindo que determinadas categorias de trabalhadores – sobretudo o especializado – pudessem submeter sua mercadoria força de trabalho a ordem liberal da oferta e demanda, encarecendo-a.

Os surtos do industrialismo da sociedade pré-capitalista brasileira germinaram o estrato urbano e junto com ele, o afloramento da sociedade civil e seus incipientes aparelhos privados de hegemonia. Esse novo estrato, que ainda não podemos chamar de burguesia, segundo o sociólogo recifense, “cria as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir” (ibid. p.40). Entendendo que, a partir da ótica do Estado Ampliado, a relação entre o público e o privado no processo de modernização brasileiro não poderia ser diferente de nenhum modelo capitalista, seja ele central ou periférico, o repasse direto ou indireto de parte do fundo público do Estado para a iniciativa privada a partir de políticas públicas de investimento em infraestrutura e de absorção de parte dos custos da reprodução da força de trabalho, cria uma espécie de salário indireto que o sociólogo chamará de *antimercadoria*.

O Estado - enquanto poder público - é um elemento de singular importância para a reprodução dos capitais privados na medida que o fundo público – *o antivalor* - seja o aporte material que diminui os custos de reprodução da força de trabalho urbana – a partir de políticas de subsídios, por exemplo – além desenvolver as forças produtivas ao financiar institutos de pesquisa e tecnologia e fomentando obras de infraestrutura. Estado e sociedade civil cooperam mutuamente porque compõem uma unidade essencial e, no caso brasileiro, essa cooperação é a marca indelével que os mesmos estratos hegemônicos do passado se manteriam no exercício do poder e hegemonia efetivos quando a sociedade brasileira neocolonial se transformou em sociedade de classes.

A análise do peculiar processo de acumulação primitiva do capitalismo dependente no Brasil se dá na relação da hiperexploração da força de trabalho campesina e expropriação do excedente produtivo como pagamento pelo uso da terra, ao contrário do processo de acumulação primitiva no modelo inglês descrito por Marx n’O Capital (2013, p.959). O camponês não foi expulso do campo; ele é o arrendatário da terra e desempenha uma dupla

tarefa: destina o excedente da cultura de gêneros alimentícios para o dono da terra, além de ser o responsável pela manutenção da cultura de exportação da propriedade. A migração campocidade existiu, mas não exatamente pelos mesmos fatores que caracterizaram a acumulação primitiva do centro do capitalismo. A mão de obra retida nos campos produz para si e para o dono da terra, além de ser o principal fornecedor dos gêneros alimentícios que compõe a cesta básica dos trabalhadores urbanos. É essa mão de obra altamente explorada nos campos a responsável por diminuir a composição dos custos da força de trabalho urbano, cooperando para exteriorizar os ônus dos capitalistas industriais e do setor de serviços.

Nessa lógica, Francisco de Oliveira salienta que a acumulação primitiva no capitalismo dependente “é estrutural e não apenas genética” (2003, p.43) porque está não apenas no fundamento das condições materiais de expansão do modelo capitalista no Brasil, mas é necessariamente relevante para compor os mecanismos de reprodução desse modelo de produção. Sem o trabalhador campesino seria impossível rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, rebaixar os custos de produção de produtos manufaturados da nascente indústria brasileira.

Fica empiricamente demonstrável que o capitalismo aqui surgiu e se expandiu incorporando o novo ao arcaico; não houve um verdadeiro processo revolucionário que colocasse por terra a hegemonia e domínio das elites agrárias, tal qual vivenciado pela burguesia europeia do século XVI e XVII. Francisco de Oliveira sintetiza a questão na seguinte passagem:

A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo. (*ibid*, p.60, grifo do autor)

Na visão do sociólogo, esse padrão de expansão capitalista no Brasil não foi essencialmente uma imposição da burguesia internacional, mas uma opção de modelo de desenvolvimento. Como exemplo, tomamos o plano de metas de Kubitschek que foi estruturado no tripé industrial e concedeu à iniciativa privada estrangeira a exploração de um mercado consumidor a ser desbravado, aquele que viria a consumir bens duráveis, ainda que esse mercado fosse pouco desenvolvido no Brasil. Éramos um país recém industrializado que estava nos primórdios da criação de uma classe média com capacidade de consumo em larga escala e de forma sustentada. E por isso, o papel do Estado foi central, na medida em que usa o fundo

público para criar infraestrutura e por adquirir empréstimos externos para desenvolver as condições de criação de uma classe média com maior potencial de efetivar o poder de consumo.

Para Oliveira, essa via foi a opção da burguesia nacional; opção essa que prescindiu de um verdadeiro nacional-desenvolvimentismo em nome da sua própria sobrevivência enquanto classe dominante, como afirma:

É claro que estavam à disposição no mercado mundial as técnicas e os bens de capital necessários para que se desse, internamente, o salto em direção à industrialização. Mas o que se quer frisar é que os atores atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento. [...] Um pouco de história econômica ajudará a reconhecer que a estrutura central, a espinha dorsal dos atos de política econômica que levaram à industrialização, foi pensada para ter como resultado exatamente a industrialização que se logrou. (ibid, p.75)

Assim, a fundamentação teórica de Francisco de Oliveira é totalmente construída para demonstrar que a dualidade centro-periferia / modernidade-atraso é um mero aspecto formal, a expressão de um fenômeno aparentemente dual, mas essencialmente complementar. A teorias do subdesenvolvimento cepalino – e as consequentes estratégias para a sua superação - perde força quando se compreende que o atraso que caracteriza os países subdesenvolvidos é um produto essencial da forma de dominação característica do capitalismo dos países desenvolvidos e não sua etapa anterior. O centro moderno se alimenta do atraso e é uma grande ingenuidade conceber que de maneira espontânea os países centrais cederiam espaço para um real desenvolvimento autóctone, centrado na produção de tecnologias que aumentassem o valor agregado das mercadorias produzidas aqui, equilibrando as relações competitivas entre os Estados nacionais, tal como propunha os intelectuais da CEPAL.

Por outro lado, e partindo do ensejo de compreender as condições do desenrolar do golpe civil-militar de 1964, Florestan Fernandes, outro sociólogo extremamente relevante para a compreensão sociológica do Brasil, se debruça sobre o estudo das condições da formação da burguesa a partir da obra ‘Revolução Burguesa no Brasil’ lançada em 1974 e do processo de modernização que originaram o capitalismo dependente brasileiro e a sociedade de classes em substituição àquela escravocrata-colonial dos tempos de dominação europeia. O sociólogo parte da premissa de que a vocação agrária-exportadora que fundamentou a economia colonial foi determinante na formação do perfil dos extratos dominantes, em grande medida pouco preocupado com um autóctone nacionalismo e desenvolvimento interno. A produção predominante é a de gêneros primários e basicamente voltada para os mercados externos, sendo

as necessidades internas supridas pela produção local, geralmente dentro dos limites das grandes propriedades.

O processo de independência, consequência da chegada da corte portuguesa no país, fez brotar um desenvolvimento local que pudesse atender o mínimo da infraestrutura necessária para as novas demandas da burocracia instalada. O Brasil, não mais como colônia, mas como estância politicamente independente, precisaria acolher um processo de desenvolvimento que fosse coerente com um novo projeto nacional. Não estamos falando que essa etapa histórica trouxe no seu bojo um projeto de desenvolvimento para a jovem nação, mas forneceu condições para o surgimento do estrato que viria a dar origem à camada burguesa urbana, ainda que não tenha havido processo real de industrialização que sustentasse uma zona urbana desenvolvida.

O Brasil imperial do pós independência começa a fermentar da aurora do capitalismo brasileiro, mas ainda esteve muito longe dele porque, apesar de trazer certas condições de florescimento de uma burguesia industrial urbana, estava muito atrelado economicamente às potências neocoloniais. Tal atrelamento não se manifestou apenas na já abordada vocação de exportação de gêneros primários, mas também pela manutenção do sistema escravista que, além de anacrônico quando olhado para todos os outros países que usaram mão de obra escrava – o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão –, impossibilitava a criação de um mercado consumidor e, conseqüentemente, uma malha urbana capaz de sustentar indústrias de maior porte.

Contraditoriamente, o regime escravista foi dos principais elementos catalisadores da urbanização dos grandes centros brasileiros, na medida que produziu o excedente de capital voltado para o desenvolvimento das cidades. Como explica Florestan Fernandes,

A cidade convertia-se em polo dinâmico do crescimento capitalista interno sem necessitar estender ao campo qualquer desdobramento da revolução urbana. Enquanto os problemas reais da política econômica das camadas dominantes girassem em torno da consolidação e da disseminação do mercado capitalista moderno, revolução urbana significava, pura e simplesmente, lançar o peso do desenvolvimento capitalista sobre o trabalho escravo e o regime de produção escravista (2002, p.269).

O caráter desigual e combinado se manifesta tanto externa – na relação com os países do capitalismo central – quanto internamente – a partir da ótica cidade-campo. Os contraditórios não se excluem; ao contrário, são a condição de existência desse tipo específico de capitalismo.

O Estado do capitalismo da periferia desempenha a tarefa prioritária de dar condições dessa burguesia florescer, desenvolver suas forças produtivas, sem que os elementos de contradição se aniquilem e que preserve uma relação de subserviência com o capitalismo do centro para que ela mesma possa sobreviver desempenhando um papel de subalternidade e de absorção de uma fatia menor da produção global da riqueza. Compreendendo o Estado a partir

da ótica gramsciana, temos que o sentido estrito do Estado Ampliado existe coadunado com a nascente sociedade civil. Ou seja, é essa burguesia quem pensa e implementa as políticas estatais e consolida a sua hegemonia sempre tendo no horizonte o recurso coercitivo do Estado estrito e mobilizando-o sempre que os subalternos ameaçam suas noites tranquilas de sono.

Assim, a análise de Florestan é taxativa: o Brasil se consolida como um país cuja burguesia se constitui a partir de uma dimensão subalterna e autocrática e despreparada para acolher as demandas inerentes aos aspectos formais do modelo de democracia republicana. Todas as vezes que a hegemonia da classe dominante é questionada, é experimentado um estado de exceção que no fundo exprime uma concertação e rearranjos entre as mais variadas frações da classe no sentido de manutenção do poder e hegemonia. Dessa forma, o país se desenvolve economicamente a partir do consenso das mais diversas frações de classe burguesa, hiperexploração do trabalho e repressão a nova classe trabalhadora originada pelo próprio processo de constituição da burguesia enquanto classe dominante no Brasil.

Uma revolução burguesa em um país periférico se daria a partir de mecanismos econômicos diferente daqueles dos países do centro, porém de maneira análoga aos países do capitalismo europeu que se modernizaram tardiamente (mais especificamente Alemanha, Itália e Japão), enquadrando-se no conceito de *Via Prussiana*¹⁴ de Lenin. Como explica Carlos Nelson Coutinho no artigo *A Democracia como Valor Universal*, de 1979:

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas numa “via prussiana”, ou seja, através de uma conciliação entre frações da classe dominante, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (Coutinho, 1979, p.41)

A aparente similaridade que o conceito parece transparecer entre as revoluções burguesas de caráter tardio no Brasil e na Europa pode esconder as peculiaridades de cada realidade nacional. Os processos de modernização tardios europeus (os quais Lenin descreve), podem até ter um aspecto formal coincidente – principalmente no que tange ao papel desempenhado pelo Estado e ao jogo da burguesia que se alia aos setores mais atrasados da sociedade e implementa uma espécie de modernização que deixa as estruturas de poder intactas.

¹⁴ Na obra *Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes não trabalha com o conceito de *Via Prussiana* cunhado por Lenin, mas todo desenvolvimento teórico do autor nos permite enquadrar o desenrolar da modernização brasileira a partir desse conceito. Em Gramsci, encontramos proximidade conceitual na noção de *Revolução passiva*, ainda que os dois conceitos apresentem diferenças importantes.

Entretanto, o conteúdo dos processos torna cada realidade nacional um desenrolar diferente: no caso brasileiro, a modernização foi ainda mais tardia (já no século XX), o que aprofundou o grau de dependência em relação aos países do centro e tornou muito difícil – se não impossível – competir pelo mesmo estrato do mercado de consumo. Restou ao país se desenvolver importando tecnologia e modernizando com radicalidade o único setor na economia que nos coube: o agropecuário para exportação.

1.3 Crise estrutural, recomposição burguesa e desdobramentos na realidade brasileira

A partir do referencial marxista de análise do funcionamento do sistema capitalista, entendemos que esse modo de produção atravessa crises recorrentes que funcionam como mecanismos inerentes a sua própria forma de expansão. Como regra, um tempo de superprodução antecede a queda exponencial do consumo e o processo de superacumulação que desembocam em processos cíclicos de crise, levantes contestatórios dos subalternos e recomposição do bloco histórico hegemônico (Gramsci, 2007). Nesse tópico, dialogaremos a partir Mészáros (2011), Harvey (2007), Kurz (2018), Frigotto (2010), Antunes (2000) e Chesnais (1996) como podemos entender que a crise de 1970 inaugura uma etapa de ocorrência não mais de crises cíclicas, mas de crise estrutural, na medida que essa é a condição da reprodução do capital em todo o mundo até os dias de hoje.

A década de 1970 marca o esgotamento da hegemonia do modelo fordista keynesiano de acumulação que tinha, de acordo com Harvey (2007, p.135) a rigidez do sistema como o principal aspecto fenomênico do problema, já que:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariante. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”)

Assim, partindo dos aspectos fenomênicos, podemos entender que o gargalo da rigidez fordista escondia a verdadeira problemática do bloco histórico fordista-keynesiano: a reduzida liberdade de circulação de capital. Considerando que esse modelo de produção foi baseado no estreito controle da demanda pelo Estado estrito a partir de políticas públicas de valorização do salário, controle monetário, investimentos públicos em obras de infraestrutura, dentre outras políticas, os grandes conglomerados capitalistas não tinham margens para uma expansão livre,

principalmente nos países de economia central, restando ao capital poucas alternativas de ação para burlar o estreito controle dos Estados.

Esse ponto de estrangulamento do modelo fordista-keynesiano se tornou ainda mais estreito pela natural tendência do capitalismo de racionalizar a produção, sobretudo nos anos pós guerra quando os investimentos privados foram expressivamente girados para a indústria de paz, o que auferiu aumento sistemático da produtividade fabril, gerando problemas de giro de mercadorias. A política de valorização dos salários, por sua vez, foi produto das tensões de classe travadas por uma classe trabalhadora fortalecida e que mantinha fortes sindicatos com significativo poder de negociação. Todo esse poder de negociação aliado a rigidez das políticas macroeconômicas estagnou o crescimento da acumulação de capital a partir da extração de mais valia, além de esbarrar no aumento da produtividade fabril¹⁵ que exigia cada vez menos transferência de trabalho abstrato.

Essa contradição que só viria a crescer mais forçou a transferência da produção fabril do centro do capitalismo rumo a periferia, em um tipo de êxodo produtivo, mas não de capital, cujo movimento sempre retornou a suas contas bancárias de origem. A América Latina e a Ásia foram os territórios preferenciais para a nova territorialidade, tendo em vista que essas nações já tinham iniciado seu processo de industrialização e o controle da legislação trabalhista era menos estreito.

Contribuindo com o debate, Robert Kurz afirma:

Quando um capital individual racionaliza, ele expulsa força de trabalho, produz mais produtos com menos trabalho vivo e, portanto, reduz os seus “custos” gerais e por produto, sua lucratividade aumenta e, assim, sem o querer e sem o saber, mas, inevitavelmente, contribui para uma erosão ainda mais acelerada da produção mundial de mais-valia, que aparece na superfície da sociedade em escala global como uma acelerada destruição de capital (entre os “perdedores”) e como aumento do desemprego, “crise do Estado-social etc (Kurz, 2018, p.93).

O efeito da concorrência entre os capitalistas descrita por Marx (2013) na *lei geral da acumulação* os impele a disputarem entre si o mercado vendendo mais pelo menor custo de produção, o que propaga a necessidade de investimento maciço em desenvolvimento tecnológico e ganho de produtividade. Entretanto, aumentar a produtividade fabril significa diminuir a quantidade de trabalho vivo em cada mercadoria produzida e ampliar a extração da mais-valia do conjunto da mão de obra. Individualmente, o trabalhador, em menos horas,

¹⁵ As décadas de florescimento do Estado Keynesiano foram os anos de auge da Guerra Fria que estimulou as duas grandes potências a disputarem uma corrida científico-tecnológica com implicações diretas no mundo da produção fabril.

produz uma quantidade maior de mercadorias e, conseqüentemente, o valor de cada peça é rebaixado. Assim, aumentando o grau da lente de análise, a competitividade inevitável entre os agentes da expansão do capital resulta no aumento do desemprego estrutural e, no final das contas, ao excedente de produção.

Acompanhando o crescimento do desemprego estrutural, os índices de subemprego também aumentam, principalmente dos estratos mais subalternizados da força de trabalho: as mulheres, negros e imigrantes. Essa alta taxa de exploração, ainda que mais evidentemente para extratos mais frágeis, reduz os salários de todo o conjunto da classe trabalhadora, provoca um enfraquecimento das lutas coletivas e gera a diminuição do poder de barganha e negociação. Assim, os limites do modelo fordista-keynesiano reconfiguraram toda a reprodução da vida social na medida que seria imprescindível que se incrementassem os mecanismos de busca do consenso sobre os dominados, sob o risco de colapsos e revoltas sociais¹⁶.

Então, no momento em que os eventos que desencadearam a crise do petróleo de meados da década de 1970 encontraram o cenário de um capitalismo central a beira da necessidade radical de reconfiguração do modelo de expansão e exploração do trabalho para que pudesse se adequar às demandas crescentes dessa nova etapa histórica, foi possível reunir os elementos disparadores de todos os processos que vimos discutindo. A crise envolvendo a principal matriz energética do mundo capitalista obrigou, não apenas as empresas, mas os Estados-nação, a reconfigurarem as políticas públicas de incentivo à produção, tornando a *flexibilização*, uma palavra de ordem que supostamente salvaria o capitalismo do seu próprio fim.

A expansão do modelo de produção flexível teve como inspiração o processo das fábricas da Toyota no Japão, que adotaram uma série de medidas para a redução dos custos de produção. Esse modelo serviu como base para a produção fabril japonesa nos anos pós guerra. Enquanto o centro do capitalismo experimentava o rígido modelo fordista-keynesiano de produção que foi sustentado por um Estado fortemente interventor, o Japão volta à esfera competitiva do mundo capitalista impondo um modelo de produção que não produzia excesso por atender a justa medida da demanda.

À saturação dos mercados de consumo nos países centrais também se soma as novas diretrizes pactuadas pela burguesia no Consenso de Washington, que visaram submeter ao

¹⁶Apesar de serem reconhecidos os esforços da classe dominante no sentido de arrefecer as crises sociais a partir da promoção de uma reconfiguração da hegemonia – fenômeno da pós modernidade -, não podemos esquecer que movimentos de cunho popular, como o dos direitos civis nos Estados Unidos que em muitos momentos foi radicalizado, representou uma séria ameaça e, como tal, tratada com máxima coerção pelo Estado.

mercado toda a lógica de reprodução da riqueza, estimulando nos países mundo afora um profundo processo de desregulamentação da legislação econômica e trabalhista. Dessa maneira, o capital financeiro se expande e passa a ser a grande régua do desenvolvimento dos países. Chesnais desenvolve o raciocínio explicando que:

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. [...] Essa “dinâmica” específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à “inflação do valor dos ativos”, ou seja, a formação de “capital fictício”. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. (Chesnais, 1996, p.15)

As regras ditadas pelo Consenso de Washington nada mais foram que o alargamento do receituário neoliberal para os países em desenvolvimento, resultado da expressão da hegemonia capitalista sob a ordem globalizada. No Brasil, esse processo incentivou a entrada do país oficialmente na ordem neoliberal de uma maneira subalternizada e que ensejou uma dinâmica de desregulamentação profunda da economia, privatização das estatais – inclusive daquelas que auferiam lucro para os cofres públicos – ataques expressivos aos serviços públicos, financeirização da economia, uma rotina rígida de disciplina fiscal¹⁷.

¹⁷ A disciplina fiscal é perseguida desde o início década de 1990 até os dias de hoje com a implementação de seguidas reformas de desmonte dos poucos avanços conquistados pela Constituição de 1988. Destacamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, as seguidas Reformas da Previdência e a Emenda Constitucional 95 do “teto dos gastos”. Esse conjunto de legislações minam a capacidade de investimento do Estado em avanços sociais, como a saúde e a educação, revertendo parte considerável da produção de riqueza no país para o pagamento juros da dívida pública.

2- O GRUPO GLOBO E A ATUAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL

A partir do referencial teórico-metodológico do Estado Ampliado de Gramsci, esse capítulo se debruçará sobre uma investigação mais aprofundada do Grupo Globo, traçando uma linha histórica que nos possibilitará contextualizar as redes de poder estabelecidas por Roberto Marinho na sociedade civil, bem como demonstrar que a maneira de atuação do Grupo manifesta a forma mesma da atuação da burguesia no Brasil em um contexto de capitalismo dependente. Nesse sentido, todo nacionalismo forjado pelo grupo empresarial é o aspecto fenomênico de uma existência essencialmente vinculada aos seus interesses de classe.

Também demonstraremos como o sistema de telecomunicações no Brasil surge e se desenvolve ligado organicamente aos grandes grupos empresariais privados que, por sua vez, detém o controle da narrativa hegemônica a ponto de terem capacidade de decidir os rumos políticos do país não importa se em contexto de democracia liberal-burguesa ou se em tempos de regime de exceção.

Devido a sua capilaridade por todo país e pela sua capacidade de organização de sua classe a partir da atuação de intelectuais orgânicos, poderemos também caracterizar o Grupo globo como um partido a partir do referencial de Gramsci. O filósofo sardo nos autoriza a trabalhar um conceito mais amplo de partido e que se afasta da ideia de que eles sejam apenas instrumentos mobilizados para as corridas eleitorais. Assim, trabalhamos no sentido de desvelar as redes de interesses da família Marinho e como elas foram decisivas para os rumos sociais, políticos e, no que concerne a esse trabalho, educacionais.

2.1 As mídias comunicativas no Brasil e o surgimento do Grupo Globo: é possível entendê-lo como um partido segundo a concepção de Antonio Gramsci?

A grande relevância da atividade dos partidos se manifesta na forma política das democracias burguesas na medida em elas que são organizadas a partir do consenso – ainda que tácito – dos dominados. A necessidade expressa de construção desse consenso colocou como tarefa do Estado ser um grande agente educativo, forjando uma ética/estética que tornará as pessoas aptas a adotar os elementos constituintes das ideologias hegemônicas como um universal e, portanto, um bem comum.

O partido é sempre um instrumento de classe. Nele fermentam as representações da classe fundamental a qual pertence. Para Gramsci (2007), os partidos formulam, organizam e difundem os elementos simbólicos que dão sentido a uma ética – enquanto forma de organização da vida e arcabouço moral da ação cotidiana – e os propõem como dados de fato da realidade mais imediata. Assim, a tarefa educativa do Estado burguês mobiliza os agentes da sociedade civil a estruturarem os partidos e seus aparelhos privados de hegemonia a atuarem na construção do consenso sobre os dominados a fim de que a ideologia a que representam seja incorporada como a ideologia orgânica do todo social.

Cabe-nos discutir (e na medida do possível propor elementos que ajudem a desenvolver a questão) se o Grupo Globo (e seus aparelhos privados de hegemonia) pode ser entendido como um partido no sentido gramsciano do termo. Questões de fundo que podem dificultar o desenvolvimento do objeto devem estar no horizonte da discussão porque existe uma aparente contradição entre a tarefa de um partido e os fins inerentes a atuação de uma empresa privada – o lucro. Em outros termos: poderia uma empresa privada ser um partido? Ela poderia reunir em si todos os requisitos para ser entendida como tal, ainda que a finalidade da sua existência seja a reprodução do capital através da exploração da força de trabalho?

O conceito de partido em Gramsci ganha relevância para esse trabalho quando propõe que para as classes dominantes esse instrumento é fundamental na tarefa de fazer os dominados permanecerem na condição de dominados. Para que os partidos se estruturem, eles devem acumular três elementos fundamentais. São eles: 1) “elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e fidelidade” (Gramsci apud Sader, 2005, p.16); 2) centralização no plano nacional; 3) existência de intelectuais que assumem a função de organizar a nova moral e ética. Dessa forma, um partido não é necessariamente um instrumento político restrito ao calendário eleitoral, assumindo uma atuação mais ampla, que pode acolher associações da sociedade civil que se organizam em moldes de frentes em torno de pautas classistas e atuam sobre a sociedade civil disputando a hegemonia.

Muitos escritos sobre o conceito de partido estão reunidos nas notas sobre Maquiavel (caderno 13). Gramsci se valeu do estudo sobre o filósofo florentino para absorver o instrumental necessário para a formulação de seu peculiar conceito, uma vez que Maquiavel é considerado um dos filósofos fundadores da Modernidade política¹⁸. A remissão à teoria do

¹⁸ O Príncipe de Maquiavel foi uma obra escrita em 1513 (e só publicada postumamente em 1532) na ocasião em que era embaixador da casa Medici de Florença. Destinado a Lorenzo de Medici, a obra trouxe grandes reflexões a Gramsci porque nela, Maquiavel pretendeu jogar luz sobre os elementos que constituiriam o Príncipe como o grande unificador da Itália e todos os atributos que ele deveria reunir para, não apenas dominar o território, mas

filósofo florentino, por vezes lida de forma polêmica, também é reforçada pelo ensejo de análise do processo histórico de unificação italiana, um sonho antigo desenhado por Maquiavel.

O Príncipe de Maquiavel, considerada por muitos a obra fundante da modernidade política, chocou a sociedade da época por romper com a tradição de pensamento político da época fundado na ligação necessária entre o exercício do poder e a ideia metafísica de bem. Essa lógica é importada diretamente dos escritos políticos de Aristóteles que, regurgitados pelo cristianismo romano, determinou as bases filosóficas do fazer político desde então. Nesse sentido, a política deveria objetivar o bem da polis – da cidade, por extensão -, sendo os homens virtuosos os mais preparados para o comando da nação. Maquiavel rompe com a associação lógica entre o bem, o belo e o bom inerente dos escritos gregos clássicos e incorporada ao mundo cristão, propondo uma política da efetividade, pois o jogo de poder prescinde as intenções individuais. Ou seja, o Príncipe maquiaveliano é aquele que reúne em si todos os atributos que conferem a habilidade de encarar a roda da fortuna (o acaso) e saber agir a partir dela de forma propícia, demonstrando ser essa a principal qualidade de um governante, a *virtú*.

De maneira correlata, Gramsci importa a ideia do Príncipe como um agente político em um sentido mais amplo que é capaz de centralizar em si a vontade coletiva e dar o impulso da concretude da ação e esse papel só pode ser jogado pelo partido:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2007, p. 16)

Assim, analogamente a figura-mito do príncipe que assume a tarefa de encarnar a vontade coletiva e que alcança o poder pelo domínio do uso de seus atributos aliado a um peculiar “faro” sobre situações políticas que podem se desenrolar favoravelmente a partir de tal ou tal ação, os partidos, enquanto modernos príncipes, podem ser os efetivos condutores da política de classe da efetividade do presente.

Não obstante encarnar a vontade coletiva, isso não significa que o partido incorpore passivamente os ditames das vontades mesquinhas dos indivíduos isolados que buscam no seu cotidiano a melhor maneira de sobreviver às agruras e dificuldades impostas pelo mundo material. Existe uma ideia de positividade no sentido do fazer do partido, entendendo-o tal qual

sobretudo manter seu poder sobre ele. Leo Strauss (2015, p.88) defende que [segundo Maquiavel] “A libertação da Itália implica uma completa revolução. Ela requer antes e acima de todo resto, uma revolução no pensamento sobre o certo e o errado”. Assim, o partido entendido como Moderno Príncipe, seria análogo ao homônimo maquiaveliano no sentido de reunir as condições de uma reformulação ética e política e unidade nacional.

o organizador de uma determinada forma de ver o mundo atrelada a sua classe; de criar e difundir uma ideologia. Ainda segundo Gramsci:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar um terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (*ibid.* p.18)

Uma vez que o partido precisa ser o sistematizador de elementos ideológicos do mundo sob o risco de incorrer na ação espontânea e dos choques anárquicos das vontades individuais, ele precisará contar com um corpo de intelectuais capazes de traduzir e sistematizar a realidade, além de difundi-la no seio da classe a que se pretende organizar para que se possa alcançar a importante adesão espontânea de seus membros.

Como instrumentos fundamentais ligados aos partidos, os Aparelhos Privados de Hegemonia atuam como os efetivos agentes de penetração de classe e difusão de ideologia. São eles que vão trabalhar para garantir que o consenso seja construído sobre uma ideologia orgânica. Todo partido, seja ele do espectro político que for, necessariamente efetiva a difusão de sua ideologia de classe a partir de ferramentas básicas de comunicação, como os jornais e revistas, por exemplo. Gramsci foi um grande entusiasta dos jornais como instrumento de educação da classe, tendo em vista a sua fácil produção e difusão em relação a outros instrumentos de comunicação. Ele mesmo fora editor do *L'Ordine Nuovo*, um semanário voltado para a classe trabalhadora, e lá atuou como jornalista por alguns anos.

A comunicação e difusão de informações no seio da sociedade civil são tarefas de primeira ordem, seja qual for o lado na trincheira da luta de classes. É claro que a supremacia econômica da classe dominante cooperou para desequilibrar a balança no sentido do seu favorecimento; a massiva expansão da mídia impressa, à rádio, cinema, dentre outras, pelos agentes da burguesia cria uma entidade típica do século XX, a “opinião pública”. Os regimes políticos ocidentais, herdeiros do típico republicanismo francês que dotou a instituição “indivíduo” de direitos intrínsecos, os direitos humanos, tornaram as pessoas ordinárias, comuns, agentes importantes na influência da tomada de decisões por parte dos governos. Resulta que conduzir essas vontades coletivas não se resumiria ao campo da tomada de decisões políticas, mas também aos hábitos de consumo, por exemplo. Eis a razão pela qual a classe dominante valoriza a difusão da opinião pública que se traveste de um falso universal, pintada pelas cores da paleta da propaganda, pensada e executada por agentes das mídias e jornalistas, principalmente.

Ao pensar sobre a função do jornalismo, Gramsci afirma que ele tem por essência caráter integral na medida que atua numa dupla via: 1) atendendo aos interesses do seu público-alvo; 2) criando novas demandas de informação, aumentando sua zona de influência. Assim, o jornalismo é *formativo*, adequado ao primeiro sentido e *informativo* ao segundo (Gramsci, 2001, p.195). O jornalista, portanto, é um intelectual central na medida em que seu fazer tanto atende quanto cria necessidades de informação, tornando tênue o limite entre formar e informar.

A contribuição de Gramsci sobre o papel do intelectual é fundamental. A pergunta retórica que funciona como força motriz do desenvolvimento da questão – “Os intelectuais formam um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais” (2001, p.15) – incorpora no seu bojo, ainda que implicitamente, a perspectiva da luta de classes. Rejeitando a relevância histórica na tarefa emancipatória da figura estanque do intelectual tradicional, escolástico, elemento fora do tempo, o pensador sardo entenderá que todos os seres humanos são intelectuais, ainda que nem todos atuem socialmente como tais (*ibid.* p.18). Assim, cada classe incorpora a tarefa de criar os seus próprios intelectuais que, como tais, estão ligados fundamentalmente aos interesses dos grupos aos quais pertencem.

Nas sociedades contemporâneas o intelectual que ocupa sua posição no *front* da luta de classes, que racionaliza, confere sentido e significado aos elementos que constituem a visão de mundo da classe à qual está ligado é o *intelectual orgânico*. Em um determinado bloco histórico, ele fabrica a hegemonia sedimentando o elo entre estrutura e superestrutura. Nessa lógica, um dos principais desafios estratégicos das classes subalternas é a formação de quadros intelectuais extraídos da própria classe – cujos indivíduos por si não dispõem de meios de produzirem-se como intelectuais orgânicos de forma espontânea, na medida em que essa formação exige tempo e dinheiro, elementos dos quais a classe trabalhadora em sua grande maioria é despojada – e tem nos partidos e seus aparelhos privados a tarefa de formação de quadros que possam formular a ética da sociedade regulada e da superação da ordem burguesa. Assim, a organização do partido e dos seus intelectuais obedece estritamente aos interesses de classe dos grupos aos quais pertencem. Em poucas palavras, não existe partido politicamente relevante que seja desinteressado e neutro e que age preocupado estritamente com uma ideia metafísica de bem comum. Em suma, todo fazer político é interessado.

A experiência de Gramsci como jornalista no *Ordine Nuovo* amplia as suas perspectivas de avaliação e reflexão sobre o fenômeno de comunicação de massas nas sociedades ocidentais do século XX. De lá vem os principais elementos de análise do papel educativo da mídia impressa (e cujas conclusões poderíamos entender como análogas a

qualquer outro veículo midiático). Apesar de não ter sobrevivido aos sofrimentos impostos pelos anos de cárcere e tampouco ter conseguido testemunhar por mais tempo os avanços no campo científico-tecnológico do mundo pós guerra, podemos incorporar as contribuições do pensador sardo para, a partir de um método dedutivo, pensar o impacto da descoberta e descrição do fenômeno do eletromagnetismo aliado ao desenvolvimento tecnológico - que fora capaz de criar aparelhos de recepção de ondas cada vez mais complexos. Esses avanços impulsionaram as telecomunicações¹⁹, lançando a humanidade em uma nova forma de se comunicar que molda as relações sociais até os dias de hoje.

O Brasil enquanto país de capitalismo dependente incorporou o avanço tecnológico desenvolvido nos países do centro combinando os elementos de atraso que caracterizam a forma de ser dos extratos hegemônicos à época. Aqui, o rádio chega na década de 1920²⁰, em um momento histórico politicamente conturbado e que reconfiguraria o bloco histórico, oferecendo a possibilidade do surgimento da burguesia enquanto classe fundamental e desenvolvimento do capitalismo. A indústria cafeeira, principal fonte de riqueza do país sofrera fortes abalos com a queda vertiginosa das exportações e somente após a retomada de estímulos e políticas governamentais nos anos seguintes, o insumo retomaria o patamar antigo de importância. Paralelamente, a criação das primeiras indústrias na década de 1910 – no arcaico e limitado modelo de substituição de importações - geraria tensões trabalhistas com essa incipiente classe trabalhadora – o episódio da greve geral de 1917 é um exemplo – que impeliu o governo central à intensificação da repressão sobre os trabalhadores. Por todos esses motivos, é simbólico que o primeiro centenário da independência do país em 1922 fosse celebrado com a transmissão via rádio do discurso do presidente Epitácio Pessoa, anunciando aos quatro ventos as boas novas do progresso tecnológico e como ele poderia contribuir para a pacificação social.

Um ano após a primeira transmissão via rádio, Roquette Pinto funda a primeira estação de rádio do Brasil, a Estação Sociedade do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, diversas outras estações de rádio, em sua grande maioria ligadas a clubes e associações privadas foram inauguradas pelo país, mas ainda de forma incipiente e difusa. Apesar de se tornar cada vez mais larga a difusão das comunicações via rádio pelos atores privados, não existiu iniciativa de

¹⁹Ao termo telecomunicações, compreendemos o sistema de comunicação a distância que se dá por meio do aproveitamento das bandas de ondas eletromagnéticas – as ondas de rádio e TV são dois exemplos importantes.

²⁰No Brasil, a primeira transmissão por rádio data oficialmente de sete de setembro de 1922 com uma fala de comemoração do centenário da independência do então presidente Epitácio Pessoa. Cabe ressaltar que essa data não é um mero acaso e tem potencial de prenunciar a grande relevância que o rádio teria nos rumos da política nacional.

regulamentação do setor até, pelo menos, a década de 1930, quando o decreto 20.047 editado pelo Governo Provisório cria as primeiras diretrizes do controle do sistema de radiodifusão.

O decreto previa a competência exclusiva dos serviços de radiodifusão à União, que poderia outorgar concessão à iniciativa privada quando observadas as imposições legais. Chamamos atenção para essa importante informação: a primeira iniciativa de regulamentação da radiodifusão brasileira entrega à iniciativa privada a possibilidade de atuação, em um modelo muito parecido com o estadunidense, onde as empresas jogaram um papel importante no desenvolvimento das telecomunicações. Não obstante absorvermos o modelo de telecomunicações do norte, foi de uma forma ainda ambígua porque deixou nas mãos da figura do poder executivo a chancela legal da outorga. Em outras palavras, a batuta do coronelismo está na raiz do controle midiático brasileiro em um país de capitalismo dependente, onde a burguesia se desenvolve com intrincados e complexos laços com a sociedade política. Poucos setores revelam co-atuação tão explícita quanto o das comunicações, demonstrando a importância estratégica para a concentração de poder político na jovem república brasileira.

Uma vez concedida a exploração do serviço aos empresários, o caráter privado que o sistema de rádio incorpora – e posteriormente o da televisão – possibilitou abrir caminho para o desenvolvimento das técnicas de marketing e comunicação de massas.

Sevcenko (1998) afirma que:

O modelo norte-americano de radiodifusão tinha como base as agências de publicidade, cujo interesse em explorar e testar recursos os mais variados para conquistar audiências acirrou a concorrência, desenvolvendo as técnicas de administração, programação, edição, locução, propaganda, distribuição e controle de mercados que acabaram prevalecendo no contexto sul-americano e brasileiro (1998, p.587)

O uso da comunicação a partir de técnicas específicas para o controle de massas foi exportada pelos Estados Unidos para boa parte do mundo ocidental, principalmente na difusão do estilo americano de vida no pós segunda guerra, muito embora não com exclusividade²¹. Dessa maneira, o monopólio da comunicação é assunto estratégico, na medida em que é imprescindível à construção da hegemonia, à difusão de uma nova visão de mundo e molde de

²¹ A Alemanha de Hitler, em muitos aspectos contemporânea ao regime autoritário do Estado Novo no Brasil, tinha um importante ministério de comunicações responsável pela criação das narrativas do regime nazista, bem como o stalinismo soviético que também passou a criar sua própria narrativa sobre a revolução de outubro e os feitos de Stalin.

padrão de consumo de mercadorias em larga escala, reforçando a importância do caráter privado do direcionamento das concessões.

Assim, é uma tarefa cada vez mais difícil delinear onde o marketing comercial e político se separam, pois as estratégias podem facilmente transitar de um campo ao outro.

Ainda de acordo com Sevcenko:

Já no início dos anos 20, o populismo descobriu no rádio a sua pedra fundamental, capaz de transformar a massa amorfa de ouvintes na força agregada da paixão política. [...] O Rio de Janeiro e o Brasil conheceriam o fenômeno mais tarde, quando Getúlio Vargas viesse tornar institucional a prática de irradiação de sua voz dramatizada pela rádio nacional, nos discursos oficiais do Estádio de São Januário” (*ibid.*, p.587)

Assim, o auge da era do rádio no Brasil e seus principais meios de comunicação de massas – o jornal e o rádio - foi caracterizado pela parca regulamentação estatal e predomínio da concessão privada, que também serviu ao governo como instrumento de difusão e de controle ideológico – principalmente com a instituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo de Vargas – sem que, contudo, houvesse um controle/cerceamento das atividades que de fato ameaçasse os empresários das comunicações²².

Tendo desenvolvido elementos fundamentais para a compreensão da tarefa política dos partidos no que tange à construção e difusão de uma ideologia de classe a partir dos seus intelectuais orgânicos, bem como a importância da tarefa intelectual jornalística que, grosso modo, se traduz no monopólio da informação e entretenimento nas sociedades capitalistas ocidentais, é preciso imergir na análise do Grupo Globo, atrelando o seu fazer empresarial ao político, tendo sempre no horizonte o nexo explicativo gramsciano.

O Grupo Globo é uma *holding*, organização privada com fins lucrativos que controla outras empresas de mídia e de difusão de informação e notícias. Entretanto, ela nasce quando Roberto Marinho herda do pai o jornal O Globo menos de um mês após ter sido fundado. É a partir do jornal - que começa como um vespertino modesto - que o Grupo Globo é erigido. Destaca-se que, ainda que a rede de televisão tenha alçado voos maiores, Roberto Marinho

²² O jornalista Mario Sergio Conti relata que a certo tempo a ditadura de Vargas havia designado à redação do jornal O Globo um censor que “mal sabia ler” e que por isso causava atraso recorrente do fechamento do jornal. Roberto Marinho que à época já era o diretor da redação do jornal solicitou ao regime a substituição do funcionário do governo, o que fora prontamente negado. Certa vez, irritado com os atrasos, “perdeu a tramontana, cobriu o censor de pancadas e o expulsou da redação”. Tal episódio poderia ser interpretado como uma afronta direta ao governo, digna de graves punições, mas ao contrário: no dia seguinte “Roberto Marinho foi encontrado no salão de bilhar ao lado da redação. O censor foi trocado e o jornal deixou de atrasar” (CONTI, 1999, p. 158).

nunca se ausentou por completo da redação do jornal porque entendia que sua profissão não era apenas ser empresário, mas também jornalista – em suma, intelectual.

É por se entender jornalista que a tarefa intelectual de Marinho é destaque, ainda que não tenha assumido a tarefa de chefe de redação do próprio jornal por muitos anos. Ao temperamento e atuação do precursor do Grupo Globo é que dirigimos uma análise gramsciana da função do intelectual orgânico, entendendo-o como o elo entre a tarefa de classe e a construção do consenso e hegemonia. Ou seja, entendemos a atuação de Roberto Marinho como principal intelectual orgânico do Grupo Globo, tendo em vista que a maneira como atuou foi coerente com os interesses da classe dominante no Brasil. Analisaremos também como essa tarefa não se esgotou na figura do intelectual-empresário, reforçando a face de partido da ordem que o grupo assume nesse contexto.

Partindo de Gramsci,

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica [...] (2001, p.15)

Nessa passagem, Gramsci deixa claro que a atividade empresarial *per se* já implica na necessidade de uma coexistência de um certo saber típico do intelectual com a atividade econômica. Essa dualidade advinda da natureza mesma do empresariado capitalista o torna um polivalente, ou ao menos dotado de uma capacidade de saber escolher aqueles intelectuais que melhor desempenharão sua atividade. Contudo, quando voltamos o olhar para figura de Roberto Marinho, enxergamos não apenas o tino empresarial, mas uma importante capacidade de formulação e análise política, destacado trânsito na sociedade política, bem como as acertadas escolhas na contratação de seus executivos-intelectuais.

A aparente polêmica sobre a dualidade que recai sobre a figura do intelectual-empresário ecoa um questionamento que Gramsci já se colocara, como demonstra a passagem:

Quais são os limites “máximos” da acepção de intelectual? É possível encontrar algum critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais? (*ibid.* p.18)

Gramsci aponta que essa questão é recorrente e só pode aparecer porque advém de um erro metodológico: ao deslocar a tarefa do intelectual da materialidade imediata, se incorre no erro da abstração, quando é à síntese das relações sociais que está intrinsecamente associada à tarefa do intelectual. Na medida que ele tem por princípio a função de estabelecer o elo orgânico

entre as relações de produção e as práticas sociais, ele confere sentido à existência mesma de um dado bloco histórico.

Uma empresa burguesa de mídia, por sua vez, acumula a dupla tarefa de reproduzir o capital e tecer o nexo narrativo da sociedade a qual está ligada. Esse peculiar aspecto faz toda a diferença quando defendemos a hipótese de ser o Grupo Globo um partido sustentado por um corpo intelectual, dentre eles seu dono e fundador Roberto Marinho. O grau de alcance do conglomerado midiático no seio da sociedade e o conseqüente impacto nas consciências dos homens e mulheres comuns manifestam a incorporação dialética – porque nunca acontece de forma passiva – da ideologia da imparcialidade e objetividade, tão defendida pelos intelectuais do partido Globo.

O pesquisador João Braga Arêas, ao comentar o ideal de isenção e objetividade que a mídia brasileira incorpora das redações estadunidenses, defende que esse ideal escamoteia a importância que a atividade de editoração desempenha no grau de relevância dos acontecimentos, dos mais ordinários aos mais relevantes. Ele afirma que:

Um jornal como O Globo tem grande importância na determinação do que é de “interesse público, em decidir o que é notícia, na eleição do que é “relevante”. A mídia tem grande peso na definição dos “temas nacionais”, na pauta do que deve ser discutido e em que termos deve ser discutido. Pode escolher ou descartar temáticas, teatralizar os fatos, pode contribuir para gerar tanto conformismo quanto para mobilizar indivíduos ou grupos sociais. A mídia pode tratar de alguns temas de modo breve e de outros, incessantemente. O que passa ao largo da mídia tende a ser considerado de menor importância. (Arêas, 2015, p.48)

Entendendo que as mídias de comunicação são elitistas e concentradas nas mãos dos mais ricos desde que a incipiente sociedade civil brasileira começa a se desenvolver, fica manifesta a facilidade com que os atores privados dispõem do monopólio das informações as quais os cidadãos comuns têm acesso. Não são escassos os episódios cujas narrativas conduzem a opinião pública para a opinião do próprio dono do meio de comunicação em questão. O Globo inúmeras vezes foi acusado de defender as políticas dos grupos dominantes sob as vestes da isenção, mas sem dúvida alguma, nenhum outro episódio custou tão caro quanto o apoio editorial de Roberto Marinho ao já decadente regime militar em 1984²³.

²³ Na ocasião, Marinho celebrava o aniversário de duas décadas do golpe afirmando que “Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”. Esse editorial é a prova irrefutável da participação do dono do jornal O Globo na materialidade do golpe empresarial-militar que destituiu o presidente João Goulart. Em agosto de 2013, no calor dos eventos que mudariam o curso do projeto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, os filhos de Roberto Marinho lançam um editorial afirmando que o apoio ao golpe dado pelo pai foi um erro. O editorial de 1984 acossa a família Marinho no Brasil contemporâneo:

O editorial de 1984 revela a face política do empresário Roberto Marinho que desde sempre faz uso político do jornal que administra. Carlos Lacerda, um antigo desafeto, faz uma curiosa referência ao editorial de 7 de janeiro de 1963, um dia após o plebiscito que reinstaurou o parlamentarismo no Brasil. Lá, Roberto Marinho é elogioso com o presidente João Goulart, chamando-o de “estadista”, uma alusão que certamente ia de encontro com os históricos passados de críticas abertas ao populismo de Goulart. Nessa ocasião, a Caixa Econômica havia liberado um empréstimo na casa dos milhões de cruzeiro ao Globo. No dia seguinte, o novo editorial voltava aos antigos ares e as acusações e críticas ao presidente reapareceram (Herz, 1997, p.121)

Assim compreendido, entendemos a atuação do Grupo Globo como um partido na concepção de Gramsci porque ele reúne todos os requisitos apontados pelo pensador sardo, ainda que de uma maneira não ortodoxa. O século XX deixa claro que os partidos podem assumir muitas faces e formas de atuação. Ampliar a lente conceitual e permitir que determinadas categorias compreendam maneiras distintas de expressão da ação dos partidos – e não apenas a via eleitoral – pode contribuir para avançar o entendimento das formas de atuação da classe dominante na construção do consenso e capilaridade da sua ideologia.

2.2 A fundação da Rede Globo de televisão e o governo dos militares

Compreendendo que a ligação que existiu entre o princípio do regime militar e a criação da Rede Globo de Televisão pode ser explicada a partir da ótica do Estado Ampliado, conceito de Gramsci, entendemos ser o Grupo Globo um partido com estreitos laços de afinidade com a sociedade política. Torna-se, portanto, uma tarefa de primeira ordem relacionar o contexto histórico internacional, principalmente o papel desempenhado pelos aparelhos políticos e ideológicos norte-americanos e sua influência sobre o Brasil, com a cooptação de parcela significativa da burguesia a um projeto golpista e autoritário que altera o bloco histórico no Brasil. Os agentes da sociedade política e civil retroalimentaram seus interesses e o fruto dessas relações resultou na maneira como a mídia televisiva foi – e continua sendo – fundamental para a cooptação das classes subalternas e para a construção da hegemonia da classe dominante.

todas as vezes que se sente ameaçado, o presidente Bolsonaro faz remissão ao declarado apoio de Roberto Marinho aos generais no poder, provocando inevitável desconcerto ao clã em todas as ocasiões.

De forma coerente com os interesses que moveram as classes dominantes brasileiras no sentido de fortalecer a sua rede de influência e difusão ideológica, - além do controle das mídias impressa e televisiva -, dois aparelhos privados das classes dominantes foram estratégicos para a gestão do golpe civil-militar: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Esses APHs tiveram ação complementar no seio da sociedade civil: o primeiro mais voltado para a intervenção política prática e o segundo para a formação teórica. O IPES pode ser entendido como um APH que funcionou como grande guarda-chuva dos pensamentos ligados à grande burguesia no Brasil – que não era em si coesa – conferindo a ela consciência de classe dominante.

O elemento que unificou as mais diversas frações da classe dominante e conferiu certa coesão a esse bloco foi a conspiração contra o governo populista de João Goulart e sua agenda de reformas sociais. Dreifuss afirma que os empresários e intelectuais militantes do IPES, apesar das divergências pontuais, se unificavam por “suas relações econômicas multinacionais e associadas, seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado (1981, p.163). O IPES foi um dos grandes formuladores do golpe civil-militar de 1964. Sua maior bandeira era a propagação de um empenhado anticomunismo de inspiração (e financiamento) norte-americano contra o governo de João Goulart e mobilização dos mais diversos setores da sociedade alinhados com essa ideologia.

O titubeante governo de Goulart foi marcado por intensos processos de disputas de classes. A própria posse do presidente foi fruto de um acordo cujo preço foi a instituição do breve parlamentarismo no Brasil, com o intuito claro de diminuir o poder do executivo. No campo da classe operária e camponesa, diversas organizações começaram a fortalecer sua organização e elevar o tom dos enfrentamentos de classes. Trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, jornalistas, artistas e demais segmentos começaram a identificar na desigualdade de distribuição das riquezas a raiz dos males do país e passaram a exigir um Brasil empenhado na realização das reformas de base. Para a classe dominante, a adesão de Goulart a diversas pautas ligadas aos desfavorecidos era uma ameaça demasiadamente perigosa e, para manter a dominação, seria preciso recrudescer a unidade da classe a partir de seus APHs. Roberto Marinho, não à toa, foi um grande entusiasta da ação desses APHs, foi associado do IPES e reservava tanto no jornal quanto na rádio Globo espaço de divulgação da ação dos institutos.

O IPES aglutinou segmentos importantíssimos da classe dominante, mas chamo atenção para os militares da Escola Superior de Guerra. Esta instituição foi fundada em 1949 – no Governo Dutra – nos moldes da Escola de Guerra dos Estados Unidos. Os intelectuais militares

são figuras centrais na gestão do golpe, ainda que seja impossível desmerecer a importância dos intelectuais da sociedade civil. Como afirma Dreifuss,

O IPES não era com certeza, como frequentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticada, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força. (ibid. p.185)

Essa é uma das razões do porquê compreende-se o golpe de 1964 não apenas como um golpe militar, mas também empresarial. Na medida que os aparelhos privados de hegemonia das elites empresariais se prestaram à tarefa de aglutinar em si segmentos importantes das forças armadas, garantindo o sucesso do golpe, puderam se constituir como a fração hegemônica do bloco no poder²⁴ (ainda que não tivessem sido a fração dirigente) e mantiveram uma relação simbiótica de sustentação: os militares se perpetuando nos governos com apoio dos empresários e estes garantindo lucros ainda maiores a partir do significativo atrelamento ao capital estrangeiro com favorecimento dos militares.

Para melhor compreender tal relação, tomamos das ciências naturais a analogia com termo *simbiose*. Ela é a relação que, quando estabelecida, potencializa as chances de sobrevivência de duas espécies diferentes. De maneira semelhante, a história do Brasil em poucos episódios testemunhou uma parceria tão profícua como aquela que se deu entre os agentes da sociedade política imersos no golpe militar de 1964 e os empresários, ligados formalmente ou não ao IPES, dentre eles Roberto Marinho que, não à toa, viu crescer e multiplicar seus domínios sobre o estratégico setor das telecomunicações, solidificando a hegemonia do sistema Globo desde então até os dias de hoje.

Ao contrário do jornal O Globo, a primeira transmissão televisionada do Grupo é tardia em relação à outras redes de televisão já estabelecidas no Brasil desde a década de 1950. Roberto Marinho, através da Rádio Globo, solicita o direito de outorga de um canal de televisão ainda no governo Dutra (década de 1940), mas tal outorga só é de fato concedida no governo Kubitschek em 1957. Anos depois, em 1962, João Goulart concede a outorga para a criação da Globo Brasília. Mesmo detendo a concessão para inauguração de uma rede de televisão no Rio de Janeiro desde 1957, o ano que foi decisivo para a construção do império global é o de 1963,

²⁴ O conceito de bloco no poder é mobilizado a partir das reflexões do pensador marxista grego Nicos Poulantzas para auxiliar a compreensão das disputas que acontecem entre as frações da classe dominante no sentido da direção e coesão dessa classe. De acordo com o pensador, “esta aliança de várias classes ou frações, todas dominantes, não pode funcionar regularmente senão sob a direção de uma dessas classes ou frações: é a fração hegemônica que unifica sob sua direção a aliança no poder, garantindo o interesse geral da aliança [...]” (Poulantzas, 1977, p.31)

quando Roberto Marinho assinou dois contratos com o grupo norte-americano Time-Life²⁵. Esse acordo foi o divisor de águas da estruturação material, gerencial e técnica da rede Globo de Televisão e na instituição de uma concorrência desleal entre emissoras de televisão no país. Um dos contratos foi de natureza polêmica porque ilegal, na medida em que feriu a constituição federal de 1946, que no seu artigo 160 determinava a proibição de qualquer tipo de sociedade ou participação de grupos estrangeiros na administração de empresas de comunicação.

Segundo o artigo 160 da constituição de 1946:

É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa. (BRASIL, 1946)

É importante compreender a natureza de tal associação, porque, além de ter tido caráter ilegal, denotou o interesse estrangeiro em um setor estratégico no Brasil. Reitera-se o fato de que tal parceria foi decisiva para a capitalização do Grupo Globo que à época recebeu um aporte de alguns milhões de dólares²⁶, sob o compromisso de estruturação física e técnica nos padrões determinados pelo grupo estrangeiro.

A relação entre Roberto Marinho e o grupo Time-Life foi pactuada a partir de dois contratos: o primeiro, chamado *contrato principal* e o segundo *contrato de assistência técnica* (Anexo 1 e Anexo 2). A natureza desses contratos foi esmiuçada por Daniel Herz no livro “A história secreta da Rede Globo” (1997) cujo trabalho significa uma importante ferramenta para a compreensão desse episódio obscuro do Grupo Globo.

O contrato principal foi assinado no esquema conhecido como *joint venture* que “é um acordo entre duas ou mais empresas que estabelece alianças estratégicas por um objetivo

²⁵ Os contratos assinados pela Globo e o grupo Time-Life não são de domínio público, muito embora as principais disposições dos dois contratos (ambas contidas nos Anexos dessa dissertação) tenham sido fornecidas por João Calmon quando foi deputado e membro da CPI que apurou as irregularidades contratuais da empresa de Roberto Marinho. Calmon era presidente da ABERT e um dos proprietários do *Diários Associados*, conglomerado concorrente do Grupo Globo. A atuação de Calmon nesse processo demonstrou as fragilidades dos pactos entre as frações burguesas do campo da comunicação, bem como as disputas travadas pela hegemonia no setor. Tais informações foram extraídas do livro de Daniel Herz, *A história secreta da Rede Globo*.

²⁶ Segundo Daniel Herz, Roberto Marinho recebeu antes da assinatura do contrato principal um aporte financeiro de 1,5 milhão de dólares e mais 220 milhões de Cruzeiros, valor este estimado ser o mesmo que todo o patrimônio da família Marinho no capital social da TV Globo. Por esse motivo, tem-se que a parceria não se constituiu como um simples acordo de financiamento por parte do grupo Timelife, mas sim em sociedade na qual os sócios dispõem de participação igualitária nas decisões e nos lucros. Ainda segundo Herz, esse contrato fazia de Roberto Marinho um testa de ferro do grupo estadunidense para expansão dos negócios no Brasil (Herz, 1997, p.108-109).

comercial comum, por tempo determinado” (Dicionário Financeiro, 2018). Ou seja, uma *joint venture* nada mais é que um contrato de sociedade não definitivo e pontual no qual as partes acordam entre si os termos de cooperação e divisão de lucros. O contrato previa que o grupo estrangeiro firmaria uma parceria de não menos que 11 anos, automaticamente renovável por tempo indeterminado.

O contrato principal garantiu o recebimento de um aporte financeiro inicial de mais de 1,5 milhões de dólares que autorizou Roberto Marinho “adquirir e instalar todo equipamento de transmissão de televisão e completar a construção do prédio para o estúdio” (Herz, 1997, p.108). Ainda segundo Herz, cabia ao grupo norte-americano “oferecer treinamento especializado na área de televisão, troca de informações sobre direção administrativa e comercial, assessoramento de engenharia e orientação para aquisição de filmes e programas produzidos no estrangeiro” (ibid. p.108).

O acordo firmado com o grupo estrangeiro deixou transparecer a partir de uma cláusula específica que o investimento de capital, tecnologia e *know-how* configuraria mais que um financiamento a ser liquidado, mas sim um contrato com ligações muito mais profundas. Analisando alguns trechos do contrato para extrair dali elementos que configurem que tal relação era muito mais profunda que uma simples parceria, a cláusula 7 do contrato principal (Anexo 1) especifica que o grupo Time-Life teria direito ao recebimento de 30% do lucro líquido da rede de televisão e a cláusula 14 (ibid) do mesmo contrato prevê que em caso de liquidez ou qualquer condenação ou desapropriação da estação, o grupo Time-Life terá direito aos mesmos 30% de tudo o que for adquirido na transação. Assim, uma parcela considerável dos bens e direitos de todo lucro gerado pela Rede Globo de televisão pertenceriam a um grupo estrangeiro, ferindo a legislação no centro da sua interdição (ibid, p.247-250).

Ainda que não seja o objetivo desse trabalho esmiuçar os pormenores dessa parceria tão polêmica, essas obrigações contratuais demonstram que o grupo Time-Life foi de fato sócio do casal Marinho (em 30% das ações) e que tal parceria passava ao largo do mero acordo situacional, uma vez que tal contrato, conforme descrito, tinha a duração de 11 anos a ser automaticamente renovado. Essa vigência extensa de um contrato tão polêmico pode sinalizar um fato importante: Roberto Marinho e o grupo Time-Life tiveram confiança de que os agentes de controle governamentais não os incomodariam, ao menos no período mínimo de vigência do contrato que é especificado em seis anos.

A interpretação do artigo 160 da Constituição não nos traz muitas dificuldades para entender o porquê de a parceria estabelecida pelo contrato principal ter sido facilmente reconhecida como proibida, de acordo com a legislação à época. Tamanha desfaçatez no descumprimento de um importante dispositivo legal fez de Roberto Marinho não apenas um potencial violador da lei, mas também um personagem que fundou uma rede de televisão que serviu, ao menos inicialmente, de fachada para a aquisição de empresas brasileiras de comunicação por pessoas jurídicas estrangeiras. Herz explica que:

Cada emissora é objeto de uma concessão de frequência pelo Governo Federal e existem controles formais quanto à constituição da empresa que vai executar o serviço. Por isso, é imprescindível, no caso das emissoras de rádio e televisão, a existência do “testa-de-ferro”, que acoberte a presença do sócio ou proprietário legalmente impedido” (ibid. p.93)

A partir desse contrato, Roberto Marinho funda a Rede Globo, tomando como seu o patrimônio de uma empresa estrangeira, tornando-se o agente que oculta a participação significativa de um grupo estrangeiro no capital de uma empresa de comunicação, algo manifestamente proibido por lei. Ou seja, um laranja²⁷. Os agentes públicos de fiscalização, apesar da flagrante fragilidade jurídica da peça, só tomam conhecimento oficialmente do teor dos contratos em julho de 1965, cerca de três meses depois da inauguração da TV Globo quando Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara denuncia o caso ao CONTEL.

Ainda assim, a iniciativa mais importante no sentido de denunciar o flagrante crime, foi a CPI instalada na Câmara dos Deputados por iniciativa do deputado Eurico de Oliveira após a denúncia de Carlos Lacerda – este também detentor de veículos de comunicação e, portanto, concorrente imediato de Roberto Marinho - apenas em 1966. Roberto Marinho, ao ser inquirido pela CPI se defende usando como álibi o segundo contrato, agora o de assistência técnica (Anexo 2). Nesse contrato, o grupo *Time* fornece à Globo assistência de recursos humanos nas áreas de gerência e administração em um acordo de duração mínima de dez anos, o que contraria em muito a prática corrente nesses tipos de contrato. Herz afirma que esse contrato foi assinado no mesmo momento do contrato principal e que serviu “para não tornar muito ostensiva a participação estrangeira de uma só empresa, com 30% do lucro e mais a participação na receita” (Herz, 1997, p.113).

²⁷ No linguajar popular, um laranja é alguém que empresta a outrem seu nome para a realização de ações financeiras ilegais no sentido de ocultar dos órgãos de fiscalização o verdadeiro mandante de tais ações. No caso em questão, Roberto Marinho assume como seu um patrimônio de terceiros afim de ocultar a ação ilegal de um grupo estrangeiro na atividade de telecomunicações.

A website dedicada à memória da TV Globo traz uma aba com o curioso título “acusações falsas” (Memória Globo, 2018). Lá, encontramos, dentre outros casos de auto propagada injustiça histórica, a versão global do caso Time-Life. O que mais chama atenção é a transcrição de parte do depoimento de Roberto Marinho à CPI o qual afirma:

[...] Estudamos, como disse, detidamente, e chegamos à conclusão de que poderíamos assinar dois contratos com o Time-Life. Um de assistência técnica, nos moldes de numerosos, de centenas, de milhares, de contratos de assistência técnica que são estabelecidos com empresas brasileiras, até mesmo com empresas vedadas, como a Petrobras, a qualquer capital estrangeiro. O outro contrato que achamos poder estabelecer foi uma conta de participação *joint venture*, que, como V. Ex^{as}. sabem, é um contrato de financiamento aleatório, uma vez que não dá nenhum direito de direção ou de propriedade a uma empresa, apenas participando o financiador dessa empresa dos seus lucros e prejuízos. (MEMÓRIA GLOBO, 18/12/18).

O depoimento de Roberto Marinho pode ser lido como uma ratificação de culpa; a própria conceituação que ele importa à natureza do seu contrato principal contraria a realidade: o grupo Time-Life, na prática, era o detentor de 30% dos lucros e patrimônio da recém fundada TV Globo. Nenhuma autonomia plena na gestão da sua rede de televisão seria possível sem a anuência do capital estrangeiro. Assim, algumas questões se desdobram a partir desse depoimento. Em primeiro lugar, por que o lapso temporal foi tão grande entre a assinatura do contrato e o reconhecimento da questão pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (quase 4 anos)? Em segundo lugar e ainda mais importante, por que não houve nenhum tipo de punição expressiva ao grupo Globo que forçasse a família Marinho a se desfazer de todo patrimônio obtido durante a vigência do contrato ilegal²⁸ mesmo ela tendo sido condenada pela CPI da Câmara? As perguntas são retóricas e por essa mesma razão, tem respostas autoevidentes. A quase ausência de punições severas pelo CONTEL é a legitimação mesma dos contratos, ainda que Roberto Marinho tenha sido “obrigado” a romper o contrato mais de cinco anos depois do seu estabelecimento (ibid, p.190)

A CPI finaliza os trabalhos com a constatação de que os contratos assinados entre a Globo e a Time-Life feriam o artigo 160 da Constituição Federal, mas longe de imputar responsabilidades e punições a partir daquilo que determinava a Constituição – cassação do canal – a direção do Conselho Nacional de Telecomunicações (o CONTEL) ignora as recomendações do seu próprio setor jurídico e formaliza apenas uma recomendação de ajuste contratual. Assim, o caso Globo e Time-Life revelou a indisposição do regime de se defrontar com Roberto Marinho, entendendo que a não punição pelos contratos ilegais significou tanto o

²⁸ “Entre 16 de julho de 1962 e 12 de maio de 1966, a TV Globo recebeu do grupo Time-Life um total de US\$6.090.730,53, o que era equivalente, a câmbio de maio de 1966, a mais de Cr\$10,120 bilhões” (Herz, 1997, p.193).

ponto de partida da hegemonia exercida pela concorrência desleal praticada pela Globo no setor, quanto a justificativa oficial do regime para não permitir que nenhuma outra empresa privada brasileira seguisse o exemplo de Marinho e travassem parcerias com outros grupos estrangeiros. Era concedida, assim, todas as condições para o estabelecimento da Rede Globo como a principal empresa de televisão do país em uma troca tácita da sustentação política ao regime.

A parceria de apoio técnico, apesar de pouco divulgada, não foi menos importante porque a partir dela importantes intelectuais do meio do entretenimento estadunidense compuseram o staff da Rede Globo. O nome mais importante é o de Joseph Wallach, figura que anos após sua chegada no Brasil tornou-se executivo da emissora e, mesmo após ter retornado aos Estados Unidos, seguiu sendo consultor da família Marinho.

Assim, com tal aporte financeiro, corpo técnico e gerencial com uma incrível bagagem da TV norte-americana, ficaria impossível fazer frente à Rede Globo de Televisão. E apesar de ter sido demonstrada a natureza de ilegalidade da parceria, tais contratos só foram rescindidos na década de 1970. O sucesso dessa parceria definiria de uma vez por todas o caráter privatista e concentrado das concessões de rádio e televisão no Brasil, algo apenas esboçado pelos mais diversos dispositivos jurídicos e, ainda segundo Herz, “a implantação da Rede Globo está na origem da atual política brasileira de radiodifusão” (ibid, p.209) e reitera que:

Outra grave deficiência do Código Brasileiro de Telecomunicações é a indefinição quanto aos critérios que deveriam orientar a outorga de autorização para a execução de serviços de radiodifusão. Não há critérios expressos de distribuição das frequências do espectro eletromagnético. Há apenas a definição de competência: essa outorga fica ao arbítrio do presidente da República, na maioria dos casos, e do Ministério das Comunicações, em alguns outros. Isto é, o Código Brasileiro de Telecomunicações, mesmo sendo uma lei aprovada em 1962 pelo Congresso Nacional, em período de normalidade institucional, é um verdadeiro AI-5 da radiodifusão brasileira, que confere poderes absolutos ao Executivo. (ibid. p.211)

Assim sendo, a hegemonia da opinião do Grupo Globo manifesta pelo “padrão Globo de qualidade” foi forjada pelo aporte ilegal de investimento externo aliada à anuência do governo militar, por sua vez cioso de fazer uso da rede de televisão como propaganda de um regime que apertaria ainda mais o cerco contra os levantes populares. É inegável que a parceria tácita entre os militares no governo e Roberto Marinho aprofundou o projeto hegemônico das frações golpistas, ainda que aqui e ali o empresário tenha se deparado com algum desafeto oriundo da caserna.

Roberto Marinho mantinha-se como um dos principais interlocutores dos presidentes e girava todo seu aparato de comunicação para a aberta apologia ao regime. Inúmeros editoriais

valorizavam as ações do governo, mas certamente a cereja do bolo foi o lançamento do Jornal Nacional em 1969, o primeiro telejornal com abrangência nacional. O imenso grau de alcance do noticiário noturno trabalhou intensamente para legitimar o regime, tornando-se uma espécie de porta-voz das ações do governo. Segundo Arêas, o JN “evitava mostrar pessoas de aparência miserável que destoavam do “Brasil moderno” que era apregoado. No bloco internacional, assistia-se a guerras e conflitos; na parte nacional, atos do governo, grandes obras e atos da vida privada” (2015, p.83)²⁹.

Assumindo tarefas que vão além das práticas de construção de consenso, a hegemonia da TV Globo também cooperava para a sedimentação dos interesses da burguesia que sustentou o golpe: a expansão da televisão contribui para a formação de hábitos consumistas (ibid, p.84) em um momento em que o setor de serviços crescia em paralelo ao produtivo para alavancar a realização das mercadorias, assim como essa expansão abria a demanda de produção de aparelhos de televisão que foi feita como política pública pelo governo a partir da concessão de crédito direto para as famílias.

Para lançar a pá de cal sobre a concorrência com a Rede Globo, na década de 1970 a outorga da TV Excelsior foi cassada pelo governo Médici, bem como a TV Continental. Em 1980 foi a vez da TV Tupi ser lacrada pelos agentes do governo. Certamente todo esse movimento gerou uma contradição: o fortalecimento da TV Globo e de Roberto Marinho. Para equilibrar essa balança que já pendia para a narrativa de Roberto Marinho – seja ela qual fosse -, o regime, a partir dos espólios da TV Tupi fez surgir a TV Manchete de Adolpho Bloch e o SBT de Silvio Santos, canais alinhados à agenda dos governos militares.

2.3 O fim do regime empresarial-militar e o retorno à ordem democrática burguesa

O agravamento da crise econômica teve um impacto social singular no Brasil da década de 1970, criando brechas no pacto da burguesia que permitiu até então os militares permanecerem no poder com confortável liberdade de ação para violação dos direitos humanos. Nesse momento, já existia no país uma classe trabalhadora sedimentada alocada no setor produtivo que foi duramente atingida pela crise econômica e que vinha se organizando e se

²⁹ O presidente Médici, em conhecida declaração, afirmou que “Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal [nacional]. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho” (Arêas, 2015, p.83).

fortalecendo³⁰; o movimento campesino também vinha se rearticulando em oposição às políticas para o campo do governo militar³¹ e o estrato médio, aliado de primeira hora do golpe, também cooperou para a promoção de um esgarçamento da popularidade do governo, jogando luz sobre a necessidade de maior abertura política e restauro de algumas liberdades civis. Assim, os anos de “Milagre Econômico” como um projeto bem acabado de transferência de capital aos países centrais a partir do acúmulo de empréstimos em dólares, projeto esse implementado a ferro e fogo a partir do golpe de 1964, contraditoriamente, possibilitou tanto que os setores golpistas acumulassem capital dentro da lógica de subalternidade de um capitalismo dependente quanto gerou as fissuras por onde o grito por liberdade pôde ecoar cada vez mais alto.

A saída encontrada pelos militares para retardar os efeitos das inevitáveis tensões de classe foi promover de forma proativa um movimento de *abertura* do regime a partir de 1974 – abertura essa “lenta, gradual e segura”, de acordo com o presidente Geisel – além de iniciar o processo de *transição* do poder aos civis para que, assim, os militares tivessem o controle desse processo e evitassem incorrer em qualquer tipo de prestação de contas e julgamentos sobre os excessos cometidos contra os opositores³². De acordo com essa hipótese, Trajtenberg afirma que “a transição seria calculada nos mínimos detalhes para dar apenas um novo formato político “democrático” à dominação, garantindo a permanência dos velhos grupos no poder de maneira mais estável e sem o desgaste político [...]” (2015, p.51).

O final da década de 1970 e todo curso da de 1980 foram de grandes agitações políticas. Os movimentos sociais contestatórios nas cidades e no campo expunham uma nova dinâmica na luta de classes no Brasil. A abertura do regime como reação a partir de um reconhecimento limitado de algumas liberdades civis significou prover uma espécie de colchão que amorteceu essas tensões e evitou uma ruptura abrupta. No processo de abertura lenta e gradual, o regime sinalizava alguns recuos, mas sempre que o processo caminhou em direção a um descontrole, novos fechamentos eram aventados.

A proximidade das eleições para governador em 1978 e o reconhecimento de um sério risco de derrota representou um passo atrás no processo de reabertura, na medida em que Geisel

³⁰ As sucessivas greves do ABC paulista foram importantes para aumentar a fragilidade do regime e seu desenrolar foi decisivo para o surgimento da Central Única dos Trabalhadores no ano de 1973.

³¹ Nessa rearticulação, destaca-se o surgimento do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra em 1984 e a luta pela reforma agrária em oposição à política de colonização da região Norte que promovia o desmatamento em larga escala – fenômeno esse que até os dias de hoje impacta o cerrado e a Amazônia.

³² A revogação do AI-5 em 1978 por Ernesto Geisel e a Lei da anistia promulgada em 1979 foram consideradas grandes marcos do início do processo de redemocratização, mas também podem ser lidas, no primeiro caso, como uma tentativa de concessão de limitadas liberdades civis para dar a entender certa suavização do regime e, no segundo, como a autoindulgência dos militares que evitou o julgamento, ao menos em princípio, de muitos militares de alta patente.

retrocede para que novas regras do jogo político institucional pudessem ser outorgadas. O desenrolar dos eventos que ocasionaram o fechamento do Congresso Nacional por 14 dias e a promulgação do chamado “pacote de abril” em essência demonstravam as inseguranças dos militares com o processo de abertura. Esse pacote instituiu eleições indiretas para governadores, restrição da propaganda eleitoral, ampliação da bancada dos Estados menos populosos (onde o governo se saía bem nas eleições), mudança no quórum para a aprovação de projetos de emenda constitucional, ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos e a eleição indireta de 1/3 da bancada do senado (Motta, 2020). Como podemos observar, esse pacote representou um grande retrocesso no processo de redemocratização e garantiu que a abertura fosse à gosto da classe dirigente, o que, se não agradou, ao menos não deixou a grande burguesia insatisfeita – ela mesma incomodada que estava com a perda do controle devido as tensões sociais.

O cenário político dos anos seguintes do processo de transição e da redemocratização se deu numa verdadeira dança das cadeiras aberta pela reinstituição do pluripartidarismo que tendia todos – fossem correligionários do MDB ou ARENA - para o mesmo destino: a conciliação. E conciliar para transferir o poder da maneira mais segura possível. Trajtenberg sintetiza esses movimentos afirmando que:

Em síntese, essas medidas [de conciliação] têm o objetivo de prevenir possíveis crises na transição para o novo modelo de dominação, tendo por objetivo formar um campo central que isolasse a esquerda militante combativa e a extrema direita que resistia à abertura. Este campo central formado com parte da oposição, que vai dirigir os primeiros anos da Nova República nos impede de classificá-la como algo genuinamente novo que rompeu com o passado ditatorial. (ibid, p.55)

Nesse sentido, o processo de redemocratização gerou em Roberto Marinho uma postura ambígua: quanto mais o regime soltava as rédeas, mais o Grupo Globo endurecia, trabalhando sempre como o partido da ordem que organizou a narrativa da vontade geral da grande burguesia no Brasil. O empresário já era a principal voz da classe dominante no Brasil e seus interesses empresariais manifestavam, acima de qualquer outra coisa, os interesses dessa classe, ciosa que estava de perder o controle do processo de transferência do poder aos civis. Já no apagar das luzes, Roberto Marinho lança um editorial em 1984 (Anexo 3) em que assume ter apoiado irrestritamente o golpe e nele faz um balanço otimista dos vinte anos precedentes como aqueles que salvaram o Brasil da derrocada do destino comunista e corrupto e que todo excesso cometido foi em nome da preservação da institucionalidade (burguesa, certamente) no país.

A proximidade do ocaso do poder militar e o horizonte de uma Nova República obrigou Roberto Marinho a agir em duas frentes principais: 1) a de garantir, nos termos da lei na constituinte, que o sistema de comunicação brasileiro não sofreria alterações significativas na passagem do poder; 2) que a mídia sob seu comando trabalharia seriamente para se desviar de toda cobertura midiática que desse destaque para as lutas travadas pela classe trabalhadora, principalmente se elas fossem vitoriosas.

Já na década de 1980, a Rede Globo era a maior rede de televisão do país e alcançava a quase totalidade dos lares dos brasileiros. Ainda que não detivesse redes de transmissão própria em todos os Estados, o seu sistema de TVs afiliadas garantia que a família Marinho ganhasse uma amplitude de transmissão de suas mensagens, que tornava a ideologia dominante uma ideologia orgânica, além de estabelecer acordos comerciais com toda sorte de coronéis nos Estados. Essa rede de parcerias com as afiliadas potencializava a capacidade de influência na sociedade política, fazendo com que Roberto Marinho, pessoalmente, fosse consultado a cada nome para o Ministério das Comunicações.

Um caso de tráfico de influência e troca de favores de importante repercussão à época foi a nomeação de Antônio Carlos Magalhães para o Ministério das Comunicações. Ele, por sua vez, garantia que as políticas públicas para as telecomunicações no Brasil seguissem beneficiando a família Marinho. Em contrapartida, Roberto Marinho rompeu o contrato de dezoito anos com a TV Aratu e concede os direitos de transmissão da programação da Globo no Estado para a TV Bahia, de propriedade da família Magalhães, o que evidenciou o escândalo que significava o próprio Ministério das Comunicações, personificado por Magalhães, controlar uma concessão de televisão (Herz, 1997, p.63)³³.

Esses laços de promiscuidades tão chocantes, mas ao mesmo tempo tão orgânicos, só mostravam que as políticas para as Telecomunicações no Brasil sempre foram pautadas pela corrupção e pelo tráfico de influência. A instituição da Nova República não alterou significativamente esse quadro; Herz relata que Antônio Carlos Magalhães “disse defender no Congresso Constituinte o atual ‘sistema de concessões’ (que depende da decisão pessoal do Presidente da República) para a exploração comercial de emissoras de rádio e televisão (ibid, p.68). O ministro foi o responsável por diversas canetadas que fortaleceram a hegemonia da

³³ O episódio envolvendo o direito de retransmissão da TV Globo pela TV Aratu teve um desenrolar político complexo, mobilizando a bancada de deputados baianos que intervieram - sem sucesso - junto ao presidente José Sarney. O imbróglgio foi judicializado e uma liminar favorável à TV Aratu foi expedida pelo então juiz da 9ª vara civil do Rio de Janeiro, Luiz Fux. No dia 23 de janeiro de 1987 e pelos três dias seguintes a programação da TV Globo foi retransmitida tanto pela TV Aratu quanto pela TV Bahia, o que em muito confundiu os telespectadores baianos. Certamente a liminar foi derrubada e a TV Bahia deteve o direito de retransmissão oficializado (Herz, 1997, p.63).

Rede Globo, dentre elas a extinção do Imposto sobre Serviços de Comunicação que permitiu a expansão da rede de retransmissoras a um custo menor (ibid. p.68).

Se fora dos holofotes o trânsito de Roberto Marinho pelos meandros da sociedade política garantiria uma perpetuação dos mesmos grupos detentores dos grandes monopólios de comunicação na Nova República, a face pública do Grupo Globo seguia irretocável na sua campanha ufanista quanto aos feitos dos militares nas últimas duas décadas, ao mesmo tempo que trabalhava para esvaziar o sentido das lutas dos trabalhadores que vinha crescendo como consequência mais imediata da diminuição da pressão exercida pelo poder militar com a perseguição mais imediata às oposições à esquerda.

O já mencionado editorial de 1984 e alguns escândalos envolvendo limites éticos do jornalismo foram os grandes sinais de que Roberto Marinho não cederia às pressões populares por ampliação de direitos sem usar todas as armas disponíveis, sobretudo a censura a muitos dos seus próprios jornalistas nas mais diversas coberturas sobre política. A cobertura das manifestações de rua pelas Diretas, a manipulação do resultado das eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 e a edição do debate entre Lula e Collor que entrou para a história como uma intervenção direta nas eleições presidenciais, são alguns episódios que demonstraram que a verve golpista do Grupo globo estava mais viva do que nunca e pronta para defender os interesses da classe dominante assim que mobilizados.

O movimento pelas Diretas começou como uma iniciativa tímida movida em torno do projeto de Emenda Constitucional (EC) que propunha a eleição direta para presidência da República apresentado pelo deputado Dante de Oliveira em 1983. Foram organizados comícios em uma série de capitais pelo Brasil que, com o tempo foram tomando corpo, conquistando adesão popular e de sindicatos. A proximidade da votação da EC apenas surtiu o efeito de aumentar o volume das manifestações, tanto em quantidade de pessoas em cada ato, quanto de cidades envolvidas na organização. Todos esses comícios foram ignorados pela Rede Globo, na expectativa de que se não fossem retratados, eles não cresceriam.

Entretanto, o comício do dia 25 de janeiro de 1984, no Vale do Anhangabaú na cidade de São Paulo, foi o grande divisor de águas para a percepção pública da inclinação política do Grupo Globo. A data da manifestação, feriado municipal do aniversário da cidade, possibilitou que centenas de milhares de pessoas comparecessem ao comício, configurando o maior ato das Diretas até então. Os jornalistas da emissora não puderam cobrir o evento – não como um comício que exigia eleições diretas – e a edição do Jornal Nacional noticiou aquela grande movimentação popular como uma festa em comemoração ao aniversário da cidade (Arêas, 2015, p. 101). Esse evento mobilizou rechaço popular público e ataques diretos aos jornalistas

da emissora que, por sua vez, foram autorizados a não mais ignorar os atos de rua pela ampliação do poder popular.

Já as eleições diretas para governador, reinstituídas em 1982, foram alvo de denúncias envolvendo tentativa de fraude que entram para a história como o escândalo da Proconsult. No pleito, concorriam Moreira Franco – candidato de Roberto Marinho - e Leonel Brizola, um antigo desafeto que acabara de retornar do exílio. A Proconsult foi a empresa contratada para registrar os votos e se viu envolta em um processo de fraude eleitoral que diminuía o cômputo de votos em Brizola, ao mesmo tempo em que registrava os votos do interior do estado, mais favorável a Moreira Franco, conferindo a legitimidade da eventual derrota de Brizola no pleito. Arêas explica que o papel da Globo foi o de “imprimir credibilidade ao falso resultado, criando uma ‘opinião pública’ favorável à fraude” (ibid. p.100). Anos depois, o caso foi arquivado e ninguém foi condenado.

Por fim, o evento mais notório de manipulação midiática cometida pela Globo, o caso do debate do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 entre Lula e Collor que mostrou a face de um Roberto Marinho que jogaria todas as fichas para garantir que a Nova República aderisse às diretrizes do Consenso de Washington e seguisse o receituário neoliberal. A princípio, Collor não foi o candidato de preferência de Roberto Marinho que estava mais inclinado a apoiar Mario Covas. Marinho preferia alguém capaz de manter as conexões e trânsito na sociedade política, bem como a manutenção de toda rede de tráfico de influência que regeu o sistema de telecomunicações brasileiro. Entretanto, foi difícil encontrar um nome consensual entre os empresários³⁴. A proximidade do pleito e o anseio popular por mudanças na política, impôs o nome do carismático Fernando Collor e seu discurso anticorrupção.

Às vésperas do segundo turno das eleições, Lula e Collor estavam em condição de empate técnico; o último debate poderia ser o fiel da balança na escolha popular pelo novo presidente do Brasil. No dia seguinte ao debate, um resumo fora apresentado no vespertino Jornal Hoje mostrando as melhores performances dos dois candidatos, cobertura essa que desagradou Roberto Marinho. Este, por sua vez, designou que um outro resumo fosse apresentado no Jornal Nacional, dessa vez com as melhores performances de Collor e as piores de Lula. Apesar de não ter incorrido em nenhuma ilegalidade, a manipulação da narrativa dos dois candidatos certamente teve peso no resultado final das urnas: Collor seria o novo presidente do Brasil.

³⁴ Para alguns empresários na época, Mario Covas estava muito à esquerda, em grande medida pela sua atuação na Constituinte.

Eleger Collor se tornou um movimento importante para a adoção das políticas econômicas neoliberais no Brasil na década de 1990, era da globalização e do neoliberalismo. Na prática, isso significou o começo das políticas de privatizações de grandes estatais, desregulamentação da economia, centralidade do mercado nas políticas econômicas e uma brutal campanha contra o funcionalismo público, que só aumentaria com o tempo. Os governos seguintes – Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – encerrariam a década de 1990 como uma década de conversão do capitalismo dependente no Brasil à uma lógica de subserviência aos ditames mais imediatos do mercado.

Assim, em meados da década, passamos por uma Reforma Gerencial que colocou o aparelho de Estado brasileiro nos trilhos do neoliberalismo. Esta reforma se desdobrou em todos os campos da vida social (educação, saúde, previdência etc), cuja ideologia central é a noção de um Estado que seja mínimo na gestão da coisa pública e se comporte como um regulador dos serviços agora fornecidos pelos agentes privados. É certo que as tensões de classe estabelecidas nesses processos de privatizações representaram uma importante resistência à massificação da entrega das estatais ao controle privado, mas esse é um processo que não finda na primeira derrota e se arrasta pela história no sentido de encontrar as melhores condições para se desenrolarem.

3- A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E A DEFESA DA PEDAGOGIA POLÍTICA DO GRUPO GLOBO

Partindo da compreensão da atuação do Grupo Globo como um partido da ordem conforme as reflexões de Gramsci, cabe localizar a Fundação Roberto Marinho como o seu principal APH voltado para proposição e implementação de políticas públicas para a educação, mais especificamente atendendo o público-alvo de jovens e adultos em situação de atraso idade/série.

Antes mesmo do surgimento da Fundação, o Grupo Globo já cumpria a tarefa educativa que lhe era imposta pela adesão de primeira hora ao golpe militar de 1964, mas lhe faltava um caráter de centralidade de ação em uma proposta educativa que o fizesse capaz de penetrar mais profundamente no segmento educacional, além de facilitar a disputa por recursos públicos em um momento da história do país que a Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1971 estimulou o modelo de ensino tecnicista para as classes subalternas, ao mesmo tempo que o desenvolvimento das telecomunicações como política pública poderia significar abertura de portas para novos negócios no segmento educacional.

A década de 1970 foi significativa para a educação no Brasil, principalmente porque representou um verdadeiro desmonte dos incipientes avanços da educação popular da década anterior. E de forma coerente com a política de desenvolvimento de setores estratégicos por parte dos militares, a educação a distância para as camadas populares ganha fôlego com o incentivo ao uso das mídias tecnológicas, especialmente a televisiva, para a formação da classe trabalhadora³⁵. É importante chamar atenção que a expansão massiva da televisão foi uma das principais estratégias de controle e coesão social e, enquanto tal, houve espaço privilegiado para a tele-educação se estabelecer com amplo apoio do governo federal (Jambeiro, 2002).

A Fundação surge em 1977 em meio à etapa histórica de reorganização produtiva do capitalismo dos países centrais que coincide com a grande crise econômica atravessada pelo Brasil e que fragiliza muito o governo dos militares. A discussão sobre o acesso desigual à educação e os altos índices de analfabetismo acendem o alerta de setores da burguesia no Brasil sobre a escassez de mão-de-obra minimamente especializada e capaz de acompanhar o

³⁵ A década de 1970 não foi a criadora da educação a distância pela tele-educação no Brasil. À época já existiam iniciativas importantes, como o Movimento de Educação de Base (MEB) reconhecido pelo governo federal e gerido pela CNBB, além das TVs educativas públicas, como a TV Cultura (São Paulo) e a TV Educativa (Rio de Janeiro), ambas criadas na década de 1960.

desenvolvimento tecnológico que os setores produtivos vinham implementando em escala global como resposta à crise de superprodução.

Aliado a esse cenário, o momento de transição política exigiu que também se formasse uma nova ética a ser apresentada ao conjunto das classes populares como universal cujo escopo fosse capaz de responder os novos desafios impostos pela etapa neoliberal de acumulação de forma a mitigar as possibilidades de contestação política efetiva e de responsabilização individual, ainda que do ponto de vista material e da efetividade, estivessem ocorrendo a perda progressiva de direitos sociais e trabalhistas e aumento da concentração de riqueza. No Brasil, apesar do aparente ponto fora da curva que a constituição de 1988 representou no que tange a evolução dos direitos sociais, a carta não desmontou as estruturas de poder seculares do país, tampouco reverteu a escalada neoliberal implementada pelos governos ao longo da década de 1990.

A Fundação Roberto Marinho se propôs a cumprir a relevante tarefa de reorganizar as mais importantes iniciativas de produção de ensino a distância através da tele-educação no Brasil (que ainda era incipiente) e lançar em parceria com a Fundação Padre Anchieta o primeiro Telecurso, voltado para o antigo segundo grau. É de provocar alguma curiosidade ser o público-alvo original o de jovens e adultos em defasagem idade/série, mas se atentarmos para a necessidade de formação de mão de obra qualificada já mencionada, não causa surpresa o lançamento da programação ser para esse estrato da população quando o Brasil ainda contava com altos índices de analfabetismo³⁶.

Para fins desse trabalho, serão discutidos os princípios sociológicos, filosóficos e éticos da Nova Pedagogia da Hegemonia, conceito elaborado pela pesquisadora Lucia Neves (2005) como a principal resposta no campo da educação do conjunto da burguesia para a crise estrutural do capital e seus desdobramentos, sempre à luz do aporte teórico-metodológico do estado Ampliado de Antonio Gramsci. Nessa concepção cabem analisar os desdobramentos da implementação de políticas neoliberais e de controle de resultados da educação pública como condição de financiamento por parte dos grandes bancos e agências de fomento de crédito, resgatando a historicidade das propostas e projetos importados pelo Brasil e regurgitados em forma de políticas públicas de massificação da educação básica.

³⁶ Segundo o IBGE a taxa de analfabetismo no Brasil em pessoas maiores de 15 anos era de 33,6% em 1970 e 25,4% em 1980 (IBGE, 2020)

Também discutiremos o contexto do surgimento da Fundação Roberto Marinho e suas redes de associações. É importante destacar que a Fundação, conforme a legislação vigente, não pode ter fins lucrativos, o que manifesta com bastante clareza que ela priorizou a tarefa de disputa da hegemonia e de defesa da ideologia do partido ao qual está ligada. Cabe ressaltar que não ter fins lucrativos não significa se abster de disputar recursos públicos. Ao contrário, disputam recursos públicos traçando uma sorte de associações e contratos de origem duvidosa, bem ao sabor da forma de ser da burocracia no Brasil.

Por fim, abordaremos o Telecurso como o carro-chefe da Fundação, vitrine essa que expõe a face de um Roberto Marinho como um aparente empresário socialmente responsável quando suas ações denotam alguém pouco afeito às manifestações genuínas de exercício de democracia no Brasil. Também relacionaremos a implementação do Telecurso como o modelo preferencial de metodologia da Fundação, principalmente por meio do Canal Futura, rede de televisão criada especificamente para a difusão da tele-educação para formação de jovens e adultos, mas também de professores. Demonstraremos como as parcerias da Fundação ao longo das reformulações do Telecurso expressam de forma imediata as necessidades de conformação da classe trabalhadora, bem como de estabelecimento de uma hegemonia nesse nicho de mercado. Discutiremos a tarefa educativa do Telecurso em um contexto de transição política até sua virada neoliberal em meados da década de 1990.

3.1 A Nova Pedagogia da Hegemonia e a formação do trabalhador de novo tipo no Brasil

O desenvolvimento das forças produtivas em um Estado capitalista ao longo do tempo está tanto na gênese quanto na complexificação da sociedade civil nos modelos ocidentais de organização estatal. Contudo, como já descrevemos, a sociedade civil está longe de ser um palco harmônico da atuação política dos agentes organizados nos seus aparelhos privados, mas sim, dialeticamente, tem suas mais distintas frações agindo na disputa da direção de sua classe e buscando apresentar a sua ideologia ao conjunto da sociedade como o universal político.

Aliado a isso, e a partir dos elementos de análise já colocados por Gramsci no que tange ao papel assumido pela sociedade civil no seio do Estado Ampliado, chamamos atenção para a tarefa do Estado no sentido estrito que também atua na estrutura do consenso, ainda que em última instância sua tarefa prioritária seja fazer uso do recurso da coerção. O pensador defendia que o Estado estrito em sociedades mais complexas também tem a tarefa de forjar uma nova

sociabilidade e que, além disso, é preciso evitar os esquematismos quando se faz uma análise dialética da sociedade. Como afirma,

Tarefa educativa e conformativa do Estado cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade. (GRAMSCI, 2007 p.23)

A sociabilidade exigida por uma burguesia que assume o poder e direção dos estados nacionais é aquela em que os homens e mulheres incorporam os elementos da ideologia burguesa como se fossem os seus para que assim se possa extrair do todo social o máximo de mais valia conversível em lucro. Os antigos ideais liberais burgueses de individualismo, autorrealização, responsabilidade individual ganham novas paletas e são sistematicamente reavivados nos momentos que a recomposição burguesa sinaliza a retirada progressiva de direitos e uma reconfiguração do papel do Estado estrito na economia. Nesse sentido, a escola, enquanto um Aparelho Privado de Hegemonia com ampla capacidade de penetração no seio da classe trabalhadora, é um espaço privilegiado de disputas do qual a própria burguesia não abre mão.

3.1.1: O papel da Escola na Nova Pedagogia da Hegemonia

Historicamente, a escola cumpriu diversas tarefas na formação do tipo humano ideal de cada etapa da acumulação capitalista. A expansão da escola pública possibilitou que a burguesia pudesse transferir o custo da formação para o trabalho de cada indivíduo para o fundo público estatal, coletivamente engordado a partir dos impostos pagos pelo conjunto da sociedade. Além disso, as disputas em torno dos currículos escolares também expressa as tensões entre mais variadas frações de classe, e no que tange à burguesia, certamente era de interesse que a escola destinada à classe trabalhadora fosse tecnicista e voltada preponderantemente para a formação para o trabalho, enquanto uma pequena casta gozaria de uma educação privada ilustrada, humanista.

Nesse debate, é fundamental resgatar os escritos do caderno 12 de Gramsci e a discussão sobre a Escola Unitária que vem no bojo da Reforma Educacional italiana realizada por Gentile em 1923 que pretendeu abolir o acesso das classes subalternas a uma escola “desinteressada” para priorizar uma formação para o trabalho. Nesse contexto, o filósofo sardo

evocou a dimensão emancipatória do trabalho na própria ontologia do ser humano enquanto ser social.

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (Gramsci, 2001, p.33-34)

Gramsci defendia que é o próprio fundo público que deve ser destinado para a garantir a manutenção tanto dessa escola quanto dos estudantes e suas necessidades básicas de reprodução da vida, apontando ao próprio Estado uma tarefa educativa, conforme explica-nos o seguinte trecho:

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão à cargo da família no que toca à manutenção dos escolares isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas (ibid, p. 36)

A partir da noção de Escola Unitária é natural concluir que a escola seja um espaço dialético por natureza, no sentido de expressar disputas entre as classes fundamentais em torno dos projetos e currículos que atendam às necessidades de cada estratégia de ação. À burguesia cabe disputar a escola para ampliar as possibilidades de valorização de uma ética burguesa e suas instituições - reforçando a nossa hipótese de que os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante disputam intensamente o controle e gestão escolar, tanto de dentro para fora – a partir da gestão do cotidiano escolar - quanto de fora para dentro – com o estímulo a implementação de políticas públicas que atendam os grupos hegemônicos – e à classe trabalhadora ao investir em um projeto de escola pública que contribua na formação de homens e mulheres capazes de emancipar a si e à própria humanidade.

Entendendo que a totalidade do real se expressa como o fruto mais imediato da luta de classes, a classe trabalhadora também tem sido capaz de organizar os seus partidos e aparelhos privado de hegemonia com vistas a direção de sua classe, ainda que muitas vezes em clara relação de assimetria e desvantagem. Organizando-se no sentido de construir uma pedagogia dos subalternos, ainda são capazes de se contraporem e oferecerem alguma resistência aos grandes projetos internacionais de hegemonia burguesa. Organizações de classes como a CNTE

e o Fórum em Defesa da Escola Pública, por exemplo, cumpriram importante tarefa de organização da luta dos educadores e educadoras no país, ainda que a categoria dos trabalhadores da educação ainda haveria de experimentar muitos episódios de recuo e traição de seus dirigentes.

Corroborando essa ideia, Lucia Neves aponta que:

Considerando a relação de indissociabilidade entre estrutura e superestrutura na história, pode-se afirmar que o desenvolvimento das sociedades capitalistas vem-se constituindo no resultado provisório das tentativas das classes sociais de resolução de uma dupla e concomitante ordem de resolução: *a contradição entre socialização do trabalho e a apropriação privada do trabalho social e a contradição entre socialização da política e a apropriação individual ou grupista do poder*. [grifo meu] (2005, p.22)

A autora entende que a contradição insuperável estabelecida entre capital e trabalho também se reproduz na escola: afeta tanto a categoria docente que tende a ser cada dia mais explorada e alienada dos processos constitutivos do seu trabalho quanto os estudantes que são submetidos a um processo educativo que não supera a situação secular de exploração, principalmente se tratando de um país herdeiro imediato do colonialismo escravista. Em suma: a escola manifesta de forma imediata as contradições da sociedade burguesa e se constitui em frentes de batalha privilegiada para a disputa de hegemonia.

Apesar de estarem submetidos a uma lógica de trabalho alienado, os trabalhadores ainda podem encontrar na escola um espaço de expressão fenomênica dos conflitos de classe e problematização dos conteúdos, justamente porque ela expressa as tensões de classe e as alternativas manifestas de construção de soluções. Todos os seres humanos formulam sua própria concepção de mundo que certamente conta com os elementos simbólicos herdados de um dado grupo social e a escola é um elemento cultural bastante significativo na vida das comunidades. Assim, a adequação entre mundo produtivo, padrão de consumo e escolhas éticas precisam necessariamente atravessar o conjunto de elementos simbólicos que pautam as decisões individuais e hábitos coletivos. Pensando a partir de Gramsci, Lucia Neves afirma

Em sentido amplo, todos os homens são intelectuais. Todos têm uma concepção de mundo, integram organismos sociais, trabalham, realizam uma atividade criadora qualquer, deliberam sobre os rumos de sua vida em graus distintos de organicidade do pensamento que vão desde uma visão fragmentária a uma visão unitária de mundo. A escola, especialmente nas sociedades urbano-industriais, teria como objetivo, portanto, elevar o grau de consciência individual atingido pela humanidade (ibid, p.23)

A partir dessa passagem podemos entender que a dinâmica da sustentação da hegemonia se expressa através da relação dialética entre a esfera produtiva e o campo das relações sociais e não em uma relação mecânica de causa e efeito. Não é a esfera produtiva que determina de forma transcendente a reprodução social em todos os seus aspectos, mas a partir de um movimento do real que é impulsionado por aspectos contrários, os homens e mulheres fazem a história se mover. Nesse sentido, os novos padrões de consumo que percorrem e se complexificam em todo século XX no Brasil, foram produtos do aprofundamento da ética burguesa, sobretudo da forma de vida americanista que reverberaram a partir dos principais aparelhos privados de hegemonia nacionais e internacionais.

Aqui, sob a lógica de um capitalismo periférico, a educação escolar ao longo da primeira metade do século XX era um artigo de luxo. Ainda refletia as disputas entre segmentos que defendiam uma proposta liberal de educação (laica e universal) contra aqueles que insistiam na predominância do modelo confessional jesuítico, denotando um atraso muito grande em relação aos países capitalistas centrais onde a escola já era uma instituição estatal com papel bem definido na tarefa de instrução das crianças e jovens. O cenário começa a se transformar com o florescimento da burguesia no Brasil e, da mesma forma que inaugura a agenda da industrialização nacional, também reflete mudanças importantes no campo das políticas públicas nacionais³⁷.

Apesar do aparente conflito, as concepções pedagógicas tradicional e liberal refletiram discordâncias apenas no aspecto formal, pois nenhuma dessas correntes (em especial a liberal que se apresentou como uma novidade pedagógica), expressava a necessidade de instituir uma educação voltada para o questionamento dos conflitos de classes e para a expansão do ensino para o conjunto da classe trabalhadora. A concepção liberal tampouco propôs rompimentos radicais com a ordem capitalista, como explica Moacir Gadotti na passagem:

Os *católicos* e *liberais* representam grupos diferentes, correntes históricas opostas, porém não antagônicas. Os primeiros desejavam imprimir à educação um conteúdo espiritual e os segundos, um cunho mais democrático. Contudo, os dois grupos tinham pontos em comum. Representavam apenas facções da classe dominante e, portanto não questionavam o sistema econômico que dava origem aos privilégios e a falta de uma escola para o povo. A mudança apreçada pelos dois grupos estava centrada mais nos métodos do que no sentido da educação. (2003, p.233)

³⁷ O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi um documento de fundamental importância na história da educação brasileira que nos auxilia a compreender como a intelectualidade liberal no Brasil enxergava a tarefa da escola pública. Foi assinado por 27 importantes intelectuais que lançaram as bases filosóficas para a reestruturação do modelo educativo no Brasil, dentre eles Anísio Teixeira, Roquette Pinto e Cecília Meirelles. Dele, saíram as bases políticas e filosóficas da reforma Gustavo Capanema que terminou por separar radicalmente a educação das elites da educação para o trabalho.

Não obstante o ideário da educação liberal autóctone dos intelectuais do início do século XX ter inspirado a instituição das primeiras legislações e políticas públicas educacionais no Brasil, ele representa muito mais um produto imediato das ideias dos países centrais que são importadas adequando-as às contradições típicas do capitalismo dependente. É interessante pensar como a reforma Gustavo Capanema de 1942 de cunho liberal pôde ser promulgada em um país onde vigorava o regime de exceção do Estado Novo. O resultado mais imediato dessa natureza contraditória foi a separação radical da educação das elites e a da classe trabalhadora (daquela parcela que conseguia algum nível de escolarização). A escola da elite seguirá com a sua tarefa de formar os agentes das classes dominantes, enquanto aos filhos dos trabalhadores que conseguem estudar, cabe a formação para o mundo do trabalho, em uma sociedade em vias de industrializar-se.

A desigualdade de oportunidades escolares do Brasil da primeira metade do século XX não se altera significativamente até a década de 1990 (quando novas diretrizes internacionais reconfiguram o papel da educação nos países periféricos), a despeito de diversos movimentos de cunho popular disputarem a hegemonia com certo grau de efetividade décadas antes. O golpe de 1964 desmobilizou os movimentos de educação popular que vinham crescendo no país, perseguiu e exilou seus principais intelectuais e estruturou um sistema escolar inspirado no modelo tecnicista implementado em larga escala pelos Estados Unidos.

Já discutimos que em contextos de crise, a burguesia se desvia dos efeitos econômicos do desequilíbrio entre oferta e demanda por mercadoria recompondo o bloco histórico e terceirizando todos os impactos negativos para a classe trabalhadora. Por isso, a superação das crises ao longo da história do capitalismo segue a tendência de reconfigurar o jogo de forças das frações de classe no interior do bloco no poder, mobilizando seus aparelhos privados na busca do reequilíbrio do consenso dos dominados porque é só assim que se pode contar com a aquiescência dos subalternos na cooperação com seus interesses. Assim, entendemos que nenhum outro aparelho privado de hegemonia oferece um acesso tão privilegiado aos trabalhadores e sua prole quanto a escola; hegemonizá-la é uma tarefa de sobrevivência do próprio sistema capitalista.

Da mesma maneira que a crise estrutural do capital mudou o padrão de acumulação no sentido da ampliação das margens dos lucros depreciados nos anos anteriores, a sociedade civil se reorganizou para a remodelação do pacto de consenso no seio da classe trabalhadora, pensando a educação como instrumento fundamental da nova ética capitalista em jogo. A nova

pedagogia da hegemonia que surge no eixo da crise estrutural da década de 1970 é “nova” justamente porque incorpora certos elementos fundamentais do novo *ethos* da reprodução do capital que na sua etapa financeira não poderia deixar de ter o protagonismo dos bancos e grandes instituições de fomento de crédito como os maiores propositores de políticas públicas para a educação.

As instituições financeiras vêm desempenhando um papel central em um contexto de economia descentralizada, atuando como os verdadeiros detentores dos destinos das nações por controlarem de forma muito estreitas os governos e suas dívidas públicas. Coerentemente, as eleições burguesas mantêm a aparência de democracia na medida que o voto universal aparenta a horizontalidade do poder nas mãos das pessoas ordinárias. Porém, as eleições são apenas o palco onde os candidatos – na grande maioria atrelados ao controle dos financiadores de campanha - atuam tais quais bonecos de ventríloquo que repetem como papagaios de poleiro a cantilena neoliberal. Não existe um debate eleitoral sério que pautar a reprodução do capital e a distribuição desigual das riquezas, tampouco a importância dos bancos e instituições financeiras na reprodução da pobreza generalizada no mundo ocidental pós década de 1970. Conforme discute a professora Adriana Melo, as instituições financeiras, reconhecendo a dependência com relação ao capital estrangeiro, impõe aos países periféricos a sua agenda nas mais diversas áreas de atuação dos governos locais, tais como expressa a passagem:

As reformas e ajustes do FMI e do Banco Mundial, impostos aos países devedores desde os anos de 1970, traziam em suas condicionalidades obrigações tanto de garantias de pagamento quanto de garantias de desenvolvimento que se traduziam na obrigação da realização de políticas sociais compensatórias com o objetivo de diminuir a desigualdade social, sob a forma de “pacotes” para o desenvolvimento com os quais os países anuíam (2005, p.71-72)

No que tange à educação, os grandes conglomerados financeiros do capitalismo central passaram a enxergar na ampliação do acesso à educação formal uma oportunidade de expandir a ideologia de mercado para o conjunto da classe trabalhadora³⁸. O Consenso de Washington de 1989 que reuniu as principais diretrizes para a expansão do neoliberalismo para o conjunto dos países capitalistas ao redor do mundo vem na esteira do fim iminente da União Soviética e da vitória simbólica do capitalismo em escala global. O novo homem foi forjado sob a égide

³⁸ A família Marinho que muito nos interessa abordar nesse trabalho e que de longa data compõe o bloco no poder no Brasil, também compõe a lista dos maiores bilionários do país. Segundo a lista da Forbes de fevereiro de 2020, os irmãos Marinho detêm juntos uma fortuna pessoal de aproximadamente 6 bilhões de dólares (FORBES, 2020), mantendo-se relativamente isentos das flutuações do caixa da empresa. O interesse da família Marinho na educação está muito além da mera formação de público para engordar os números da audiência cativa da emissora e vai se alinhar à tendência internacional de reorganização neoliberal do Estado.

neoliberal como resultado mais imediato do exercício da hegemonia burguesa; a ele cabe cooperar ativamente para perpetuar o sistema de desigualdades crise após crise.

3.1.2 As diretrizes internacionais para a construção da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil

Dando a linha para a implementação desses novos objetivos mundo afora, em 1990, a Organização das Nações Unidas, a partir da UNICEF, UNESCO, PNUD, juntamente ao Banco Mundial organiza uma conferência sobre educação na cidade tailandesa de Jomtien de onde lança um documento que ficou conhecido como Educação Para Todos. Nele, estão contidas todas as diretrizes para a implementação de um modelo de educação que contemple necessidades básicas de aprendizagem de desenvolvimento escolar, chamando atenção principalmente para a realidade brasileira ainda muito defasada na ampliação do acesso à escola e com altos índices de analfabetismo³⁹.

No documento, o principal objetivo traçado para os países “é satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos” (UNICEF, 1990), entendendo que esse “satisfazer” se refere em essência aos interesses das instituições financeiras e empresariais que sustentam o sistema capitalista⁴⁰. Por isso, foi preciso transmitir uma mensagem de neutralidade ideológica a qual centraliza a necessidade de expansão dessa educação como um valor universal, principalmente em um momento histórico que a União Soviética enterra consigo, ao menos na narrativa hegemônica, a utopia socialista e abre margem para a negação da luta de classes. Os governos nacionais e locais foram mobilizados a se envolverem na causa da massificação da escolarização seguindo os preceitos dos grandes agentes de fomento de crédito que, por sua vez, se auto intitulam “terceiro setor” quando manifestam interesses difusos em nome do desenvolvimento social dos países.

O documento de Jomtien chega no Brasil e é traduzido pelo Ministério da Educação no Plano Decenal de Educação Para Todos (1993) que é organizado a partir de um comitê consultivo composto por diversos segmentos da sociedade civil, dentre eles a Confederação

³⁹ Segundo dados do IBGE, em 1991 a taxa de analfabetismo de pessoas a partir de 15 anos no Brasil era de 20,1% (IBGE, 2020).

⁴⁰ Aqui não desconsideramos ser pauta histórica dos educadores no Brasil a luta pelo acesso e permanência das crianças e jovens nas escolas públicas. Porém, o que se manifesta no documento resultante da Conferência de Jomtien é um receituário oriundo de uma apropriação dessa pauta para os fins da reprodução do capitalismo e da valorização do valor em uma nova etapa de um sistema global e hegemônico.

Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), além da própria UNICEF (MEC, 1993). A pluralidade de segmentos da sociedade civil demonstra que os interesses sobre o estabelecimento de políticas públicas para a educação estavam em disputa, mas não eram incompatíveis. Além disso, esse documento traduziu as diretrizes incorporadas pelo Estado brasileiro da experiência de Jomtien e expressa as diretrizes a serem adotadas como políticas públicas pelos Estados e Municípios no decênio 1993-2003.

A ideologia que se expressa como um interesse universal e coletivo na educação dos filhos e filhas das classes subalternas não é novo e indica uma relação íntima com as iniciativas privatistas da escola pública, ainda que elas não tenham sido efetivadas pela proposta de venda imediata das escolas enquanto espaços físicos. A proposta de privatização é de dentro para fora, a partir de uma adequação das escolas de maneira que as fizessem funcionar tais quais empresas privadas. Além disso, o currículo escolar, um documento político por natureza, se refez atendendo às necessidades de desenvolvimento de competências e habilidades. Um primeiro movimento, o da transformação da gestão escolar a partir de uma visão empresarial, destacamos as políticas gerencialistas implementadas pelos Estados e Municípios após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e pela Reforma Gerencial de Bresser Pereira. E um segundo movimento, destaco o surgimento e valorização da pedagogia das competências como principal diretriz das reformas curriculares, principalmente após a publicização do relatório produzido por Jacques Delors, “Educação, um tesouro a descobrir” em 1996.

3.1.3 A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 como braço da reforma gerencial do Estado no campo da educação

A Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 representa um conjunto contraditório de avanços e retrocessos como consequência do jogo de forças políticas travadas na esteira da promulgação da constituição de 1988⁴¹. A articulação organizada dos educadores em torno de uma proposta de Lei que atendessem as demandas de uma escola democrática e popular foi sistematicamente boicotada pelo executivo e pela sua base legislativa por meio dos mais

⁴¹ Cabe ressaltar a participação orgânica dos educadores a partir do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e seus esforços no âmbito da construção de uma proposta de lei que representasse avanços no campo da educação e sua completa descaracterização resultante do conflito de interesses no congresso nacional no processo de tramitação do projeto que resultou na lei 9394/96.

ardilosos estratagemas que as brechas jurídicas da tão jovem república permitia. Frigotto e Ciavatta defendem que a nova LDB acabou por representar a síntese de todas as orientações recomendadas em nível internacional, produto de um esfacelamento do trabalho coletivo dos educadores organizados, como afirmam na passagem “[...] a nova LDB é uma espécie de *ex-post* cujo formato, método de construção e conteúdo se constituem em facilitador para medidas previamente decididas e que seriam, de qualquer forma, impostas” (2003, p.18).

A lei de Diretrizes e Bases, logo de início, na seção que trata dos princípios e fins da educação, estabelece uma simetria entre o exercício da cidadania a formação para o mundo do trabalho como eixos axiológicos da formação de um cidadão (LDB, 1996). E, entendendo que a formação para o mundo do trabalho seja algo tão central na principal norma jurídica de regulamentação da educação em solo nacional, cabe-nos explorar as seguintes questões: para que mundo do trabalho a escola pretenderá formar? Qual é o tipo de cidadão que se precisa formar para o mundo do trabalho no presente estágio do desenvolvimento capitalista? As respostas para essas questões são centrais na presente seção.

Desde o Consenso de Washington, as instituições financeiras se lançaram na tarefa de tutela dos governos dos países capitalistas periféricos para implementar a agenda de formação de trabalhadores segundo as necessidades do mercado. Uma vez entendendo que estava em voga a expansão da economia mercado como a grande reguladora da vida, caberia ao Estado brasileiro apenas adequar a sua legislação para a facilitação do fluxo do dinheiro ao mesmo tempo que proveria a formação do tipo humano ideal para a realização das mercadorias na esfera produtiva, além de conservar suas mentes e corações o mais afastados possível dos espaços de decisão efetiva. A participação popular que é bem características da democracia burguesas no Brasil da década de 1990 é essa: limitada ao pleito geral que ocorre a cada dois anos.

Ainda como princípio da educação, a LDB prevê a “garantia do padrão de qualidade do ensino”, dispositivo que reforça a política de avaliações externas⁴² e que fundamenta o Sistema da Avaliação da Educação Básica (SAEB) como o principal instrumento de orientação de políticas públicas educacionais no Brasil. O SAEB tem sido desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso um mecanismo fundamental de mensuração da qualidade da

⁴² A primeira edição do SAEB é de 1990, mas ainda era limitada a um universo amostral de escolas públicas. Somente a partir da edição de 1997 o SAEB passa a abranger todas as escolas públicas do país e um universo amostral de escolas privadas (INEP, 2020)

educação, ainda que nem a LDB nem qualquer outro dispositivo jurídico indique de maneira clara o que se entende por *qualidade*.

Apesar de a política de avaliação da educação básica não ter sido instituída pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ela é regulamentada e regularizada (a cada dois anos) apenas no seu governo. Desde já o Brasil acena para a aquiescência das demandas internacionais para a formação da força de trabalho – a adoção do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE no ano de 2000 ainda sob o governo Cardoso é um exemplo - em detrimento de um genuíno debate com intelectuais brasileiros que mais profundamente conheciam os problemas da escola pública, tampouco com os professores de base, para que se pudesse pensar um sistema de avaliação com caráter amplo e democrático.

É impossível pensar no giro neoliberal da educação e o profundo alinhamento dela às políticas internacionais para a qualidade dos sistemas de ensino nos anos de presidência Fernando Henrique Cardoso sem fazer menção a sua Reforma Gerencial cujos princípios abarcaram todas as esferas de atuação do Estado brasileiro. A reforma pensada e implementada pelo ministro Bresser-Pereira pode ser resumida como a reestruturação do aparelho de Estado e a mudança radical de seu papel investidor e executor de grandes projetos de desenvolvimento do Estado para o de agente regulador de setores estratégicos, ainda que seu propositor negue veementemente esse esvaziamento do papel estatal⁴³. A Reforma Gerencial do Estado passa a fornecer o léxico incorporado ao alfabeto jurídico das políticas educacionais na medida que lança os pilares da teoria da Qualidade Total para dentro da escola.

A teoria da Qualidade Total incorporada dos manuais de administração estadunidenses é estruturada em um conjunto de ações que as empresas adotam tendo como parâmetro e finalidade a satisfação do cliente. Ela estabelece um conjunto de etapas a serem implementadas pelos gestores que estimula o completo engajamento do conjunto de trabalhadores ao sucesso empresarial sob a ideologia de que todos devem “vestir a camisa” da empresa porque assim o coletivo é igualmente beneficiado (Bresser-Pereira, 2000). Segundo o documento produzido pelo Ministério do Planejamento em 1991 chamado “Qualidade Total e Educação” esses preceitos já são gestados pela administração pública antes mesmo de qualquer sombra de reforma gerencial. Justamente por isso, o documento mais antigo acaba sinalizando que a

⁴³ Bresser-Pereira, ao defender seu programa de reforma gerencial, afirma que o Estado não passará de produtor a mero regulador dos serviços essenciais antes monopolizados pelo Estado, mas que “Por isso prefiro falar em Reforma Gerencial do Estado [...] é também o Estado democrático e eficiente, que financia a fundo perdido os serviços sociais e de pesquisa científica, e age como capacitador (enabler) da competitividade das empresas privadas”(BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 2)

incorporação do ideário neoliberal seria um movimento inevitável na administração pública brasileira.

Nesse documento se defende que os cinco critérios de uma administração focada na qualidade total sejam incorporados às escolas: 1) conformidade; 2) prevenção; 3) excelência; 4) medição e 5) responsabilidade. O primeiro critério visaria uma adequação entre as demandas dos estudantes e o “produto” educação, rumo à satisfação de suas necessidades. O segundo critério entende que os processos devem ser encaminhados a partir do mapeamento das suas etapas para a prevenção de todas as possibilidades de erro. Assim, as escolas autonomamente deveriam girar esforços para localizar em seus processos internos todos os problemas e entraves para o encaminhamento de melhorias efetivas de seus padrões de sucesso escolar. O terceiro critério é bastante autoexplicativo na medida que estruturaria todo o processo produtivo para a produção e finalização do melhor produto possível. No que tange ao cotidiano escolar, esse critério deixa bastante explícita a política de avaliações e a insistência nos critérios quantitativos como o principal recurso avaliativo do sucesso escolar. O quarto critério é muito ligado ao terceiro e reforça a política de avaliações externas para o desígnio do sucesso ou fracasso da escola e por fim, o quinto e último critério é aquele que faz a roda girar, na medida que a incorporação das responsabilidades individuais seja o elemento fundante da transformação de mentes e adesão espontânea a uma ideologia arbitrária e importada para uma orgânica, funcional, possível de ser incorporada à rotina das mais diversas gestões escolares no país. (IPEA, 1991, p.10)

Ainda no documento, o autor coloca em pauta as principais dificuldades administrativas que julga serem inerentes à gestão pública no Brasil: a passividade das chefias, falta de constância de propósitos, resultados imediatos e mobilidade de administração (*ibid.* p.10), demonstrando que a gestão da escola pelos princípios da qualidade total, passaria a ter a dinâmica escolar tal qual a de uma empresa que deve fornecer produtos de qualidade – como produto, leia-se a formação escolar –, alcançará esse objetivo a partir de uma lógica mecanicista de causa-efeito que desconsidera profundamente as particularidades locais e humanas que caracterizam cada escola como um espaço único.

3.1.4 O empresariado descobre a educação: as políticas de responsabilidade empresarial e a disputa pelos currículos por competências

Ainda que reconheçamos as dificuldades de impor à escola uma dinâmica empresarial, as políticas públicas subsequentes incorporaram à toque de caixa os elementos colocados ao país desde a conferência de Jomtien manifestas no documento Educação para Todos, principalmente porque nele manifesta-se o papel relevante do empresariado e seus aparelhos privados de hegemonia na formulação das políticas públicas educacionais. Para que se tivesse um panorama dos dez anos seguintes ao lançamento do plano Educação para Todos, o Ministério da Educação divulgou um balanço da década com textos de opinião de diversos atores da sociedade civil com especial destaque para o empresariado. Em um fragmento do documento de avaliação, o empresário Guilherme Leal⁴⁴ se colocou como um agente da sociedade civil interessado no estreitamento das relações entre as empresas e os governos pelo princípio da responsabilidade. No artigo intitulado “O novo papel do empresariado na sociedade”, ele afirma:

As empresas devem se engajar na sustentação política de estratégias de longo prazo que levem ao alcance de metas compartilhadas, buscando garantir a continuidade de programas de verdadeiro cunho social, independentemente de governos. Governos mudam, mas a sociedade fica e o Estado tem de continuar funcionando e ser capaz de prover educação de qualidade. A única forma de governos de diferentes cores partidárias serem fiéis a compromissos com relação à educação é a sociedade civil estar organizada e pressionando. Acredito que os empresários têm um papel efetivo a desempenhar com relação a isso. (2003, p. 190)

A fala do empresário é categórica: qualquer que seja o partido no governo, o empresariado, de forma organizada, deveria manter uma pressão constante sobre o poder público para a implementação da sua agenda de interesses travestida de interesse da coletividade. Ainda de forma absolutamente concordante entre a lógica empresarial da qualidade total e o investimento sobre a escola pública, o empresário segue:

Outra percepção das empresas é que, para cuidar de sua competitividade, não podem cuidar apenas do seu ambiente interno. Elas percebem que competitividade é sistêmica; não existem as tais ilhas de prosperidade no meio de uma de uma sociedade que não é competitiva e eficiente. Distribuição de renda, educação e democracia são fatores de competitividade. Com essa consciência mais desenvolvida, as empresas percebem que devem envolver-se com a construção do ambiente externo no qual estão inseridas. (ibid. p.188)

A fala do empresário explicita a tarefa de submeter a escola pública a uma disciplina de mercado que subsuma os fins gerais dessa escola a um ideal de competitividade. A posição que cabe ao Brasil como uma economia capitalista dependente é inserir-se na economia de mercado

⁴⁴ Guilherme Leal é empresário e um dos principais executivos da marca de cosméticos Natura. À época também era presidente do Instituto Ethos e no ano de 2010 foi candidato a vice-presidente na chapa de Marina Silva.

globalizada de forma sempre subalternizada, fazendo-nos concluir que a competitividade reivindicada por Roberto Leal é a que nos cabe na divisão internacional do trabalho: disputar salários cada vez mais rebaixados no setor formal, lançando um exército de reserva a cada dia mais incapaz de se inserir no trabalho formal com garantias trabalhistas na lógica da informalidade – vendida como *empreendedorismo*. Esse trabalhador deve aceitar esse futuro tal qual um destino: ele precisa estar cada vez mais capacitado para competir por um emprego formal ou lançar-se na barbárie do “jeitinho” do trabalho informal.

Assim, a investida empresarial sobre a escola pública não foi um acaso; foi um projeto formulado e executado há décadas para o que Aparecida Tiradentes descreve como o sequestro da escola pública (2012, p.16). O fracasso escolar – sempre segundo os critérios e demandas do mercado – é o elemento central da ideologia hegemônica que prega a participação mais efetiva do empresariado na educação e cumpre uma dupla tarefa: abrir nichos importantes de mercado para os produtos e serviços educacionais, além de forjar o homem de novo tipo em um espaço absolutamente privilegiado, na medida que a legislação avançou no sentido da universalidade do acesso das crianças e jovens à escola. Ainda segundo Tiradentes,

O esfacelamento da escola da escola pública nas últimas décadas precede a seu sequestro salvacionista pelo mercado. O bloco hegemônico investe na desqualificação da escola pública contando, inclusive, com a adesão despercebida de setores populares – para, em seguida, apresentar a solução: entregar a escola à competência administrativa dos senhores dos negócios e a seus institutos. (*ibid.* p.5)

A “adesão despercebida” a qual a pensadora se refere é um ingrediente fundamental da coesão social do projeto hegemônico da classe dominante sobre a classe trabalhadora. A escola faz parte desse projeto. Poderíamos sem riscos de incorrer em erros afirmar que a escola tem papel de protagonismo no campo das disputas de hegemonia porque nela fermentam os elementos que refletem as ideologias orgânicas em disputa na sociedade e, em se tratando da formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora, significa forjar as mentalidades que darão sustentação material e simbólica ao próprio sistema capitalista que os mantém atados a sua condição de explorados. Portanto, não existiria exploração da força de trabalhos em altos níveis sem a adesão dos homens e mulheres que só possuem sua força de trabalho para vender.

Essa adesão não pode e não deve ser analisada sob um prisma moral: aderir a uma ideologia que fundou uma subjetividade neoliberal, baseada no individualismo e defesa do

desmonte do papel social do fundo público não é uma manifestação de plena liberdade⁴⁵ de escolha – sob o prisma histórico-dialético, a liberdade pressupõe dispor de condições materiais de exercício da plena escolha. Evitaremos incorrer em discussões aprofundadas sobre os conceitos de liberdade, ainda que em hipótese alguma defendamos que os trabalhadores sejam presas fáceis pela sua condição de exploração. O fio que tece a trama da hegemonia muitas vezes os envolve e forja o consenso de forma sutil, principalmente no momento histórico que os aparelhos privados da classe trabalhadora são fragilizados e seus intelectuais sucumbiram às tentações da conciliação de classes.

No Brasil, a escola pública já nasce desigual e os anos da democracia pós 1988 não alteram drasticamente o quadro de uma escola que passa a ser universal no acesso, mas que não está sob hegemonia da classe trabalhadora. O que determina a tarefa da escola pública nos anos de neoliberalismo é o tipo ideal de trabalhador a ser requisitado pelos mercados, especialmente aqueles que ocuparão os postos de trabalho simples e informais. Essa etapa da acumulação capitalista demandou um trabalhador que assumisse para si os ônus da hiperexploração da miséria dos anos pós crise da década de 1970, acolhesse o desemprego estrutural como parte do processo de meritocracia e, principalmente, que acredite que é o responsável – junto à coletividade – pelos rumos políticos de sua nação a partir do jogo da democracia burguesa.

Nesse sentido, a educação escolar passa a compor essa teatralização que a classe dominante do capitalismo central exerce sobre a periferia – sob o pretexto da garantia da aprendizagem como um valor humano universal – e é absorvido pelos últimos sob a ótica da unidade entre sociedade civil (empresários, ONGs e outros aparelhos privados) e política rumo aos índices dos primeiros. Nesse sentido, o documento encomendado pela UNESCO – *Educação, um tesouro a construir* (1998) – e lançado sob a assinatura de Jacques Delors em 1996 corrobora essa hipótese porque é repleto de indícios que reforçam a tarefa da educação nesse contexto de nova pedagogia da hegemonia.

O documento ratifica as orientações de anos anteriores e expressa claramente a tarefa mais imediata da educação escolar: tornar coeso o todo social sob a égide da hegemonia

⁴⁵ Entendemos que sob o a ótica liberal burguesa, a liberdade dos seres humanos é abstrata, imediatamente desligada das condições materiais de existência e só pode adquirir algum nível de realidade na metafísica do Estado. Para ilustrar, apontamos que na obra *Para a questão judaica*, Marx dedica um ensaio crítico aos hegelianos de esquerda na discussão sobre a emancipação política dos judeus. Apesar de não ser uma tentativa de escrever sobre o conceito de liberdade, a obra manifesta a percepção de um ainda jovem Marx de que a emancipação religiosa não implica em emancipação política e que se os judeus – e a humanidade, por extensão – almejassem a liberdade, seria necessário superar o próprio Estado, o grande elemento sustentador da metafísica da igualdade formal entre os homens. (MARX, 2009)

burguesa. A multiculturalidade é evocada como um ingrediente fundamental da filosofia da tolerância e do fim das discriminações, ainda que essas bandeiras viessem sendo empunhadas há muito mais tempo por grupos representantes de minorias e vulneráveis da sociedade, como a luta das mulheres e negros por libertação. Essas pautas são digeridas pelos intelectuais da classe dominante e regurgitadas em forma de ideologias mais palatáveis e vendidas a partir de fórmulas mágicas das mais variadas. Destacamos também a importante contribuição das ideologias pós modernas que em grande medida esvaziaram o conteúdo da luta de classes das discussões acadêmicas (mas não apenas elas) e importaram um perigoso antimarxismo⁴⁶ metodológico.

O relatório aponta:

Em todo o mundo, a educação, sob as suas diversas formas, tem por missão criar, entre as pessoas, vínculos sociais que tenham a sua origem em referências comuns. Os meios utilizados abrangem as culturas e as circunstâncias mais diversas; em todos os casos, a educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social. Define-se como veículo de culturas e de valores, como construção de um espaço de socialização, e como cadinho de preparação de um projeto comum. (1996, p.51)

Na medida em que a educação assume, na visão da classe dominante, o objetivo de desenvolver o ser humano também na sua dimensão social, temos a obrigação de investigar os requisitos que compõem a dimensão social da burguesia. Entendemos que esse estágio da acumulação de capital não requer apenas o trabalhador qualificado e com perícia técnica, mas sobretudo um que seja capaz de incorporar os elementos de reprodução simbólica da ética burguesa, compreendendo-a como valores universais da reprodução da vida. Nesse sentido, a democracia passa a ser um conceito-chave por ser até então entendida como o único sistema de organização política dos Estados Nacionais onde a hegemonia burguesa encontra terreno fértil para se colocar como a força propulsora da manutenção do tecido social nos seus moldes.

Assim, esse verniz democrático valorizado nos anos 1990 dirigiu a força coercitiva do Estado aos extratos mais empobrecidos da classe trabalhadora, em especial as populações de periferias e favelas, na mesma medida que exerceu sobre eles as ideologias de consenso no ambiente escolar. Esse aparente paradoxo consenso-coerção só é superado se entendermos que

⁴⁶ Muitos pensadores do movimento conhecido como pós modernidade oriundos das cadeiras de grandes universidades foram os maiores construtores de conceitos que negam expressamente a luta de classes e a centralidade da categoria trabalho no movimento da sociedade capitalista burguesa e centram as suas análises nas narrativas e experiências de cada grupo social isoladamente. A corrente, que ganha notoriedade após a derrocada da União Soviética, tende a manifestar interesses pelas fragilidades e rupturas das sociedades contemporâneas a partir de uma ótica de superação da luta de classes que criaria uma sociedade em mosaicos.

a burguesia se move a partir de diferentes estratégias, bem de acordo com a lógica do Estado Ampliado da teoria de Gramsci e que o amplo processo de escolarização atravessado pelo Brasil nessa década é expressão imediata do interesse de classes sobre a educação da classe trabalhadora.

Corroborando a análise, o relatório aponta que:

Há pois que reinventar o ideal democrático ou, pelo menos, dar-lhe nova vida. Deve estar na primeira linha das nossas prioridades, pois não há outro modo de organização, quer política quer civil, que possa pretender substituir-se à democracia, e que permita levar a bom termo uma ação comum pela liberdade, a paz, o pluralismo vivido com autenticidade e a justiça social. As dificuldades presentes não nos devem desanimar, nem constituir desculpa para nos afastarmos do caminho que leva à democracia. Trata-se de uma criação contínua, que apela à colaboração de todos. Esta colaboração será tanto mais positiva quanto mais a educação tiver alimentado, em todos nós, o ideal e a prática da democracia. (1996, p.54)

A democracia burguesa exercida pelos Estados Nacionais repaginada desde a crise da década de 1970 representa um conjunto de ideais forjadas pela doutrina neoliberal e importadas dos países do centro do capitalismo. A radicalização da diminuição do papel social exercido pelo Estado estrito foi compensada pela valorização da meritocracia e do sucesso individual como principais desconstruções do senso de solidariedade e cooperação no seio da classe trabalhadora. Assim, ao longo dos anos, vimos o consentimento e adesão espontânea dos trabalhadores a um modelo de democracia burguesa de liberdade consentida, mesmo quando tratamos de um contexto de ascensão das lutas sociais no pós ditadura no Brasil.

Temos acompanhado a formação de uma classe trabalhadora completamente alinhada ao ideário hegemônico burguês e ano após ano alijada de suas próprias ferramentas de emancipação. Certamente, o transformismo⁴⁷ pelo qual parcela dos dirigentes de partidos de esquerda e sindicatos atravessaram também cooperou com derrota do projeto emancipador que classe trabalhadora vem sentindo. Ainda assim, é necessário que as forças hegemônicas pesem sua mão sobre os trabalhadores na medida em que a docilidade da força de trabalho é um elemento que efetivamente facilita a exploração, diminuindo os custos da produção. Uma classe trabalhadora que desde o berço é educada a partir de uma base ideológica neoliberal, certamente terá muito mais trabalho para construir consciência de classe.

⁴⁷ Transformismo é um conceito cunhado por Gramsci para descrever, no fenômeno das revoluções passivas, a adesão do parlamento a um programa de conciliação de classes. Nesse contexto, se trataria de uma traição de classe dos dirigentes de classe na medida em que o programa revolucionário cede espaço para os grandes acordos e conciliações.

Sendo assim, a democracia oferecida pela classe dominante é o sistema que deve sistematicamente abafar as contradições estabelecidas entre a igualdade formal e a desigualdade material, e, para isso, visam adestrar os corpos e mentes ao jogo da democracia consentida, valorizando ideias que enredam os indivíduos nessa trama e impedem a percepção espontânea de sua própria condição de exploração. Nesse sentido, esvazia-se da dimensão político-social dos trabalhadores à grande política para valorizar a pequena política⁴⁸, as ações locais, as pequenas decisões. Aliado a isso, estabelece-se uma verdadeira inversão dos fins da educação, estabelecendo-se como grande finalidade do processo educativo uma formação rasa e polivalente, construída a partir de currículos estruturados apenas por competências e habilidades que representam as formas mais rudimentares de formação para o mundo do trabalho simples. Estabelecemos dois grandes grupos de competências: as competências cognitivas - para a apreensão de conhecimentos técnicos básicos - e competências socioemocionais para a aquisição da capacidade de resiliência e convívio social.

Nas sociedades complexas atuais, a participação em projetos comuns ultrapassa em muito a ordem do político em sentido estrito. É de fato no dia-a-dia, na sua atividade profissional, cultural, associativa, de consumidor, que cada membro da coletividade deve assumir as suas responsabilidades em relação aos outros. Há, pois, que preparar cada pessoa para esta participação, mostrando-lhe os seus direitos e deveres, mas também desenvolvendo as suas competências sociais e estimulando o trabalho em equipe na escola. (*ibid*, p. 60-61)

O holofote lançado sobre as competências a partir dessas duas grandes subcategorias – competências cognitivas e socioemocionais – comprometeram a educação escolar com os fins do mundo do trabalho mediado pelo mercado de uma forma diferente daquela escola tecnicista típica da década de 1970. Em um mundo ocidental em franco processo de desindustrialização, o trabalhador especializado do passado vinha há décadas sendo substituído por um trabalhador mais flexível e resiliente, adequado às mudanças ocasionadas ao mundo do trabalho, principalmente nos contextos de crise. O relatório expressa que “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele” (*ibid*, p.89), ou seja, é a demanda cada vez mais manifesta do trabalho simples realizado por seres humanos dóceis que impõe à escola as quatro

⁴⁸ Mauro Iasi aborda o tema da pequena e grande política em Gramsci propondo que “Para o comunista sardo, a pequena política seria aquela do dia a dia, da intriga, das disputas parlamentares, dos corredores e dos bastidores; enquanto a grande política estaria ligada à fundação e conservação do Estado, à manutenção de determinadas estruturas econômico-sociais ou sua destruição” (Iasi, 2019)

tarefas fundamentais da educação no século XX: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

3.1.5 O currículo por competências como currículo da Nova Pedagogia da Hegemonia e os aspectos legais e empresariais da implementação da certificação por competências

É muito difícil pensar a escola na virada gerencial do Estado dissociada da pedagogia das competências, porque ela se transformou na alma dos currículos escolares desde então. As competências cognitivas e técnicas instrumentalizam o futuro trabalhador para o manejo imediato da tarefa produtiva, enquanto as competências socioemocionais o capacitam a cooperar em última instância com o próprio modelo de reprodução do capital, enquanto ele deposita exclusivamente em si as esperanças de seu sucesso material e as frustrações das derrotas, ainda que o desemprego seja um elemento estrutural ao sistema e inevitavelmente haverá força de trabalho ociosa.

Também esvaziou-se da formação escolar e acadêmica a importância da dimensão da qualificação profissional porque assim se contribui para diminuir ainda mais o controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, principalmente se considerarmos que o fenômeno de desindustrialização nos países capitalistas centrais e o deslocamento da produção para a periferia tenderia a aprofundar os conflitos de classe. Os trabalhadores qualificados e especializados tendem a se organizar em sindicatos e em frentes de lutas coletivas com mais facilidade, ainda que em muitos sentidos seja o aspecto de corporativismo a interseção entre eles.

Na periferia, o esvaziamento da noção de qualificação para a centralidade das competências não aconteceu exatamente da mesma maneira em todos os países, mas ele cumpre a mesma tarefa: aprofundar a exploração da mais-valia sobre o conjunto da classe trabalhadora. Assim, não é completamente estranho se pensar que aqui o aspecto central do investimento na formação de um trabalhador dócil, compõe um cenário de continuidade dos mesmos fins do ensino tecnicista de décadas anteriores, agora em um contexto político diferente. A democracia implantada no Brasil do pós 1988 não altera as raízes e os fins da exploração da força de trabalho, mas foi repaginada a partir do exercício da hegemonia dos países centrais sobre os periféricos.

Outra importante discussão que não omitiremos, não obstante não aprofundarmos o debate, é o papel do professor – que também é um trabalhador – nesse contexto de valorização das competências. Sobre o tema, Philippe Perrenoud é dos intelectuais que mais se destacam na discussão e, a partir dele, compreende-se que a figura do professor é sensivelmente modificada no processo de realização da tarefa educativa pois ele não é mais um elemento central no processo ensino-aprendizado. Nesse contexto, o pensador genebrino defende que os sistemas escolares que orientam o processo ensino-aprendizagem pelas competências produzem uma escola centrada nas respostas dos alunos frente aos desafios do mundo do trabalho e exige um professor que se adapte e caminhe de acordo com as mesmas demandas dos estudantes. Trata-se também de uma formação docente para o mundo do trabalho sob o paradigma dos resultados e em permanente estado de mudanças. Sobre o trabalho docente sob novos paradigmas, afirma:

O ofício não é imutável. Suas transformações passam principalmente pela emergência de novas competências (ligadas, por exemplo, ao trabalho com outros profissionais ou à evolução das didáticas) ou pela acentuação de competências reconhecidas, por exemplo, para enfrentar a crescente heterogeneidade dos efetivos escolares e a evolução dos programas. (2000, p.14)

Percebemos que as mesmas exigências dirigidas ao trabalho simples também são aplicadas aos trabalhadores da educação, o que nos faz concluir com clareza a evidente estratégia de esvaziamento do papel intelectual dos professores, reduzindo-os a simples mediadores de conhecimentos pré-estabelecidos e formadores de indivíduos capazes de absorver o *ethos* da dinâmica do trabalho nas sociedades burguesas contemporâneas. Assim, a dimensão da qualificação vai cedendo espaço para as de competências tanto para o estudante quanto para o professor que se vê impelido a exercer papel de coadjuvante no que tange à autonomia da condução do processo educativo.

Marise Ramos no livro *Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação* (2002) dedica um estudo aprofundado sobre a pedagogia das competências nos mais variados aspectos da totalidade humana enquanto um projeto de hegemonia burguesa no campo da educação e que ganha força a partir da crise dos anos 1970. Ela é uma manifestação imediata de classes que envolve a relação capital x trabalho e que alia tanto as características requisitadas do trabalhador de novo tipo quanto a composição de um projeto mais amplo de fragmentação das relações de trabalho, na medida em que enfraquece a organização autônoma dos trabalhadores e seu poder de barganha. Prepara o terreno para a adequação a um mundo do trabalho completamente descaracterizado no qual as relações formais de empregabilidade vão cedendo

espaço para os empregos cada vez mais precários e que submetem a classe trabalhadora a condições cada vez mais expansivas de penúria e desalento.

Assim, a reforma gerencial do Estado brasileiro que lançou as bases das possibilidades da promulgação de uma Lei de Diretrizes e Bases completamente alinhada às novas demandas de mercado, atrelada aos índices externos de avaliação e produtividade, voltada mais para os resultados que para os processos acolhe a pedagogia das competências no fazer escolar como a mais profunda materialização dos requisitos de mercados sobrepostos à educação sob um discurso de conciliação de trajetórias de vida e realização profissional.

Sob a ideologia da competência⁴⁹, o trabalhador é um permanente aprendiz que precisa mobilizar a aprendizagem em todos os seus espaços de sociabilidade. O diploma não se constitui mais em uma garantia do *savoir faire*; são necessários outros tipos de saberes que devem convergir na realização de tarefas que muitas vezes exigem habilidades múltiplas. Entretanto, não é que a dimensão da qualificação tenha desaparecido – afinal um corpo de trabalhadores técnicos ainda será requisitado – ela apenas perde a preponderância em um mundo empresarial cada vez mais competitivo. As empresas privadas jogam sobre o Estado as suas exigências de formação para o mundo do trabalho como se essas exigências representassem a finalidade em si do processo educativo de crianças e jovens. O Estado, por sua vez, gira o fundo público nessa guinada, e se torna o responsável por capacitar professores, financiar parcerias com empresas privadas, aprovar e regulamentar leis que beneficiam a mudança gradual, porém constante, do paradigma educacional, tornando-se o grande colchão que amortiza o impacto dos custos totais da formação e capacitação para o trabalho.

Outro aspecto a se destacar é que dentro da lógica da formação por competências, a escola/universidade não é mais o único espaço capaz de formar e, principalmente, certificar um profissional de novo tipo: a modalidade de certificação por competências foi amplamente difundida no Brasil nos anos 2000 a partir de orientações da Organização Mundial para o Trabalho e abrange aquilo que entendem como certificações reais. A entidade defende que “uma força de trabalho que tenha sido formada adequadamente e é capaz de manter a sua aprendizagem ao longo da vida, aumenta a confiança de investidores (as)” (OIT, 2002),

⁴⁹ No ensaio chamado “Ideologia da Competência”, Marilena Chauí aborda o fenômeno da incorporação da ciência à esfera produtiva como a origem do fenômeno da *tecnociência*. Esse fenômeno criaria uma casta de detentores do conhecimento, os verdadeiros competentes, enquanto a massa trabalhadora seguiria *incompetente* porque se aprofundaria o fosso da alienação do trabalho. Nesse sentido, a defesa da ideia da competência ser da esfera da ideologia “que, como toda ideologia, oculta a divisão social das classes, mas o faz com a peculiaridade de afirmar que a divisão social se afirma entre os competentes [...] e os incompetentes” (CHAUÍ, 2014, p.46)

lançando no colo dos trabalhadores a responsabilidade pelo seu curso formativo e empregabilidade e esvaziando do próprio sistema capitalista, perpetuador das desigualdades, o aumento do desemprego estrutural como consequência imediata das respostas à crise estrutural.

Em documento produzido em parceria com o Ministério do Trabalho, a OIT lança as diretrizes nacionais para a certificação por competências. Esse documento é dirigido especialmente a grandes agentes privados parceiros, como a Fundação Odebrecht, o Instituto Ethos e o Sistema S (2002, p.12). Esses parâmetros sistematizados definem que:

Mediante os processos de avaliação e certificação das competências profissionais dos trabalhadores se reconhecem oficialmente e publicamente os conhecimentos, habilidades e atitudes, adquiridas pelos trabalhadores, independentemente da forma e lugar em que estes tenham sido adquiridos. Este reconhecimento baseia-se, na maior parte dos casos, em normas de competência profissional. (ibid, p.13)

Marise Ramos explica que nesses tipos de certificação “[...] adquirem legitimidade os conhecimentos e saberes que se desenvolvem pela experiência ou por outras vias que não seja a educação institucionalizada, pleiteando-se a legalidade de mecanismos que confirmam o reconhecimento público e oficial desses saberes” (2002, p.78). Então, surge uma modalidade de certificação conduzida normalmente por agentes privados que determinam, inclusive, a data de validade de cada certificado, impondo uma demanda de provação e comprovação permanente das capacidades profissionais que esse indivíduo adquire ao longo do tempo.

No Brasil, o artigo 41 da Lei de diretrizes e Bases abre o caminho legal para pavimentar a regulamentação da certificação por competências no país, apesar de tratar da educação de Nível Técnico especificamente. Ainda assim, não podemos deixar de considerar relevante a menção ao artigo porque se refere à modalidade de ensino onde mais explicitamente se direciona para a formação para o mundo do trabalho e sem dúvidas acaba por gerar os elementos mais gerais das demandas dos empregadores para o trabalhador de novo tipo.

A redação mais recente do artigo afirma que “O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (LDB, 1996) e dá origem a dois pareceres importantes do Conselho Nacional de Educação, o 16/1999 e o 40/2004, que outorgam às instituições de ensino a validação por competências, sejam elas de origem acadêmica por instituições regulamentadas ou da própria experiência pessoal do seu trajeto de vida desse profissional.

A seguir destaco dois fragmentos, cada um referente a um dos pareceres, que reconhecem a certificação por competências no ensino técnico: o primeiro referente ao parecer 16/1999 e o segundo, ao 40/2004:

as diretrizes [para a educação de nível técnico] devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; e cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e a atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade. (1999, p. 4)

Esse fragmento do parecer 16/1999 mostra que a construção dos currículos segue a linha de “promover o encontro entre formação e o emprego, centradas na produção de competências, partindo de situações concretas, distribuídas em disciplinas adequadas a essa situação” (Magalhães, p.55) visando sempre a disposição desses profissionais especializados no mercado de trabalho. Pelo fragmento do parecer de um órgão fundamental da sociedade política, constatamos a profunda e intencional confusão entre as demandas do mercado como demandas do conjunto da sociedade em vez de estritamente privadas, manifestando mais uma vez o caráter ideológico do ensino por competências.

As instituições de ensino técnico – sensivelmente as privadas - são autorizadas pela regulamentação do texto legal a reconhecerem as competências a partir de currículos forjados por elas próprias, tirando do controle da sociedade as possibilidades de discussão de caminhos alternativos e que pusessem em xeque a formação para o trabalho a partir das demandas burguesas e de mercado. A seguir, o fragmento do parecer 40/2004 corrobora a hipótese:

Para fins de continuidade de estudos, na própria instituição de ensino, nos termos do Artigo 41 da LDB, as instituições de ensino que oferecem cursos técnicos de nível médio podem avaliar, reconhecer e certificar competências profissionais anteriormente desenvolvidas, quer em outros cursos ou programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal, quer no próprio trabalho, tomando-se como referência o perfil profissional de conclusão do curso em questão. (2004, p.4)

Se por um lado os organismos internacionais pressionavam o governo brasileiro a adotar políticas públicas que universalizassem o acesso à educação escolar para, supostamente, equalizar oportunidades, por outro lado, o mundo produtivo seguia na marcha das grandes transformações promovidas pelo aprofundamento da mecanização do trabalho. Aliado a isso, a política de privatizações, queda dos postos de trabalho na indústria, e aumento expressivo das taxas de importação de produtos industrializados – o real vinha sendo uma moeda valorizada - tiveram impacto relevante nas políticas públicas educacionais na medida que reafirmaram o

caráter cíclico das crises capitalistas e sua forma tradicional de superação: arrocho sobre a classe trabalhadora e aumento substantivo da extração da mais-valia.

Sendo assim, a formação técnica para o trabalho especializado a partir das competências cognitivas foi dividindo espaço com outra modalidade de competências, as socioemocionais que, como vimos, já eram valorizadas como principal estratégia de adequação de longo prazo para o mundo do trabalho em transformação. Mas dessa vez, essa modalidade de competência era convocada para formar o trabalhador informal e o desalentado, entendendo que o trabalho formal do passado, com garantias, seria duramente atacado pelos governos com suporte do empresariado nos anos seguintes.

A relação entre desemprego e violência urbana é íntima: o aumento do desemprego estrutural tende a aumentar os índices de violência e outros distúrbios sociais. Esse manejo do caos social é peça central nas políticas públicas, seja pelo seu caráter de coerção explícita, seja pelas políticas de mitigação da pobreza. Sem nenhuma sombra de dúvidas, a escola vem cooperando nesse manejo ao receber a tarefa de desenvolver um aprendizado conjugado com as competências socioemocionais que apazigua os corpos e as tendências de contestação social e contribui para a cooperação na esfera da produção (CHAVES, 2019)

Ainda na mesma linha, o pesquisador aponta que

[...] a educação socioemocional, compreendida como um investimento, pode trazer retornos importantes não apenas do ponto de vista produtivo, mas também pode contribuir para o controle de comportamentos nocivos à coletividade, tal como o envolvimento com o crime. Destarte, seria importante, desse ponto de vista, desenvolver políticas públicas pautadas na educação socioemocional nos grupos que apresentassem maior risco de apresentar comportamentos nocivos e dificuldades de desenvolver comportamentos, atitudes e valores que favoreceriam sua entrada e permanência no mercado de trabalho. (ibid, p.259)

A combinação entre competências cognitivas e socioemocionais passam a se tornar os grandes paradigmas curriculares no Brasil, especialmente a partir do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Essa discussão tem sido central na pauta dos empresários e seus intelectuais, na medida em que a formação do trabalhador de novo tipo se torna um elemento relevante nas estratégias de superação das crises. Contribuindo para o debate, a filósofa Marilena Chauí denuncia o caráter ideológico da noção competência, justamente porque aliena a classe trabalhadora, (mais sensivelmente os professores que aderem voluntariamente à essa ideologia e a adota no seu fazer pedagógico), revelando que assim, os subalternos permanecem

ainda mais atados à condição de verdadeiros “incompetentes”⁵⁰(2014) na lógica de um país de capitalismo dependente, sobretudo das tecnologias e de mercadorias de maior valor agregado.

A pedagogia das competências é ideológica porque esconde as relações de exploração de classes e lançam nas mãos dos já desvalidos a responsabilidade por seus próprios destinos, disfarçando o ataque profundo às garantias trabalhistas e apresentando factoides (como o empreendedorismo) enquanto alternativa à redução expressiva dos postos de trabalho formal.

A pesquisadora Inny Accioly (2020), ao tratar das competências socioemocionais, relaciona as taxas de insubordinação dos trabalhadores, como paralisações e greves, ao longo de três décadas e mostra que o Brasil sempre esteve muito longe de ser um país cuja classe trabalhadora é dócil

Accioly destaca que:

Competências socioemocionais como perseverança, determinação, comprometimento com o trabalho, responsabilidade, adaptabilidade, gerenciamento de emoções, autoconhecimento, criatividade, engajamento, entre outras, são incorporadas na construção do “projeto de vida” do estudante. Sem uma formação crítica, o estudante é conduzido a acreditar que com esforço e determinação é possível alcançar melhores condições de vida. Por outro lado, é ensinado a ser resiliente para se conformar à instabilidade e precariedade das condições de trabalho. Como a ênfase é no indivíduo, esta abordagem contribui para a fragmentação e dissolução da noção de classe social, assim como estimula a competição. (2020, p. 30-31)

Por fim, cabe-nos responder às questões ora levantadas: que educação e que trabalhador quer a classe dominante no Brasil pós redemocratização? A resposta agora nos parece um tanto clara; querem trabalhadores dóceis e aptos ao trabalho simples, nem mais nem menos. Sendo assim, prosseguimos com a análise da Fundação Roberto Marinho como o principal braço educacional do Grupo Globo que estrutura seus projetos educacionais a partir de uma ampla adesão a todos os elementos requisitados para o trabalho simples em um país de capitalismo dependente como o Brasil.

3.2 A Fundação Roberto Marinho: contextos de origem e atuação no Estado Ampliado

3.2.1 A regulamentação das fundações no Brasil e o surgimento da Fundação Roberto Marinho

⁵⁰Vide nota 26.

Modelos de organizações privadas destinados aos cuidados das pessoas mais pobres e socialmente vulneráveis são tão antigos quanto a civilização ocidental. Parte do impulso humano de acolhimento das necessidades de pessoas mais pobres de forma, ao menos em aparência, desinteressada (que nos remete prontamente à ação social instituída pelas igrejas e/ou por homens e mulheres abastados), constituem os primórdios da organização jurídica das Fundações como instituições filantrópicas. Apesar disso, nem sempre as iniciativas de criação de instituições privadas para a promoção de bem-estar social foram bem aceitas pelos agentes estatais, na medida em que esse tipo de organização é capaz de ser usada como um instrumento de acúmulo de patrimônio próprio, recebimento de doações e trabalho junto às massas, podendo representar uma ameaça de setores privados ao exercício de poder dos agentes dos Estados (Paes, 1998, p.44).

Esse quadro muda apenas no final do século XIX quando as desigualdades produzidas pela expansão da etapa industrial do capitalismo geraram questões sociais tão profundas que estimulou os Estados Nacionais a terceirizarem ações de cunho filantrópico e amparo aos desvalidos. Além disso, nessa etapa de acumulação, surgiam nos Estados Unidos os grandes monopólios e seus milionários que criaram as suas próprias Fundações – casos da Fundação Rockefeller e Ford, por exemplo – que destinavam recursos para ações de cunho social para as comunidades dos seus entornos (*ibid*, p.46).

Essa experiência dos grandes milionários estadunidenses criou a jurisprudência que orientou a efetiva legislação do funcionamento das suas fundações e em muito influenciou a regulamentação dessas instituições no Brasil que, até a promulgação do código civil de 1916, não tinha nenhum expediente jurídico para regulamentar a sua existência. Percebemos que o modelo de fundação estadunidense – e, por influência, o brasileiro - tem um triplo aspecto: 1) incorporar parte do fundo público a partir das políticas de incentivos fiscais e isenção de impostos dados pelos governos; 2) disputa da hegemonia na sociedade civil, não apenas no território dos Estados Unidos, como também em outros países da América e outros continentes⁵¹; 3) apaziguamento das tensões sociais a partir das ações de filantropia e assistencialismo (Marinho, 2005, p.8)

⁵¹ A Fundação Rockefeller, por exemplo, atua no Brasil desde o início do século XX a partir da expansão de uma política de controle de doenças que começa nos Estados do Sul, com estreito trabalho junto a Faculdade de Medicina de São Paulo (que mais tarde viria a ser incorporada à USP) e influenciou a construção do programa de diversos outros cursos de medicina pelo Estado de São Paulo. Essa iniciativa compunha um escopo de ações da Fundação Rockefeller em todo o planeta de expansão da filantropia de tipo acadêmico – que fundou nos Estados Unidos, inclusive, a Universidade de Chicago – e que não deixa de ser entendida também como uma das estratégias do expansionismo imperialista estadunidense sobre a América Latina. (MARINHO, 2005)

Esses três elementos em conjunto nos ajudam a compreender a importância das Fundações no contexto de expansão do capitalismo e disputa de hegemonia, principalmente porque o Estado no sentido estrito estabeleceu o arcabouço jurídico para que as Fundações, tais quais as empresas que as sustentam, também tivessem um caráter de organicidade e profissionalismo. Se elas surgiram da necessidade de estender a mão aos desvalidos a partir da filantropia e assistencialismo, o século XX demonstra que elas se incorporam à lógica do Estado Ampliado criando e difundindo a ideologia do grupo ao qual pertencem. Além disso, o dinheiro de impostos que comporia o fundo público é destinado a projetos de cunho privado: assim atuando, as fundações passam a entidades que facilitam o acesso ao dinheiro do Estado.

Dessa forma, existe um deslocamento espontâneo da finalidade das Fundações em um contexto de complexificação da sociedade civil. Esse movimento da caridade para a disputa de hegemonia não é algo menor porque implica pensar que as grandes fortunas do capitalismo central se concentraram em expandir uma forma de reproduzir a sociedade de classes que disputou com movimentos trabalhistas saídas para as crises do capital: a primeira através do assistencialismo e de diversas outras pautas; a segunda, pela organização dos trabalhadores. Sabo Paes completa o raciocínio:

[...] de uma parte, as empresas, motivadas pelos incentivos tributários e em reavaliação de seu papel social, sobrepõem-se aos particulares no momento de construir novas fundações, e, de outra, a mudança de concepção dos fins que devam ter uma fundação, que do campo da caridade se deslocam para o campo da ciência de investigação, da cultura, dos direitos humanos, meio ambiente etc. (1998, p. 46)

As Fundações no início do século XX enquanto instrumentos de classe para a propagação de ideologias, atuam como Aparelhos Privados de Hegemonia na disputa da adesão dos trabalhadores ao projeto de sociedade burguesa. Aqui no Brasil, a regulamentação e consolidação jurídica das Fundações vem do código civil de 1916 e sinaliza que, tal como aconteceu nos Estados Unidos, elas passaram a ser elementos reconhecidos da incipiente sociedade civil brasileira. Enquanto entidades de interesse público de direito privado, precisam ser legalmente criadas com vistas a um fim e são fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado onde estão sediadas. Não podem ter fins lucrativos, mas podem celebrar parcerias e cooperações com outras entidades privadas e até mesmo com o Estado e promoverem redução de impostos às empresas patronas.

Considerando que no início do século XX o processo de industrialização ainda era embrionário, as Fundações de direito privado aqui não surgiram exatamente da mesma forma

que nos Estados Unidos e ficaram muito restritas a essa tarefa de filantropia. Apenas décadas depois, quando uma burguesia efetivamente se estabelece no Brasil, é que elas passaram a copiar o modelo estadunidense e se constituem com as mais diversas finalidades, inclusive como polos de pesquisas sociais e econômicas no Brasil. Um bom exemplo é a Fundação Getúlio Vargas que surge em 1944 e se dedica a estudos econômicos e sociológicos sobre a realidade brasileira e até os dias de hoje segue como aparelho da burguesia de referência na produção de conteúdo acadêmico e científico.

Entretanto, foi o caráter da industrialização brasileira tão profundamente ligado ao capital externo que facilitou a ancoragem das mais variadas Fundações ligadas a empresas privadas e forçou uma regulamentação mais estreita das atividades das Fundações de direito privado. A partir do decreto-lei 200/1967⁵², já sob a batuta dos militares, essas entidades foram regulamentadas, muitas vezes com vistas a atender interesses políticos da fração dirigente. É sempre bom ressaltar que esse marco temporal expressa um período da história do Brasil que o Estado estrito manteve certo controle sobre a sociedade civil e não é por acaso que o estreitamento do controle das Fundações a partir de um decreto-lei seja produto da tentativa de controle dessas tensões.

Nesse sentido, a Fundação Roberto Marinho surgiu em 1977, em um momento histórico que o governo militar vinha perdendo fôlego devido ao agravamento da crise econômica do início da década de 1970 e que fez do milagre econômico uma fatura com juros cobrados em dólar. Assim, foi de grande valia para o governo reforçar os elementos de identidade e unidade nacional a partir de diversas iniciativas, dentre elas, mas não somente, a educação.

Em documento lançado pela própria Fundação em 2007, José Roberto Marinho, filho mais novo e atual presidente da entidade, relata que Roberto Marinho já pensava na instituição que carregava seu nome como uma importante ferramenta de disputa de hegemonia a partir da educação com vistas a atuação em parceria com a sociedade política e, para tal, giraria todo o conglomerado de mídia no sentido de fortalecimento dos projetos implementados por ela. Conforme relata José Roberto Marinho.

No documento, ele [Roberto Marinho] salientava que cada iniciativa deveria ser “uma experiência pioneira, e cada experiência indicar uma metodologia, criar um modelo,

⁵² “No direito administrativo brasileiro, a fundação pública de direito privado foi instituída pelo Decreto-lei 200/67 de forma que seu patrimônio, de origem pública, em caso de extinção reverte para o Poder Público. Como tal é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes” (CONJUR, 2020)

de forma que nenhuma de suas atividades se esgotasse em si mesma, mas apontasse um caminho que assegurasse à Fundação Roberto Marinho uma condição de *'banco de modelos', uma fornecedora, para entidades públicas e privadas, de matrizes de atuação nas mais variadas áreas'* [grifo meu] (FRM, 2008, p.11)

Assim, não é exagero sugerir que a FRM tenha nascido com vistas a reforçar o projeto hegemônico de identidade e unidade nacional como estratégia de transição política controlada, bem como disputar diretamente o fundo público que vinha sendo disponibilizado a partir de políticas de incentivo fiscal e lançamento de editais para a implementação da tele-educação como política pública.

Apesar de ser amplamente conhecida pela implementação do Telecurso, a Fundação nasce muito ligada aos projetos de preservação do patrimônio histórico nacional, firmando parcerias com o Iphan e empresas privadas, no início mais focada no Estado de Minas Gerais. Foi emblemática a parceria da FRM com a Fiat Automóveis que, a partir da restauração do patrimônio histórico da cidade Ouro Preto, contribuiu para conferir o título de patrimônio histórico da UNESCO à cidade. O esquema bem sucedido de parceria era feito da seguinte maneira: “a TV Globo cedia espaço publicitário para fortalecer a marca das empresas envolvidas, e a Fundação Roberto Marinho, por sua vez, encarregava-se de coordenar e executar os projetos” (*ibid.* p. 14)

Na cidade do Rio de Janeiro, a Fundação também desenvolveu diversos trabalhos de preservação do patrimônio histórico não monumental no centro da cidade do Rio de Janeiro (região que ficou conhecida como *corredor cultural*) que contribuíram para a fundamentação da legislação de preservação de patrimônios históricos, dentre eles a Casa França-Brasil (1986-1990). A reforma do Convento de Santo Antônio (1984-1987), também no centro da cidade do Rio de Janeiro, mobilizou uma frutífera parceria transnacional com o Citibank – uma das maiores *holdings* do sistema financeiro estadunidense (*ibid.* p.15).

A Fundação também teve atuação em atividades de proteção ao meio ambiente, muito sensivelmente no bioma da Mata Atlântica⁵³. É preciso lembrar que as discussões sobre a

⁵³ Algumas iniciativas de preservação ambiental assumidas pela FRM começaram a surgir no início da década de 1980 com o *Projeto Ecologia* (1981-1984) a partir de parceria com o atual IBAMA que contou com a produção de vasto material audiovisual sobre o bioma Mata Atlântica e suas espécies endêmicas. Anos depois, houve a editoração do livro *Pantanal, um paraíso perdido* (1984) que trazia as imagens do fotógrafo sueco Arne Sucksdorff que viveu na região por mais de 20 anos. Também houve a parceria com o atual IBAMA para a veiculação de campanha publicitária de estímulo ao recém fundado Projeto Tamar que protegeu espécies de tartarugas endêmicas ao longo de toda a costa do Nordeste e Sudeste brasileiro em uma parceria que durou 10 anos (1984-1994) (FRM, 2008). O mais longo Globo Ecologia (1990-2008) vai ao ar no início dos anos 1990 por influência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92) e contava com a apresentação de um time de grandes atores e atrizes do elenco da TV Globo.

questão ambiental ainda eram muito incipientes e se centravam no estímulo a preservação de animais típicos do bioma Mata Atlântica cuja ação necessariamente implicava na conservação de todo ecossistema que suporta essas comunidades animais. A Mata Atlântica não estava mais no radar de avanço de fronteiras agrícolas, na medida que a decadência do ciclo do café terminou a tarefa de arrasar com esse bioma e o reforço da vocação agrícola impôs a necessidade de invadir novas áreas vegetadas, no caso, a Amazônia, considerada um vazio demográfico. As ações incipientes voltadas para a preservação de outros biomas também reforçavam a percepção idílica e idealizada de paraísos perdidos a serem preservados como verdadeiros redutos isolados do contato humano, como é o caso do Pantanal.

É importante ressaltar que as ações da FRM na conservação da Mata Atlântica couberam em um projeto mais amplo de reforço de uma preservação ambiental idealizada no mito de que o ser humano representa o risco para a conservação da biodiversidade – ideologia que, portanto, aliena o ser humano como parte da natureza – além de não questionar as iniciativas estatais de ampliação sistemática do desmatamento da Amazônia e pressão sobre os povos nativos para abrigar toda sorte de atividades econômicas: de estradas ao garimpo, passando pela pecuária extensiva⁵⁴. A preservação ambiental proposta pela FRM era inócua quanto ao risco de questionamento aos poderes instituídos, além de contribuir para a construção de uma imagem de país que valoriza seu patrimônio natural.

Outra importante frente de atuação da FRM é o que eles chamam de *programas comunitários* que na verdade se constituem em toda sorte de projetos levados para comunidades carentes com apoio da iniciativa privada. Como exemplo, o Programa de Iniciação Esportiva (*Priesp*) foi um programa da Fundação para o incentivo à prática de esportes em comunidades carentes criado em 1978, baseado no Morro da Mangueira, mas que se expandiu para outras localidades, como a Cidade de Deus e o Morro de São Carlos. José Roberto Marinho, ao comentar a importância do *Priesp*, afirma que “além de enfatizar a importância da atividade física, o programa permitia que as crianças adquirissem, gradativamente, novos hábitos de higiene, saúde e sociabilidade” (*ibid*, p. 16). A fala do presidente da FRM é muito esclarecedora.

⁵⁴ Durante os anos de regime militar, a pecuária avançou sobre as fronteiras da floresta Amazônica em um processo que se tornou irreversível ao longo dos anos. Segundo o IBGE, “de 1960 a 2010, a área desmatada alcançou 754 mil Km² (75,4 milhões de hectares), cerca de 18% do bioma amazônico” (IBGE, 2011 apud. FILHO, 2014, p.4), índice nunca antes registrado. Afora o agravamento da pressão sobre as terras indígenas e quilombolas. Assim, o avanço sobre as fronteiras amazônicas de forma impune encontrou a anuência e estímulo dos militares no governo, diminuindo a pressão sobre a já combatida Mata Atlântica, reduzida a menos de 10% da sua cobertura florestal original.

Entrar nos espaços de vulnerabilidade social era, sobretudo, uma questão de implementar um projeto específico de sociabilidade aos filhos da classe trabalhadora.

Ainda que a FRM tenha surgido a partir de múltiplas frentes de atuação, sem dúvidas a frente mais importante foi a educação. Precisamos resgatar a discussão já levantada sobre a importância da educação na construção de uma pedagogia da hegemonia, bem como ressaltar que a década de 1970 no Brasil representou a expansão em larga escala da mídia televisiva como política pública. Aliada à implementação e regulamentação do ensino supletivo a partir de 1971, a televisão se tornaria um dos principais veículos de expansão dessa modalidade à distância, principalmente porque houve estímulo governamental a projetos de tele-educação para jovens e adultos em idade de trabalho.

Somente em 1978 – um ano depois do seu surgimento - a FRM lançará a primeira versão daquele que seria o projeto carro-chefe e perduraria décadas, até os dias de hoje. O Telecurso figura como a iniciativa mais longeva de tele-educação no Brasil e, por isso, compreender seu desenrolar no tempo significa desvelar os erros e acertos dessa modalidade em um país tão desigual. E indo além, podemos expandir essas conclusões no sentido de compreender quais os requisitos mais básicos foram atendidos para que outros APHs pudessem explorar o mesmo nicho de mercado. Cabe-nos, além de analisar a metodologia Telessala, reconhecer os mecanismos de estabelecimento de parcerias com a sociedade política e a maneira como a FRM conseguiu instituir o Telecurso como política pública.

Para cumprir esse objetivo, prosseguimos a análise da atuação da FRM durante o final da década de 1970 e as décadas de 1980 e 1990. Aqui nos interessa analisar como a FRM, um APH de um conglomerado midiático que atua como um partido, age atendendo uma agenda de interesses de classe ao mesmo tempo que solidifica adesão popular ao seu próprio projeto sob solo bastante firme. Assim, as análises que se seguem dizem respeito aos trabalhos da Fundação para a criação e desenvolvimento do tele-ensino no Brasil, bem como as redes de interesses e parcerias envolvidas nesse processo.

3.2.2 A Fundação Roberto Marinho nas décadas de 1970 e 1980: sedimentação da hegemonia do governo autoritário

Para se compreender os trabalhos da Fundação Roberto Marinho no campo da educação, é preciso fazer uma localização o mais precisa possível tanto do contexto histórico quanto das

possibilidades efetivas de implementação de um projeto de tele-educação de abrangência nacional em um país onde parcela expressiva da população adulta ainda era analfabeta.

A década de 1970 é bastante ambígua para os militares no governo: começa com o expressivo milagre econômico que elevou a avaliação dos dirigentes nacionais, mas perde o fôlego com os impactos imediatos da crise que avassala todo mundo capitalista e força uma transferência do poder aos civis de forma lenta e gradual. Em ambas as etapas, a expansão do sistema de telecomunicações e da mídia televisiva foi mobilizada para o cumprimento da tarefa educativa do Estado e passou a ser pauta da política pública bem no início da década⁵⁵.

A política mais significativa de estímulo à tele-educação nessa década foi a instituição do Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) em 1972 “com o objetivo de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas, por intermédio do Rádio e da Televisão e outros meios de forma articulada com a Política Nacional de Educação” (BRASIL, 1972) de forma muito articulada com as novas diretrizes para a educação de 1º e 2º graus e seu caráter tecnicista. O decreto previa a destinação de recursos oriundos do FNDE para a realização de projetos que fossem total ou parcialmente implementados pelo PRONTEL.

O PRONTEL se coaduna com uma percepção de que a formação profissional seria uma alternativa para a mitigação dos desequilíbrios sociais e democratização das oportunidades profissionais através do ensino profissionalizante. Também estava em pauta a interiorização da educação para áreas remotas do país, em um claro projeto de reforço da integração nacional. Cabe ressaltar que o PRONTEL não era apenas um programa voltado exclusivamente para as iniciativas de tele-educação por mídia televisiva; é bem sabido que o Projeto Minerva de 1970 foi uma das primeiras iniciativas de tele-educação promovidas pelo governo e difundido via rádio. Era voltado ao ensino supletivo como preparação para os exames de Madureza⁵⁶ e, portanto, tinha ainda mais ampliado o seu espectro de penetração social em uma camada da população em idade de trabalho (Memórias da Ditadura, 2020)⁵⁷.

⁵⁵ A portaria 408/1970 foi um instrumento legal que obrigou todas as redes de televisão a destinar no mínimo cinco horas semanais da sua grade de programação para conteúdo educativo.

⁵⁶

⁵⁷ De acordo com Castro, o Projeto Minerva poderia ser acompanhado de quatro maneiras diferentes:

1) Recepção Organizada: “O aluno frequentava diariamente um radioposto, sob a supervisão do orientador da aprendizagem, para acompanhar as aulas pelo rádio e desenvolver os trabalhos individuais e/ou em grupo, necessários à fixação dos conceitos enfocados e submeter-se a testes de verificação da aprendizagem” (2007, p.50-51).

O PRONTEL procurou unificar e dar um corpo sólido a uma política pública de tele-educação em uma conexão estreita com as necessidades das empresas privadas e sua demanda de força de trabalho qualificada. Em documento resultante de um seminário organizado pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CONAFOR) ligado ao Ministério da Educação, a representação do ministério expressa claramente a qual tarefa deveria ser dirigida os esforços de desenvolvimento da tele-educação no Brasil: “A teleducação também é importante na Formação Profissional como fator de desenvolvimento sócio-econômico do país. É necessário que a teleducação colabore para a elevação do homem como força de trabalho” (Macedo, 1978, p.37).

Não obstante o reconhecimento da importância da adoção de novas metodologias que diminuíssem o custo de formação do trabalhador dentro mesmo do ambiente da empresa, o ministério reconhecia o gargalo técnico e, sobretudo, pedagógico que as políticas públicas para tele-educação teriam que superar. O mesmo autor segue:

Assim, não nos faltam os produtores de programas de televisão, nem os equipamentos e materiais para produzi-los, nem, igualmente os especialistas no conteúdo daquilo que deve ser ensinado. Faltam-nos, entretanto, tecnólogos que dominem efetivamente não só os problemas de forma e de conteúdo mas, principalmente, os processos, os mecanismos, as variáveis significativas da aprendizagem humana, em seus múltiplos aspectos – cognitivos, comportamentais, motores, emocionais, sociais – e que, além disso, saibam traduzir em roteiros programas e estratégias de utilização de material de ensino tudo quanto se sabe, hoje em dia, a respeito de como aprendem a criança, o adolescente e o adulto. (ibid, p.40-41)

Então, mesmo tendo os governos militares investido muito esforço em criar políticas públicas para a implementação da tele-educação no Brasil, ainda restava o vácuo da falta de reconhecimento do público especializado em educação, bem como iniciativas que possibilitassem uma efetiva expansão de metodologias de educação a distância que pudessem, inclusive, ser adotadas no primeiro e segundo graus. É sempre importante ressaltar que a face dos custos é apenas uma parte da questão; a integração nacional a partir da educação também era um imperativo no tom das políticas governamentais.

2) Recepção Controlada: “O aluno inscrevia-se no curso e ouvia as aulas em casa, local de trabalho etc. Reuniam-se periodicamente nos Centros Controladores [...] para fazer trabalhos em grupo, receber explicações relacionadas às tarefas ou ao conteúdo das aulas e fazer os testes de verificação da aprendizagem” (2007, p.51).

3) Recepção Isolada: “O aluno matriculava-se no curso e ouvi as aulas em casa ou em local de sua preferência. Não assumia nenhum compromisso de frequência com o radioposto ou Centro Controlador; no entanto, podia ser atendido pelo Núcleo de Ensino por Correspondência” (2007, p.52).

4) Recepção Livre: “O aluno ouvia as rádios-aula em local de sua conveniência, sem, contudo ter-se inscrito no curso; portanto não havia nenhuma forma de se fazer qualquer tipo de acompanhamento e controle desse aluno, que assumia sua própria aprendizagem (2007, p.52).

É nesse vácuo que Roberto Marinho pensa em sedimentar a Fundação que carrega o seu nome. O requisito legal já era uma demanda: eram necessárias as cinco horas semanais de produção educativa na já hegemônica TV Globo⁵⁸ e produzi-las a partir de uma Fundação seria aliar o atendimento à obrigação ao imperativo legal ao ímpeto invasor da programação global às casas dos brasileiros e brasileiras a partir de um instrumento jurídico que é capaz de disputar o fundo público, diminuindo os custos da produção das teleaulas. Nesse sentido, o pesquisador Wellington Oliveira afirma que:

O fato é que por meio de uma Fundação seria possível a arrecadação de fundos, o abatimento de impostos e a captação de verbas públicas para a execução dos projetos, expediente que seriam impossibilitados caso o Telecurso fosse simplesmente mais um programa na grade da rede carioca de TV. (2011, p. 71)

A FRM dispunha da mais avançada rede de tecnologia de comunicações do país. O aparato técnico e o corpo artístico não seriam os gargalos para a implementação de um projeto próprio de tele-educação. A grande problemática a ser superada era a questão pedagógica e metodológica, na medida que o grupo Globo não tinha experiência no setor educativo. Nesse sentido, coube à Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, cumprir essa tarefa a partir da parceria celebrada entre as duas Fundações ainda em 1977.

A Fundação Padre Anchieta foi fundada em 1967 pelo governador do Estado de São Paulo, Abreu Sodré, e vinha cumprindo a missão de, espelhando-se nas TVs educativas europeias, produzir conteúdo educativo para o público brasileiro através da TV Cultura. O estatuto jurídico da Fundação garantia que sua manutenção fosse assegurada por meio de verbas públicas e a gestão e gerência fossem independentes dos governos, o que possibilitou que a TV Cultura se estabelecesse como uma emissora com capacidade de produção de programas de qualidade de forma mais independente.

Como exemplo, o “Curso de Madureza Ginasial”⁵⁹ produzido pela TV Cultura foi uma iniciativa pioneira no campo da tele-educação por mídia televisiva que alcançou relativo sucesso nas camadas da população em atraso de escolaridade e foi um importante promotor dos telepostos – salas onde grupos de estudantes se reuniam para assistir as tele-aulas que duravam em média 20 minutos - em diversas cidades do Estado de São Paulo. Esse curso visava formar

⁵⁸ Vide nota 41

⁵⁹ Segundo a FPA, o curso de Madureza Ginasial lançado em 1970 chegou a ter 40 mil alunos inscritos. O curso tinha duração de um ano e as aulas eram tanto transmitidas pela emissora quanto pelas escolas conveniadas e telepostos. (FRANCFORT, 2019)

o grande público para os exames de Madureza⁶⁰ exigidos para o avanço nos estudos ginasiais e funcionavam a partir de um aprendizado mediado por monitores treinados com diversas tarefas, dentre elas, manter vivo o interesse dos alunos e dirimir dúvidas, conforme destaca Pedro Paulo Demartini, produtor da FPA:

A orientação que o monitor recebe é a de que ele procure não fornecer informações novas, a não ser a medida estrita de certos interesses ligados à área ou à disciplina. O monitor não é um professor que dá o conteúdo; o conteúdo já está pronto nos fascículos e nas aulas de TV. Ele apenas leva a aprender aquele conteúdo. (1978, p.90)

Sem sombra de dúvidas, a figura do monitor da aprendizagem foi fundamental, ainda que a ela não tivesse sendo atribuída nenhuma função de formulação intelectual. Entretanto, esse ator foi o responsável por humanizar o conteúdo frio emitido pelos canais de comunicação, aumentando a empatia e o interesse do estudante no conteúdo trabalhado. Sem dúvidas, a transmissão do conteúdo escolar se faz de forma mais eficiente quando dialógica e presencial, sem que com isso deixemos de considerar a existência dos autodidatas (sempre numa perspectiva de excepcionalidade). Com isso é possível relacionar a figura do monitor de aprendizagem das primeiras versões dos cursos supletivos a distância com a dos docentes dos dias de hoje: que sejam mediadores de conhecimentos prontos que serão vendidos a partir de plataformas e outras mercadorias educacionais, sem que sejam agentes críticos e formuladores de visões de mundo alternativas.

O teleposto foi uma experiência possibilitada pela expansão do uso do rádio e da televisão no Brasil e mostrou que o orientador da aprendizagem era uma peça-chave na adesão e permanência dos estudantes nos projetos. Apesar de não ser implementado pelas primeiras versões do Telecurso (tanto do 1º quanto do 2º grau), logo foi reconhecido pela FRM que algum elemento de mediação humana entre o conhecimento e o estudante seria necessário. Anos mais tarde com a reformulação do programa e o estabelecimento de novas parcerias, o mediador de aprendizagem é mobilizado como um elemento-chave do projeto.

A experiência bem sucedida com o Madureza Ginasial e outras iniciativas educativas da TV Cultura ofereceram a Roberto Marinho a confiança em uma parceria que faria do seu próprio projeto de tele-educação uma iniciativa reconhecidamente importante nesse novo nicho que se abria (Oliveira, 2011, p.73). No que se refere ao contrato assinado pelas duas Fundações, prevaleceu a hegemonia da FRM com seu arcabouço de um conglomerado dando suporte. Apesar de ter sido a FPA que cumpriu a tarefa intelectual de produção dos conteúdos e divisão

⁶⁰ Os exames de Madureza eram os exames finais dos cursos de Madureza Ginasial e Colegial, voltados para o público-alvo de jovens e adultos na modalidade supletiva, e eram requisitos para a obtenção do diploma de formação.

do trabalho de implementação do projeto, todos os direitos sobre o produto final foram da FRM (ibid. p. 74).

No dia 16 de janeiro de 1978 as duas Fundações lançam o Telecurso 2º grau apenas para o Estado de São Paulo em cerimônia realizada no prédio da FPA. Na ocasião, estiveram presentes, além de Roberto Marinho, Antonio Soares Amora (presidente da FPA) e representantes do governo de São Paulo e do Ministério da Educação. A edição d'O Globo do dia 17 de janeiro de 1978 reportou o evento e trazia números bastante otimistas sobre o alcance do Telecurso no Estado paulista: cerca de 400 mil pessoas (dentre elas estavam sendo consideradas as pessoas em situação de atraso de escolaridade e os profissionais que buscam aperfeiçoamento profissional), números esses que manifestam tanto o baixo investimento em políticas públicas para a escolarização primária e ginásial no curso da história da educação brasileira quanto a falta de estímulos para o avanço da escolaridade da população adulta que ainda conseguia concluir os estudos ginásiais. Percebendo essa lacuna, não é de se surpreender que o Telecurso fosse lançado justamente para o atendimento de jovens e adultos do ensino supletivo de 2º grau. De acordo com a matéria, a iniciativa, se adotada como política pública, poderia reduzir os custos de implementação em mais de 90% em relação aos custos do ensino presencial. (O Globo, 1978). A tele-educação já nasce para a FRM com os olhos voltados para o fundo público.

Na cerimônia, o Ministério da Educação valoriza a iniciativa das duas Fundações, mas não deixa de apontar, ainda que possa se tratar de uma estratégia de desvio da atenção do vácuo de políticas públicas para a continuidade dos estudos ginásiais, que o grande problema a ser solucionado pelo governo brasileiro é o ensino primário⁶¹. Segundo o representante do MEC, das mais de 700 mil crianças que começavam os estudos primários, apenas 200 mil o concluía (ibid., 1978).

O processo de expansão do Telecurso começa ainda no ano de 1978 e o segundo porto do programa é a capital federal. Brasília representa o centro do poder no Brasil e a possibilidade de estreitamento dos laços do Grupo Globo com a Secretaria de Educação do DF e o próprio Ministério da Educação interessa diretamente Roberto Marinho. Segundo Oliveira, “a centralidade de Brasília e sua representatividade como aglutinadora do poder político nacional fizeram da cidade a favorita para receber o programa antes mesmo do Rio de Janeiro, cidade natal da FRM e da TV Globo” (2011, p.85).

⁶¹ As primeiras versões do Telecurso não foram financiadas pelo fundo público e, por isso, não podem ser caracterizadas como políticas públicas. Assim, destacamos a importância da massificação da propaganda do TC para que, uma vez estabelecido, pudesse disputar o fundo público via PRONTEL.

Na edição do Globo de 20 de abril de 1978 que traz matéria com o conteúdo sobre o lançamento do Telecurso em Brasília, o otimismo com os resultados provisórios da experiência no Estado de São Paulo demonstra um Roberto Marinho cioso da expansão ainda maior do projeto a outros estados do país. No mês de maio do mesmo ano, Goiás e Rio de Janeiro ganhariam as suas versões, a primeira sendo transmitida pela TV Anhanguera e a segunda pela TV Globo e pela TV Educativa. A mesma matéria afirma que Brasília, Rio de Janeiro e Goiás juntas atenderiam um público médio de 300 mil pessoas e quando somamos àquelas 400 mil do Estado de São Paulo, estimou-se que um número próximo a 20% do contingente de jovens e adultos aptos ao ensino supletivo no Brasil estaria sendo atendida pelo programa (O Globo, 1978), um contingente humano nem de longe desprezível.

Para FRM, o Telecurso também cooperava para o processo de educação permanente o qual o próprio trabalhador encontra as ferramentas necessárias para viabilizar o seu constante estágio de formação. Na visão da Fundação, a qualidade do projeto que surgia era o elemento catalisador do próprio progresso nacional, na medida em que era grandioso e qualificado o suficiente para ser implementado em todo o país. O presidente da Fundação Roberto Marinho manifesta de forma clara e precisa que o Telecurso visa se adequar ao processo de modernização do país e que carrega na formação profissional um dos grandes empecilhos do desenvolvimento dessas potencialidades (ibid, 1978). Em julho de 1978 o Telecurso finalmente se expande por todo país a partir da capilaridade oferecida pelas redes de TV afiliadas à Rede Globo e à rede de distribuição do material impresso por jornais locais (Oliveira, 2011, p.90), o que tornou esse projeto uma iniciativa de alcance inédito na história da educação brasileira.

Como vimos, Roberto Marinho optou por dar o pontapé inicial em seu promissor sistema de tele-ensino pelo supletivo de segundo grau, ainda que os investimentos governamentais tenham recaído com mais fôlego para a alfabetização e primeiro grau, o que poderia sugerir que um aporte de dinheiro público seria de mais fácil acesso nesse segmento. Contudo, atingir o público-alvo de estudantes do 2º grau almejado pela primeira versão do Telecurso significaria tornar o investimento do empresário mais seguro do ponto de vista financeiro e de público, demonstrando que o caráter comercial da iniciativa se sobrepôs a qualquer ensejo de mitigação do abismo educacional no Brasil. Nesse sentido, citando relatório divulgado pela FRM em 1981, Moreira aponta:

Pode parecer estranho que a iniciativa em questão tenha começado pelo 2º Grau, que de certa forma, não é o objetivo prioritário, por não ser o segmento mais crítico no contexto atual da educação brasileira. Tal opção explica-se no entanto por imperativos próprios ao funcionamento de uma televisão comercial. Em outras palavras, pareceu mais acertado iniciar a experiência por um setor que já apresentava menores riscos;

os desacertos eventuais seriam menos nocivos, por tratar-se da clientela de adultos já atuante no mercado de trabalho. Foi também necessário considerar que a experiência-piloto não se limitava a um número limitado de alunos, mas visava na realidade toda clientela potencial, de norte a sul do país. (FRM, 1981, p.2 Apud Moreira, 2006, p.30)

A fala contida em um documento lançado pela própria FRM deixa claro que o projeto do Telecurso passou pelo crivo comercial antes do pedagógico e, a se propagar pelo Brasil como o carro-chefe da Fundação, expressa quais interesses permearam as decisões de evolução da proposta política e pedagógica do projeto. Atender prioritariamente o público adulto significou tanto fidelizar um contingente de homens e mulheres já inseridos no mercado de trabalho, quanto ocupar um vácuo de políticas públicas governamentais que deixaria a Fundação em boas condições de pleitear o custeio do governo em edições futuras. Além disso, o público adulto com formação mínima e com necessidades reais de ampliação da escolarização dispõe de melhores condições econômicas e sociais (inclusive para consumir os programas e telenovelas produzidos pela TV Globo) que os milhares de analfabetos que o país ainda sustentava, sinalizando que lançar o Telecurso pelo 2º grau era a aposta de um empresário ciente dos custos e riscos dessa produção.

Três anos depois do lançamento do Telecurso 2º grau, é finalmente lançada a versão 1º grau. Em 1981, o Telecurso 1º grau é logo lançado pela TV e rádio (cujos programas eram produzidos em parceria com o Ministério da Educação e com a Universidade de Brasília) e ancorou de forma definitiva a FRM como um dos principais protagonistas da sociedade civil no que se refere ao debate sobre a educação a distância. A tarefa social incorporada pela Fundação não deixa dúvidas de que seu projeto, ainda que em última instância subordinado às limitações econômicas, também almejava a inserção ainda mais radical nas camadas sociais subalternas e o reconhecimento do papel social assumido pelo Telecurso.

Oliveira explica que o lançamento do Telecurso 1º Grau fincou os pés da FRM em solo fértil dentro do Ministério da Educação. Manifestação cabal dessa parceria foi a realização de um seminário sobre o Telecurso pela Escola Superior de Guerra que contou com a participação de Roberto Marinho e José Carlos Almeida Azevedo, reitor da Universidade de Brasília. Segundo o autor, “o Telecurso conseguiu se consolidar como uma marca de sucesso, graças à ampla divulgação aos agentes interessados, conseguindo, ao cabo, o reconhecimento dos militares, evidenciado, sobretudo, pelo financiamento público para a versão do programa voltada ao então 1º Grau” (2017, p.24).

Moreira (2006, p.94) prossegue sua análise elencando três medidas apontadas pela Fundação como as principais contribuições que o projeto Telecurso trazia para o debate

nacional sobre educação: 1) aumento de ofertas educacionais em uma década que se abria no aprofundamento da crise dos anos anteriores; 2) o Telecurso também poderia se configurar em estratégia de mitigação da evasão escolar e da repetência; 3) Maior possibilidade de oferecimento de oportunidades efetivas de promover a formação do contingente jovem e adulto em situação de atraso escolar. Assim, o lançamento da versão de 1º grau após a experiência bem sucedida da versão anterior, permitiu à FRM integrar-se no debate sobre o financiamento da educação justamente no setor prioritário para o governo militar.

Alargada as fronteiras de atuação, a parceria com a Fundação Padre Anchieta é desfeita e novas frentes de cooperação são estabelecidas, como foi o caso da parceria profícua com a Fundação Bradesco em 1986 e que perdurou até a reformulação do projeto na década de 1990. A disputa de editais do MEC é uma das principais estratégias da FRM para a cobertura dos custos de produção e expansão do programa, o que gerou uma série de ações suspeitas, algumas detalhadamente relatadas por Romero Machado, na época auditor e *controller* da FRM⁶². Ainda assim, a Fundação é feliz em angariar recursos públicos para os seus mais variados projetos, o que manifesta o grau de acesso dos executivos gestores e o corpo político e técnico do Ministério da Educação.

Após o lançamento do Telecurso 1º Grau e da segunda edição do Telecurso 2º Grau (em parceria com a Fundação Bradesco), no curso dos anos 1980, a dimensão e quantidade de diferentes projetos, aliada aos inúmeros problemas de gestão, impõem à Fundação a tarefa de reformular-se e adequar-se à nova etapa histórica que atravessava o país. O escritório de São Paulo foi fechado e toda a atividade centralizada no Rio de Janeiro; João Carlos Magaldi, que acumulava as funções de diretor de Comunicação do Grupo Globo e direção da Fundação foi destituído do segundo cargo que foi assumido por Yves Alves, intelectual muito ligado aos trabalhos de conservação do patrimônio histórico em Minas Gerais.

Já não era possível manter a excelência e o grau de inovação desejados com centenas de projetos que diluíam a identidade da instituição e geravam enorme dificuldade de gerenciamento. *Também se fazia necessária uma nova equação de financiamento da*

⁶² Romero Machado deixa claro ao que veio seu intento já a partir do título do livro: *A fundação Roberto Marinho*. No texto, cujo relato soa mais como um desabafo sobre o cotidiano na FRM que como registro histórico e acadêmico, o autor relata uma série de situações que lançam um olhar sobre a Fundação muito distinto da aparência de ética e eficiência muito caros aos agentes privados. No livro estão contidos esquemas que vão desde especulação imobiliária com a compra de lotes de terras em locais onde a Fundação promove ação de valorização do patrimônio histórico (caso de Parati e Porto Seguro) até a fraude em contratos e desvio de finalidade da verba pública (Machado, 1988). No seu livro, o autor relata diversos desvios éticos e até mesmo legais do diretor do departamento de ensino da Fundação Calazans Fernandes – um dos criadores do Telecurso –, do diretor financeiro, Jair Lento, e a omissão e conivência com todos os ilícitos do diretor geral, João Carlos Magaldi. Certamente, todas as questões foram devidamente abafadas com o afastamento dos diretores, mas relatórios de prestação de contas da Fundação ainda seriam alvos de investigações do Ministério Público em anos posteriores.

instituição, no sentido de deixar de ser apenas doadora de recursos e ganhar um caráter de viabilizadora de projetos. Foram criados dois fundos: um de recursos financeiros que garantiriam sua operação e alguns programas pioneiros; outro constituído por tempo e espaço nos veículos da Organização Globo. [grifo meu] (Finguerut; Sukman, 2008, p.76)

Assim, a nova identidade da Fundação refletiu a linha gerencialista que marca a ideologia da eficiência e ética dos agentes privados e que vinha tomando conta dos discursos paulatinamente no contexto da hegemonia neoliberal. Essa nova identidade também viria a refletir uma nova abordagem de acesso ao fundo público, dessa vez sendo a Fundação uma prestadora de serviços conveniados e formuladora de políticas públicas educacionais como “produtos” vendidos como mercadorias. Certamente refletem-se aqui elementos claros das novas diretrizes implementadas pelo capitalismo central como demandas educacionais à periferia, notadamente chamando atenção para as resoluções da Conferência de Jomtiem.

Nesse sentido, a FRM, seja para passar uma imagem de lisura e eficiência, seja para fugir de eventuais processos legais, incorpora uma imagem pública de gestão eficiente, enxuga seus quadros dirigentes, reduz a participação em projetos, sem nunca deixar de trabalhar o Telecurso como a sua principal marca. Este, por sua vez, também vai precisar ser alinhado com os novos marcos da nova pedagogia da hegemonia e tem na parceria com o empresariado um novo nicho de atuação.

O quadro abaixo sintetiza as principais iniciativas em educação por mídias de comunicação no país nas décadas de 1970/1980 e que foram os maiores precursores do Telecurso da Fundação Roberto Marinho:

	Projeto Minerva	Madureza Ginásial	Telecurso
Realizador	Ministério da Educação (1970- início da década de 1980)	Fundação Padre Anchieta/TV Cultura (1970-1971)	Fundação Roberto Marinho e Fundação Padre Anchieta (1ª fase - 1978) e Fundação Roberto Marinho e Fundação Bradesco (2ª fase - 1986) (1979-presente data)
Público-alvo	Jovens e adultos	Jovens e adultos	Jovens e adultos já inseridos no mercado de trabalho
Características	Os programas eram veiculados obrigatoriamente pelas cadeias de rádio em todo o país e tinham a função de preparar os	As aulas eram veiculadas pela emissora de TV e cópias eram enviadas para as escolas e telepostos conveniados.	As aulas eram veiculadas pela TV Globo, TV Cultura e emissoras conveniadas e podiam ser acompanhadas

	jovens e adultos para os exames de Madureza Ginásial. O Ministério da Educação distribuía apostilas impressas para os alunos inscritos no programa.	O curso era voltado para jovens e adultos que não haviam completado o antigo Ginásio (atuais 6º ao 9º ano) e desejavam obter o diploma pelos exames oficiais.	juntamente com os fascículos que saíam nas bancas de jornais semanalmente. Os programas também eram exibidos em empresas e outros espaços conveniados, na mesma lógica dos já conhecidos telepostos.
Canal	Rádio	Televisão	Televisão
Financiamento	FNDE/MEC	Fundação Padre Anchieta	Grupo Globo/FNDE/Fundação Bradesco

3.3 A Fundação Roberto Marinho na década de 1990: virada neoliberal e associação com o empresariado

É muito difícil pensar o trabalho da FRM ao longo da década de 1990 sem ter no horizonte toda discussão ora levantada que aponta para as respostas à crises estrutural do capital que se arrasta desde a década de 1970 e que situam o Brasil como um país da periferia do capital com necessidades urgentes de mitigação das desigualdades educacionais históricas. Todo o esforço no sentido de aumentar a escolarização da classe trabalhadora não pode ser compreendida desvinculada das transformações do mundo do trabalho que requereu uma formação escolar que capacitasse o trabalhador para incorporar os impactos do processo de desregulamentação do mundo do trabalho, diminuição dos postos formais, valorizando a autorrealização, a responsabilidade social e senso de comunitarismo global e o trabalho voluntário como forma mais expressivas de atuação política individual.

Todo percurso histórico levantado por esse trabalho evidencia que a disputa do empresariado pela educação pública não é uma criação da década de 1990. Essa investida, inclusive, é manifesta por Roberto Marinho conforme sinalizado anteriormente. No entanto, a novidade dessa década é a ação explicitamente organizada e interessada na conformação de uma ética da economia de mercado a ser efetivamente universalizada, em um movimento até então nunca experimentado na história da educação brasileira (Silva; Souza, 2009, p.784). A expansão da escolarização enquanto fenômeno escamoteia a essência profundamente neoliberal da investida empresarial da valorização da escola pública. São homens e mulheres,

trabalhadores, a serem estimulados a incorporar a ética burguesa na conformação de sua própria subjetividade.

O Instituto Herbert Levy (IHL)⁶³ divulga um relatório em parceria com a Fundação Bradesco no início dos anos 1990 que explicita como poucos os impulsos motores do trabalho empresarial sobre a educação pública na construção de uma nova pedagogia da hegemonia:

No mundo dos negócios, cada vez que um produto fica pronto, toda empresa séria verifica se aquele produto corresponde às especificações que deve ter para ser entregue aos consumidores. Controlar a qualidade de tudo que é produzido é uma atividade de rotina. É natural que, em algo tão importante quanto a educação, os empresários esperem que o governo proceda da mesma forma, ou seja: que antes de entregar os alunos à sociedade, verifique se aprenderam o que precisam saber, de acordo com as especificações estabelecidas pelo governo para cada nível de ensino. Trata-se da mesma ideia de controle de qualidade. (Instituto Hebert Levy, 1992, p.47 Apud Silva; Souza, 2009, p.783)

A lógica da Qualidade Total é novamente invocada para traçar uma analogia entre os fins de uma empresa – entregar ao seu cliente o melhor produto possível – e a escola pública – que deverá entregar o melhor “produto” força de trabalho para o setor privado – compreendendo-a a partir de uma posição central para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em sua nova fase histórica.

Outro elemento muito importante de ser retomado é a Responsabilidade Social Empresarial intensamente reforçada na década de 1990 e que implica na formação de um empresariado atento às questões sociais e que se articula no sentido de promoção da justiça social. Essa ideologia escamoteia a contradição de interesses inerente à relação entre classe trabalhadora e burguesia e apenas serve para construção das narrativas hegemônicas tão sedutoras às classes subalternas. Nesse contexto, a educação é um alvo preferencial dessa ideologia na medida em que trabalha as noções de cidadania, trabalho social voluntário, primazia do trabalho das ONGs (o chamado “Terceiro Setor”) em detrimento da construção politicamente organizada de políticas públicas que solidifiquem conquistas e direitos sociais e principalmente atuam sob uma lógica de mitigação das tensões sociais oriundas da insuperável desigualdade social.

Também não se pode deixar de considerar que as ações de responsabilidade social empresarial aumentam o valor agregado dos seus produtos e serviços, criando uma rede de

⁶³ O Instituto foi criado por Herbert Levy que era uma das principais figuras do meio empresarial brasileiro. Levy era dono do jornal de economia Gazeta Mercantil, fundado em 1920, e mantinha um excelente trânsito entre o empresariado. Seu instituto se dedicava a produção de estudos sobre a sociedade, economia, política e educação. Ele é extinto juntamente com a Gazeta Mercantil em meados dos anos 2010.

etiquetações e códigos – os sistemas de ISO são exemplos - que diferenciam os produtores socialmente responsáveis e que manufacturam mercadorias e serviços com uma mínima padronização de qualidade.

O conjunto global de respostas à crise estrutural que vinha se arrastando desde a década de 1970 envolveu a reformulação da lógica da cadeia produtiva para formas mais flexíveis de produção – fenómeno já descrito como *Toyotismo* - e que logicamente implicaram em um peso maior no desenvolvimento das tecnologias de produção, transporte e comunicação, capazes de ajustar com maior precisão a oferta e a demanda. Para que esse ajuste se efetivasse, foi cada vez mais necessário o investimento no desenvolvimento científico e tecnológico e sua submissão à lógica de mercado, ou seja, a inovação tecnológica foi um elemento central na garantia dos lucros das grandes empresas, ainda que essa inovação só garanta lucro significativo enquanto for pioneira (Carvalho,1999).

Nesse sentido, uma verdadeira corrida pela tecnologia se converte em aumento de produtividade e se estabelece na dinâmica da concorrência dos os agentes do capitalismo como a “corrida do ouro”. Essa dinâmica implica na depreciação permanente do trabalho vivo, que, em longo prazo tende a aprofundar os efeitos deletérios das crises econômicas (ibid. p.23). Esse movimento necessário de apelo ao desenvolvimento das tecnologias para superação da concorrência é um verdadeiro ciclo vicioso, pois na totalidade, a depreciação irreversível da quantidade de valor das mercadorias exige o aprofundamento das taxas de exploração do trabalho e expropriação de direitos e conquistas sociais que aumentem a disponibilidade de acesso dos agentes privados ao fundo público. Eis a essência da economia neoliberal globalizada ancorada no mercado como o grande regulador da vida.

Sob essa lógica, a FRM que é um APH ligado a um grande conglomerado empresarial (e que, portanto, não foge à lógica capitalista) acaba por traduzir suas práticas e projetos para aquilo que o grande capital vinha demandando do Brasil desde o final da década de 1980. Toda a reformulação gerencial até então descrita incorporou as premissas da administração empresarial que vinha sendo vendida pelos grandes gestores do capital internacional como a grande panaceia para quitar a dívida histórica com a educação em um país supostamente atrasado para com as suas próprias potencialidades.

Carvalho (1999) destaca que no bojo do receituário neoliberal que passaria a compor o alfabeto do empresariado no Brasil, a FIESP junto com a CNI encabeçam uma série de estudos e iniciativas que condenavam a ineficiência do Estado devido ao “peso” do sustento de sua

burocracia e funcionalismo, passando a propagandear a necessidade de redução do “custo-Brasil”. As entidades defendiam que o estado precisaria desinchar, diminuir de tamanho, principalmente por meio da promoção de reformas – tributária, previdenciária e administrativa – em uma espécie de ladainha que se arrasta até os dias de hoje e é mobilizada todas as vezes que as taxas de lucro da grande burguesia decrescem. Está claro que no Brasil estava dada a largada para o ataque sistemático aos direitos sociais, muitos deles recém conquistados na carta de 1988.

No que tange a educação pública, a investida do empresariado é ainda mais coordenada, dada a relevância da expansão da educação profissional para o conjunto da classe trabalhadora. A década de 1990 carrega consigo o mantra da competitividade entre os capitais como principal elemento de regulação do crescimento econômico. Para jogar luz à discussão, o relatório “Educação: gastos públicos e propostas de melhoria” produzido pela FIESP manifesta muito claramente a associação direta entre nível de escolaridade a aumento do PIB nacional, não obstante ressalve que o incremento do investimento na escolarização básica pelos governos não esteja imediatamente relacionado com a qualidade da formação: a qualidade que o empresariado tanto deseja é expressa pela relação entre gasto público e gestão eficiente dos recursos (FIESP, 2010, p.9).

Nesse aspecto, retomamos a discussão sobre o sequestro da escola pública discutido por Aparecida Tiradentes⁶⁴ e a decretação da falência dessa instituição. O documento por diversas vezes menciona o fracasso escolar – muitas vezes comparado com números de outros países da América Latina – como a principal causa da baixa qualidade da formação da classe trabalhadora, prenunciando a salvação que as propostas da iniciativa privada certamente eram capazes de fornecer. Assim, na visão empresarial, a falência da escola pública era essencialmente um problema de gestão e é justo nessa seara que o empresariado deveria investir, travando uma luta pela implementação de políticas públicas e verbas que abrissem caminho para uma atuação mais livre da burguesia sobre a educação para que as suas necessidades de formação profissional fossem atendidas.

No sentido de exteriorização dos custos, prática tão cara aos defensores do Estado mínimo para os direitos sociais e máximo para os interesses do capital, as entidades patronais passam a delegar aos governos a criação de políticas públicas de incentivo ao ensino voltado ao mundo do trabalho. Uma vez que entendemos a centralidade do avanço tecnológico entre os

⁶⁴ Vide p.74

capitais concorrentes, é forçoso concluir que também se requer um novo tipo de formação profissional, adequada a esses tempos. Isto é, ainda que a adoção de tecnologias de ponta seja um processo inevitável no ciclo da reprodução do capital e que isso acarrete a progressiva perda estrutural de postos de trabalho, aquele trabalhador que ainda é necessário ao processo produtivo é um trabalhador que deve ser capaz de preencher os requisitos de cada etapa do desenvolvimento produtivo. Além disso, o contingente cada vez maior de trabalhadores definitivamente deslocados dos postos formais se insere na lógica do capital a partir da propagação massiva e permanente da ideologia da autorrealização, materializada no empreendedorismo que propaga a falácia do trabalhador enquanto padrão de si.

É de maneira coerente com o seu tempo que a FRM também reformula seu principal produto, o Telecurso, agora com a parceria estratégica com a FIESP. Nas versões anteriores o que só ficava sugerido, agora é explícito: a formação para o mundo do trabalho em todas as suas dimensões é o eixo da reformulação da metodologia Telessala.

Diferentemente das versões anteriores, o “Telecurso 2000” centrou sua proposta de aprendizagem com base nas demandas empresariais, que utilizavam a metodologia para aprimorar a força de trabalho dos seus funcionários, buscando maior qualidade e racionalidade no processo produtivo. Em função disso, as empresas participantes dispunham de um espaço físico específico, contendo todo o suporte necessário para as tele-aulas: televisão, videocassete, fitas VHS, mesas, cadeiras, material didático de apoio e o monitor de aprendizagem, cuja figura foi objeto de especial atenção pelos organizadores do projeto. Desse modo, a prioridade do processo de “qualificação” do funcionário começa no local de trabalho. (Silva, 2013, p.167)

Carvalho (1999) descreve a parceria entre a FRM e a FIESP (e, por extensão, sua rede de associações conhecido como Sistema S⁶⁵) como aquela que expressa uma das formas de unidade da burguesia em torno da disputa de uma pedagogia que acolha a formação para o trabalho como o eixo axial da pedagogia da hegemonia, fundado na formação por competências tanto nos aspectos cognitivo, técnico, ético e comportamental. Em conjunto, as duas entidades elaboram uma versão repaginada do programa tendo como base a criação da Metodologia Telessala⁶⁶ e o nome comercial “Telecurso 2000” que agora passará a cobrir os antigos primeiro

⁶⁵ O sistema S é um conjunto de entidades criadas para dar o suporte de formação profissional qualificada ao setor privado. Foi criado na década de 1940 pelo governo Vargas e inclui: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest)

⁶⁶ A ser discutida no capítulo 4.

e segundo grau, além da formação técnica para ambos níveis de escolaridade, mostrando como a formação para o mundo do trabalho foi um aspecto central nessa nova modalidade.

Para fins de financiamento da nova versão do programa, a FRM e a FIESP que em um primeiro momento financiaram a iniciativa, passaram a mobilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a partir do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador ⁶⁷ (PLANFOR) do Ministério do Trabalho que se caracterizava como verbas “a fundo perdido” (Moreira, 2006, p.119). Segundo Claudio de Moura Castro, economista que produziu um relatório sobre avaliação do Telecurso 2000 para a FRM, (Castro, p.8 apud Moreira, 2006, p.123) a implementação da nova versão dispenderia um montante de R\$30 milhões, em números da época. Ainda segundo Castro, o programa foi bem recebido pelo empresariado, o que demonstra a adequação do perfil do Telecurso 2000 às necessidades empresariais.

A proposta do Telecurso 2000 foi encaminhada para o Ministério do Trabalho com vias a adequação para a concorrência de verbas do PLANFOR ainda em 1994, mas o repasse verbas só passa a ser liberado no ano de 1998. De acordo com Moreira (2006, p.126), o projeto recebe quatro repasses (de 1998 a 2001) que totalizam pelo menos R\$ 41.079,950⁶⁸, valor que ultrapassou as estimativas de custos já apontadas.

Ainda de acordo com Moreira,

A proposta Teleducação para o Trabalho, submetida à consulta do MEC do qual obteve aprovação em 1994, já articulada havia muito, entre as equipes da FRM e Sistema FIESP, e enviado ao concurso de escolha e de adequação aos critérios do PLANFOR. [...] Esses documentos [proposta] estipulavam metas a serem cumpridas pela instalação de 1500 telessalas ou telepostos nas regiões periféricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como estabelecimento de 2000 telessalas na Região Amazônica. (Moreira, 2006, p.127)

A liberação de verba na casa dos milhões de Reais que custeou diversos programas de formação profissional (não apenas o Telecurso 2000) foi desordenada e causou distorções nas finalidades dos mais diversos cursos, bem como de público-alvo atingido. De acordo com

⁶⁷ O PLANFOR é um “plano de incentivos em qualificação profissional [que] tinha sua verba originada da Previdência, partindo indiretamente da União – esfera em que se manipulava os recursos em crédito de terceiros que realizavam parcerias com foco na escolarização/qualificação profissional. Esses parceiros podiam ser sindicatos de trabalhadores, federações e confederações patronais, fundações públicas privadas ou mistas, organismos governamentais e não governamentais cujos projetos eram aprovados para atuação nesse campo mediante o mecanismo de PARCs (Parcerias Nacionais e Regionais para a Qualificação Profissional)” (Moreira, 2006, p.119). Esse programa é extinto em 2003 após constatação de descontrole e irregularidades recorrente na concessão das verbas.

⁶⁸ Segundo o autor, não foram encontrados dados consistentes sobre aos valores repassados no ano de 1999. Assim, o montante levantado em sua pesquisa é referente a três dos quatro repasses recebido pela FRM/FIESP (anos de 1998, 2000 e 2001).

matéria publicada na Folha de São Paulo em 2000, o Tribunal de Contas da União determina acompanhamento dos contratos realizados com FIESP e outras entidades (Força Sindical e o Instituto Cultural do Trabalho) por suposto desvio de finalidade de parte da verba do PLANFOR de R\$14,6 milhões, a maior parte delas aplicadas na produção e implementação do Telecurso 2000 (Folha de São Paulo, 2000). Os auditores defenderam que a principal finalidade do programa é a correção da defasagem idade-série de jovens e adultos, sendo a formação profissional um objetivo secundário. Um flagrante desvio de finalidade da verba pública. Além disso, cerca de 66% dos trabalhadores inscritos no programa já estavam empregados, configurando um duplo desvio de finalidade. A FIESP se defendeu argumentando que "O aumento da escolaridade é para manter o profissional no emprego. É dessa forma que utilizamos o Telecurso 2000" (Salomon, 2000).

A passagem anterior também sugere uma importante modificação metodológica do Telecurso, além da nova orientação ao ensino profissional: a prioridade da transmissão presencial naquelas que passaram a ser conhecidas como Telessalas. O professor (rebaixado a figura de mediador da aprendizagem) é reconhecido como uma figura essencial para o sucesso do programa e para a elevação dos índices de aprovação em exames públicos. Nas transmissões realizadas pelas entidades do Sistema S, o mediador era contratado diretamente pelas entidades, mas quando era a Fundação quem fornecia o serviço imediatamente, a contratação de profissionais capacitados para a mediação passou a ser uma questão importante na medida que a Fundação evitou incorrer em questões trabalhistas e de garantias de direitos.

Para jogar luz sobre um importante evento divisor de águas na política de contratação de mediadores da Fundação, recorreremos ao episódio ocorrido no Estado do Maranhão em 2003 onde um grupo de cinco professores ganhou uma ação trabalhista que reconheceu todos os direitos dos trabalhadores. Na ocasião, a Fundação terceirizou a contratação dos mediadores de aprendizado na condição de cooperativados em contratos considerados fraudulentos pelo juiz que proferiu a decisão. Na sentença, o juiz argumentou que "A realidade demonstra que houve o mascaramento da relação de emprego, deixando a cooperativa de cumprir suas finalidades e passando simplesmente a atuar como arregimentadora de pseudo-associados", tendo sido a Fundação declarada responsável solidária pelo esquema de contratação irregular (Expresso da Notícia, 2003).

A partir desse episódio, os contratos de parceria firmados com governos e prefeituras passaria a recorrer ao material humano efetivo dos quadros docentes dos sistemas públicos de educação. Serão os professores e professoras das redes públicas que serão capacitados para

trabalhar com a metodologia Telessala. Esse treinamento é realizado exclusivamente pela Fundação cujo quadro de intelectuais orgânicos que ministram a formação para os professores/mediadores conta tanto com intelectuais próprios, de cunho técnico, quanto com consultoria de personalidades do mundo acadêmico/ universitário que emprestam sua imagem para a valorização do produto Telecurso⁶⁹.

Por fim, abordaremos o Canal Futura tanto pelo fato de estar diretamente ligado à Fundação quanto por ser o único canal privado de televisão educativa no Brasil. Ele é fundado em 1997 pela Fundação Roberto Marinho e é mantido por um conjunto de agentes da burguesia, dentre eles a Fundação Bradesco, o Itau Social e o Grupo Votorantim. A criação do Canal exigiu um plano de expansão de toda a Fundação, na medida que a antiga sede da Rua do Bispo não comportaria uma programação diária, restando a sede da Globosat acolher as produções televisivas. Uma nova reorganização gerencial é implementada e a produção do material educativo foi completamente centralizada no Rio de Janeiro⁷⁰.

Consequência importante da implementação do Canal Futura foi a dinâmica consolidada da produção de material para televisão educativa. O que antes eram projetos esparsos e programas soltos, passaram a compor a grade fixa de um canal educativo que manifesta de maneira imediata os interesses de seus mantenedores, a saber, o próprio projeto de desenvolvimento da pedagogia da hegemonia travestido de responsabilidade social por parte do empresariado. Nesse sentido, se expande a ideologia do Terceiro Setor como elemento central da política do grande empresariado que se manifesta não apenas por toda a metodologia e conteúdo televisionado, bem como a atuação direta da FRM e seus apoiadores na frente empresarial Todos Pela Educação⁷¹.

⁶⁹ É preciso esclarecer que existem poucos materiais disponibilizados pela Fundação a respeito do caráter dessas formações, restando-nos a análise indireta a partir de matérias jornalísticas e vídeos institucionais. Assim, identificamos como uma ação metódica a apresentação do produto Telecurso para professores e professoras de secretarias de educação Brasil afora a partir de palestras motivadoras e a capacitação in locu dos trabalhadores para assumirem os grupos de jovens a serem formados. Sobre as palestras, uma figura recorrente chama-nos atenção: o professor-doutor Renato Nogueira (docente do quadro da UFRRJ) que ministrou palestras como consultor da FRM em diversos estados, como Rio de Janeiro, Goiás e Roraima.

⁷⁰ Toda a parte de produção de material educativo da Fundação, incluindo as Teleaulas, eram todas realizadas em São Paulo, sendo a sede no Rio de Janeiro responsável somente pela administração.

⁷¹ O Todos Pela Educação (TPE) é uma Frente empresarial criada no ano de 2006 que atua como um bloco organizado na disputa das políticas públicas e dirige parte expressiva do grande empresariado. A FRM compõe a Frente enquanto apoiadora, mobilizando sempre que necessário a TV Globo para a promoção das iniciativas do TPE. Os dirigentes da Frente estão sempre no rol de “especialistas” entrevistados, passando uma mensagem de suporte às iniciativas independentes da sociedade civil.

4- A METODOLOGIA TELESSALA E O CANAL FUTURA: AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA

O capítulo anterior visou demonstrar de que maneira os interesses da Fundação Roberto Marinho no campo da tele-educação estavam atrelados a um projeto de hegemonia em cada época histórica. O Telecurso foi pensado e desenvolvido com vistas a suprir as necessidades de formação dos homens e mulheres para um mundo do trabalho que estava em vias de transformação radical, atendendo os propósitos de uma educação tecnicista e acrítica, coerente com o regime. Anos depois, projeto foi readequado a partir do enfoque nas parcerias com agentes da sociedade civil que conferiram maior capilaridade às telessalas, além de refinarem os mecanismos de captação de recursos públicos.

Tendo bem compreendido o papel político jogado pela FRM no sentido de sempre atuar como um agente privado relevante na promoção de políticas públicas educacionais, cabe-nos discutir com mais profundidade o conteúdo dessa pedagogia política com o objetivo de analisar de que maneira a forma e o conteúdo se coadunam e apontam para uma pedagogia da hegemonia. Essa análise também pretende destacar como a metodologia Telessala foi um modelo para as mais diversas metodologias de tele-ensino no Brasil e se configura na iniciativa mais longeva do país nessa modalidade.

Da mesma maneira será tarefa a ser cumprida por esse trabalho apresentar a origem e funcionamento do Canal Futura compreendendo-o como um importante veículo difusor da pedagogia política do Grupo Globo, além de ser mobilizado para valorização da imagem de responsabilidade social não apenas do Grupo Globo, bem como das empresas mantenedoras e associadas. Destacaremos também a importância que o Canal vem assumindo como o criadouro das propostas para a televisão educativa a ser mobilizado sempre de acordo com as necessidades.

4.1. A metodologia Telessala: conteúdo e prática de uma pedagogia da hegemonia

A metodologia Telessala lançada em 1993 é produto dos anos de experiência do Telecurso em cadeia nacional. O programa estaria no seu décimo quinto ano quando uma

reformulação importante foi realizada no sentido de adequar-se às novas demandas do mundo do trabalho, bem como de atender o giro neoliberal que vinha pautando a própria reforma do Estado brasileiro. A universalização da educação estava na pauta do dia e era preciso estar atento aos espaços de possibilidades de penetração efetiva e capilaridade do produto Telecurso naquelas classes sociais que acolhiam o seu verdadeiro público-alvo.

Caracterizar essa metodologia no tempo exige que descrevamos como os quinze anos anteriores fizeram do Telecurso um sucesso – na medida que foi amplamente reconhecida pelo Estado como uma estratégia eficaz de correção de distorções idade-série e recebeu aporte de recursos públicos para a sua difusão, como já descrito. A versão de 1978 do Telecurso 2º grau contou com a parceria entre a FRM e a FPA, sacramentada por um contrato pouco simétrico: os direitos sobre o programa eram todos da primeira, enquanto à segunda cabia um volume intenso de trabalho e a maior parte da produção intelectual das teleaulas.

De acordo com Oliveira (2011, p.76), as duas Fundações celebraram o contrato ainda em 1977 e traçaram em conjunto um cronograma de trabalho que envolvia “o planejamento, a avaliação com os protótipos dos fascículos, a produção do programa-piloto para TV, a elaboração dos textos para os fascículos, a redação pedagógica, a produção dos programas de TV, e, finalmente, a transmissão”, o que deixa manifesto que a execução do projeto foi toda realizada de maneira conjunta, com participação intelectual importante da FPA, ainda que ela não tenha recebido os mesmos créditos pela produção.

A primeira versão do Telecurso foi um programa de estudo totalmente à distância: as teleaulas pela televisão eram complementadas pelos fascículos⁷² impressos vendidos em bancas de jornais. Além da mídia impressa, o projeto contou com a ampla divulgação pela TV Globo que, além de tudo, cedeu parte do seu elenco para atuar como os apresentadores-professores das teleaulas em conjunto com professores especialistas, mobilizando maior interesse de participação dos estudantes.

O curso completo foi dividido em módulos semestrais com um fascículo por semana disponível nas bancas de jornal. No primeiro semestre de 1978 foram contempladas as disciplinas de humanas e linguagens: História, Geografia, Língua Portuguesa e Literatura cada disciplina contando com 50 episódios distribuídos em 25 semanas. A escolha dessas disciplinas para a estreia do programa atendia alguns critérios de segurança econômico-comercial: eram

⁷² Os fascículos foram produzidos em parceria com a Universidade de São Paulo e passavam por uma espécie de adequação de conteúdo e forma que atendessem mais efetivamente o público-alvo, em sua maioria pessoas com baixo grau de letramento.

mais fáceis de serem produzidas, além de serem mais bem recebidas por alunos autodidatas (ibid. p.125). Era uma aposta mais segura em termos de sucesso comercial. Além disso, todo o conteúdo de história e geografia foi adequado segundo os parâmetros curriculares vigentes durante o regime, ou seja, não havia espaço para um conteúdo problematizador e crítico. A censura não criou nenhum tipo de empecilho à circulação desse material.

Já no primeiro semestre de 1979 foi a vez das disciplinas de Inglês, Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica (OSPB/EMC) e Matemática, com 46, 23 e 69 episódios respectivamente e distribuídos em 23 semanas. Esse segundo bloco continha a proposta mais delicada do projeto; o conteúdo de OSPB e EMC poderia, a depender da linha de abordagem de temas delicados, ser alvo de censura. Além disso, o ensino da matemática foi um ponto delicado a tratar, haja vista as imensas dificuldades enfrentadas pelos estudantes nessa disciplina e que se comprovaram nos altos índices de reprovação nos exames de Madureza⁷³.

O terceiro bloco das teleaulas seriam das Ciências da Natureza: Biologia, Química e Física quando o programa teria já acumulado alguma experiência e capacidade de reformulação, com 46 episódios para cada disciplina distribuídos em 23 semanas. Nesse bloco, módulos introdutórios foram inseridos com a tarefa de ensinar os estudantes a serem estudantes *do telecurso*. Certamente essa era uma queixa recorrente, afinal o ensino escolar na modalidade a distância nem regulamentação tinha e se tornava um desafio ainda maior quando se apreende as pretensões de alcance do Telecurso: constituir-se reconhecidamente em política pública. Se os índices de aprovação dos estudantes nos exames oficiais fossem baixos demais, o projeto em si estaria em xeque (ibid. p.144).

A despeito de todas as dificuldades, a primeira versão do Telecurso foi comercialmente bem sucedida⁷⁴ e alguns fatores podem ser levantados para explicar esse êxito: 1) o primeiro e mais óbvio é a qualidade técnica da produção e a mobilização de um conjunto de atores e atrizes

⁷³ As disciplinas de OSPB e EMC viriam a tocar em temas polêmicos e delicados, apesar de terem sido instituídas pelo próprio governo militar. Como exemplo, a aula sobre voto popular foi pensada sobre cada detalhe afim de evitar censura e mesmo assim foi necessária negociação de diretores da TV Globo com os agentes da censura para garantir a exibição do episódio. Quanto a disciplina de matemática, o programa era alvo de intensas reclamações de estudantes desejosos de uma metodologia que factualmente acolhesse as necessidades de aprendizado à distância. Segundo Oliveira, as teleaulas, apresentadas por Marco Nanini com o auxílio do professor Luiz Barco, eram arcaicas e recorriam a poucos recursos audiovisuais, denotando o caráter ainda experimental da metodologia nos seus primeiros estágios (Oliveira, 2011, p. 141)

⁷⁴ Quando avaliamos o sucesso do programa, é preciso ficar claro que estamos nos relacionando ao aspecto comercial medido pelo alcance de audiência e respostas dos alunos-telespectadores e não pelos índices de aprovação em exames supletivos. De acordo com Moreira, “das três submodalidades, nenhuma, utilizando a metodologia e o material didático do Telecurso como meio principal ou subsidiário alcançou o objetivo de preparar os alunos no conjunto de disciplinas e conteúdos exigidos nos exames supletivos” (Moreira, 2006, p.77)

populares à época para a apresentação do programa; 2) A qualidade do conteúdo e do material pedagógico, em grande medida pela atuação dos intelectuais da Fundação Padre Anchieta e da Universidade de São Paulo; 3) a capacidade de atender um público de suplência que representava um grande contingente de adultos com maior potencial de consumo.

Apesar do sucesso do produto resultante da parceria, progressivamente a participação da Fundação Padre Anchieta é esvaziada até que é definitivamente encerrada antes mesmo do lançamento da segunda versão. Pesou o fato de que a Fundação Roberto Marinho desejava receber todos os créditos pelo sucesso do programa e, já sendo detentora dos direitos de transmissão, não havia mais a necessidade de dividir os créditos com uma rede de TV que no final das contas era uma concorrente no setor. Assim, a evolução do programa passaria a contar com novas parcerias com a sociedade civil, dentre elas destacamos a Fundação Bradesco que coproduziu uma versão do Telecurso usada, inclusive, nos seus programas supletivos presenciais⁷⁵.

Em março de 1981 foi a vez de ser lançada a versão do Telecurso 1º Grau também como programa educativo multimeios, sendo transmitido pela TV Globo e afiliadas, centenas de estações de rádio em todo país, além da modalidade impressa com os fascículos semanais nas bancas de jornais. A modalidade também foi dividida em três fases com as disciplinas obrigatórias, mas também contava com módulos adicionais de estudos complementares (Informação Ocupacional, Artes, Saúde, Desporto), Mensagens de apoio, Mensagens de serviço (Roteiro Introdutório, Preparação aos Exames) essas últimas apresentadas como novidades que visavam corrigir alguns erros da versão anterior (Moreira, 2006, p.90)

Esses novos blocos de episódios demonstravam que a FRM estava muito atenta às dificuldades enfrentadas pelos estudantes, sobretudo aos limites impostos pela modalidade à distância e a todos os desafios a ela inerentes. Essa carga horária adicional visava manter sempre vivo o interesse dos estudantes, além de fornecer uma mínima preparação para os exames supletivos, em uma clara tentativa de melhorar os índices de aprovação. Assim, um embrião da prática de ensino por competências socioemocionais começa a aparecer na metodologia do Telecurso, na medida que a orientação metodológica pela qualificação profissional pensada na primeira versão foi secundarizada em nome de “fazer-se um programa de educação geral,

⁷⁵ Desde 1985 a Fundação Bradesco utiliza o Telecurso como principal estratégia de Educação de Jovens e Adultos presencialmente – nas escolas-polo da Fundação - e à distância (modalidade oferecida a partir de 2007 tanto para o ensino Fundamental quanto para o Médio) (Yokoyama, 2010).

básica, não formal e “para todos” – como para todos é a educação e a cultura, numa sociedade democrática” (FRM, 1980, p.19 apud Moreira, 2006, p.93).

Um dado curioso levantado pela FRM em instrumentos de avaliação do programa mostrou que, apesar do direcionamento do projeto ter sido os jovens e adultos em idade de trabalho e em situação de atraso escolar, uma grossa fatia do público-alvo efetivamente atendido pela modalidade televisiva do Telecurso era de mulheres donas-de-casa que dispunham de maior flexibilidade de tempo, em detrimento dos homens que ocupavam os postos de trabalho formais majoritariamente. Quando se avaliou a modalidade impressa, se deu justamente o contrário: os homens eram os maiores consumidores dos materiais vendidos nas bancas de jornais (Moreira, 2006, p.111). Evidencia-se com esses dados uma manifestação latente de interesse das mulheres por melhoria nos níveis de escolaridade em um movimento irreversível de inserção daquelas no mercado de trabalho, fortalecendo os movimentos emancipatórios.

Ainda analisando os resultados dos relatórios de avaliação do programa, Moreira (2006, p.111) também avalia que os resultados alcançados pelos estudantes foram muito aquém do esperado – e propagandeado – sobretudo nas disciplinas que exigem maior grau de abstração, como a Matemática e a Física. Deixado à própria sorte, o tele-aluno não foi capaz de alçar voos maiores a partir do estudo exclusivamente à distância e uma reformulação na metodologia se fez necessária para que o projeto não perdesse a razão de sua própria existência: nasceria a metodologia Telessala anos depois que, a partir de uma densa reformulação teórica e incorporação das diretrizes neoliberais do ensino por competências e da implementação sistemática do Telecurso diretamente nas escolas a partir de parceria com a Fundação Banco do Brasil, toma forma e é oficialmente lançada no ano de 1993.

O quadro a seguir sintetiza as principais diferenças entre as duas versões do Telecurso ao longo das décadas de 1980 e 1990:

	Telecurso 1º/2º Grau	Telecurso 2000
Realizadores	Fundação Roberto Marinho e Fundação Padre Anchieta (1ª fase) – 1979/1981 Fundação Roberto Marinho e Fundação Bradesco (2ª fase) – 1986	Fundação Roberto Marinho e FIESP – 1994
Financiamento	Fundação Roberto Marinho/FNDE	Fundação Roberto Marinho/FIESP (Recursos do FAT)
Metodologia	Material pedagógico formulado pela Fundação Padre Anchieta em parceria com a Universidade de Brasília. O material passava	<ul style="list-style-type: none"> Reformulação do material televisionado para uma linguagem mais moderna e voltada para o mundo do

	<p>por editoração da equipe técnica da FRM que o deixava mais “palatável” ao público da televisão.</p>	<p>trabalho, facilitando a transmissão nos ambientes laborais, como as empresas e fábricas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da metodologia Telessala em parceria com a Fundação Banco do Brasil como a principal estratégia de parcerias com as secretarias de educação para atingir um público-alvo mais jovem e fora do mercado de trabalho formal.
--	--	---

Destacamos a importância da Metodologia Telessala porque representa um giro fundamental na proposta do Telecurso: ela é a efetiva sistematização de uma proposta pedagógica teórico-prática que será o produto mais bem acabado para a educação da FRM. Ela, desde o seu lançamento, expressa o cerne da sua pedagogia: o ensino por competências voltado para o público-alvo de jovens e adultos em idade de trabalho, algo que não mudará ao longo dos anos. A juventude como principal objeto da nova metodologia será cativado e estimulado aos estudos de uma forma prazerosa e motivante, como defende a Fundação.

A seguir, descreveremos a metodologia:

A metodologia se divide em cinco processos, descritos como *movimentos*: 1) Integração; 2) Contextualização; 3) Socialização da metodologia Telessala; 4) Problematização e reflexão; 5) Aplicação prática. Todos esses passos são agora necessariamente orientados por um “mediador motivado e preparado” (FRM, 2013, p.9) a partir das parcerias com agentes da sociedade política, como as secretarias de educação e trabalho intensivo nas escolas públicas. Os mediadores são majoritariamente recrutados dos quadros permanentes das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e passam por uma formação dada pela própria Fundação.

Assim, metodologia Telessala não é apenas um produto produzido segundo a lógica empresarial resultado do trabalho de intelectuais de uma empresa privada, mas promovida enquanto política pública pelo próprio Estado estrito a partir de parcerias. Com a instituição da metodologia Telessala, a FRM passa também a disputar verbas públicas diretamente com as entidades representativas da categoria docente, na medida que ela, ao invadir as escolas e definir o ensino desse segmento de jovens, tira do professor a autonomia de gerenciamento dos processos pedagógicos e, coletivamente, das discussões sobre o direcionamento do fundo público, lançando-o em uma prática docente cada vez mais alienada.

Passando à descrição da metodologia em si, o primeiro movimento, *integração*, é descrito como aquele que visa “criar um vínculo entre autores e leitores, para que este (a), dialogando com o texto, desempenhe um papel (cri)ativo” (ibid, p.14). Regado a apropriações linguísticas, o primeiro movimento valoriza o círculo, figura perfeita dos antigos gregos que permite uma disposição supostamente horizontal na qual todos e todas estariam em pé de igualdade na construção do conhecimento ativo. Incorporam a figura geométrica como a marca da unidade, da integração entre os seres humanos, afirmando que as pessoas aprendem melhor quando atam laços de confiança e cumplicidade. Esse movimento capacita os jovens ao trabalho em equipe, uma das competências socioemocionais mais valorizadas no mercado de trabalho.

O segundo movimento, *contextualização*, tem como objetivo “oferecer uma síntese da metodologia Telessala em sua forma atual, possibilitando ao leitor ou leitora compreender que ela é fruto de um processo coletivo de construção”. A descrição desse movimento insiste na ideia de que não existe um método perfeito e acabado quando o assunto é a relação ensino-aprendizagem e que todos, alunos e professores (nas vestes de mediadores) encontram os próprios caminhos de aprendizado no processo. Sabe-se que negar um método não significa transcendê-lo; muito ao contrário, significa que a metodologia da FRM e sua aparência de horizontalidade apropria-se e esvazia um léxico trabalhado por muitos intelectuais da educação, como a noção de progressismo, educação libertária e multiculturalismo.

Esse movimento de apropriação é discutido pela pensadora Raquel Barreto, a partir de uma articulação entre o discurso e a materialidade; a autora afirma que quando a linguagem é convocada para descrever processos que são apartados das relações materiais de existência do coletivo de homens e mulheres a quem se dirige, ela é ideológica. Assim, a pensadora define a ideologia na sua dimensão naturalmente superestrutural como a *hegemonia do sentido* (2009, p.22) e, como tal, representa as relações simbólicas da classe que exerce a hegemonia no conjunto da sociedade. Isto é, a metodologia Telessala recorre a um léxico em tese libertário e emancipador para pintar a realidade que se expressa pela cada vez mais acentuada exploração do trabalhador e fragilidade das relações de trabalho. Em suma, de forma ideológica.

O terceiro movimento é o de *socialização da metodologia Telessala* quando é apresentada a experiência cotidiana nas salas de aula onde é trabalhada como uma forma de acúmulo de vivências que suportam as experiências seguintes. Vera Guimarães, importante intelectual da FRM descreve-a como:

A metodologia Telessala requer um ambiente de aprendizagem, investigação, pesquisa, construção e criatividade, inserido em escolas públicas e outros espaços.

Nele, o professor, atuando como mediador pedagógico, utiliza equipamentos (DVD, TV, rádio, e a Internet, em seus diversos suportes) e diferentes materiais (livros, mapas, dicionários...) para promover a cooperação entre todos os membros do grupo e tornar mais afetiva e efetiva a aprendizagem (FRM, 2013, p.52).

É importante novamente chamar atenção para a principal estratégia de difusão da metodologia: são as escolas públicas os principais alvos. Esse é o cerne da reformulação neoliberal da metodologia, invadir as escolas públicas a partir de parcerias com a sociedade política, capacitação de professores para a função de mediação, e investimento pesado nas competências socioemocionais como principal forma de capacitação para o trabalho simples desse grande contingente de jovens e adultos no mercado. Assim, se formam profissionais em duas frentes, na primeira, o professor que perde a centralidade na formulação da estratégia pedagógica mais adequada à dinâmica local, e na segunda frente, o estudante que incorporará todo escopo de atributos desejados pelos futuros empregadores.

Um ponto chave da metodologia é a atribuição de tarefas específicas para subdivisão dos estudantes em quatro grupos (que são compostos de maneira alternada) que tornam a sala de aula em um ambiente propício para a reprodução prática das competências socioemocionais e reprodução esquemática de um ambiente de trabalho. As quatro diferentes equipes são:

1) *Socialização*: “responsável por: ajudar a criar dinâmicas de integração para o início do trabalho; realizar vivências no apoio à construção do grupo de aprendizagem; buscar soluções coletivas para problemas pessoais, criando um ambiente de confiança, integração e colaboração”. Aqui o exercício fundamental é estimular o relacionamento interpessoal, solidariedade e senso de coletividade;

2) *Coordenação*: “contribui para o planejamento e na organização das atividades para que materiais e tempo sejam bem utilizados”. Para esse grupo, é fundamental o senso de responsabilidade com o espaço coletivo e gestão das atividades laborais;

3) *Síntese*: “sistematiza os pontos mais importantes das aprendizagens construídas e torna-os públicos por meio de ferramentas gráficas, impressas e digitalizadas”. Nesse aspecto, a competência trabalhada é a capacidade de síntese e comunicação. Por fim;

4) *Avaliação*: “fortalece a corresponsabilidade de todos em relação aos resultados, identificando necessidades de revisão de conteúdos e valorizando os ganhos obtidos” (ibid. p.61). À esse grupo é atribuída a capacidade de observação, análise, argumentação e autocrítica.

O quarto movimento, *Problematização e Reflexão*, introduz a crítica [superficial] de todas as metodologias formuladas e aplicadas na educação até ela (supostamente a mais completa por contemplar todas as formas de manifestação de individualidades e estimular o senso de cidadania) partindo do desmonte da ideia de grade curricular. A defesa é a de que a compartimentalização dos conteúdos é um elemento central na fragmentação do conhecimento e no distanciamento entre o sujeito que conhece do mundo a ser conhecido. Em suma, a grade curricular seria um elemento a ser superado em nome do que eles entendem como “*rede curricular*” (ibid p.162). A crescente pressão pelo controle social dos currículos e inserção de pautas dos grupos subalternizados na lógica do capital, promoveram uma mudança de estratégia dos segmentos hegemônicos: manutenção da mesma lógica de exploração indispensável à reprodução do ciclo econômico sob um verniz de incorporação parcial das demandas reivindicadas pelos grupos subalternos e expansão das oportunidades de acesso ao mundo do consumo.

Assim, o projeto da FRM ao supostamente se propor a superar a noção de disciplinas é incorpora uma metodologia que não dispensa o professor, mas que despreza seu potencial de intelectual e restringe sua autonomia. Ao pretender que um profissional ministre os conteúdos de todas as disciplinas, a FRM assume que para esse segmento de jovens e adultos os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade merecem apenas um trato superficial. A centralidade do processo é colocada no elemento dramático, cênico, do professor-mediador em um claro reforço da reprodução acrítica de um trabalhador dócil e inofensivo à ordem.

Para que a metodologia seja efetiva, articulam-se a superficialidade dos conteúdos curriculares, a partir de um ensino focado em competências socioemocionais aliada ao esvaziamento do papel intelectual do professor e sua substituição por um mediador polivalente. Para exemplificar o quão importante é essa articulação na sustentação de um discurso ideológico, a FRM cita uma pesquisa produzida por dois APHs da burguesia⁷⁶ e conclui que a violência escolar, um problema complexo e que de maneira alguma pode ser tratado de forma simplista, acontece porque:

Considerando-se que a causa maior de violência escolares é a falta de significado e a falta de conexão (entre currículo e realidade, entre estudantes e educadores, entre

⁷⁶ *Conflitos na escola: modos de transformar – dicas para refletir e exemplos de como lidar* (São Paulo IMESP). A pesquisa foi produzida por uma parceria entre o Centro de Criação e Imagem Popular, ONG que é financiada por diversas empresas privadas, como a OI Futuro, Instituto C&A e Instituto Nissan e o Centro Internacional pelo Aperfeiçoamento de Escolas, braço de uma instituição holandesa que vem traçando parcerias com diversos agentes da sociedade política no Brasil.

estudantes e estudantes, etc), como tornar o ambiente escolar mais harmonioso e dialógico? Seria o professor polivalente, bem preparado e apoiado, mais apto a perceber os estudantes como seres humanos? (FRM, 2013, p.165)

As duas perguntas retóricas confirmam o que defendemos: a metodologia prega que o espaço físico da escola deve comportar um ambiente propício ao desenvolvimento de um ensino focado nas competências socioemocionais e bem pouco nos conteúdos e o esvaziamento do papel intelectual do professor, substituindo-o pelo de um mediador polivalente, com a atribuição principal de fortalecer laços de afetividade em um esforço que muitas vezes transcende a atribuição de um profissional da educação qualificado. Em suma: o cerne da ideologia da metodologia Telessala consiste em tornar o professor um cuidador capaz de elevar a auto-estima dos estudantes a partir de estratégias behavioristas⁷⁷ focadas no reforço positivo da rotina e fortalecimento de vínculos. Do contrário, se ele não age assim, não enxerga seus alunos como seres humanos.

Por fim, o quinto movimento, *aplicação prática*, é o passo em direção à expansão da metodologia para as escolas públicas e reprodução nos espaços laborais, que estimula um movimento pendular através de todos os passos anteriores no sentido de uma permanente adequação do cotidiano escolar – qualquer que seja a escola em questão –, bem como dos ambientes onde os jovens egressos do programa trabalhem. Essa seção tem como objetivo “convidar o leitor a selecionar um aspecto da metodologia apresentada e a exercitar-se na simulação de como seria colocá-la na prática” (ibid. p. 15). O movimento pretende ser mais a replicação da metodologia no seu caráter ideológico, na medida em que as articulações em torno das políticas de convênios com a sociedade política é feita pelos gabinetes. Aqui, trata-se da expansão da pedagogia política do Grupo Globo enquanto estratégia da expansão do consenso em torno de todos os elementos que configuram a existência da Metodologia Telessala.

Para finalizar a discussão sobre a metodologia Telessala trataremos sobre os principais referenciais teóricos que a FRM reivindica, apontando os intelectuais que têm produções coerentes com todas as diretrizes pedagógicas já apontadas ao longo dessa dissertação, bem como algumas apropriações de intelectuais de esquerda cujos trabalhos são frontalmente críticos a qualquer modelo de formação de classe trabalhadora como o proposto pela FRM.

O quadro abaixo mostra os intelectuais que a FRM defende ser os maiores teóricos inspiradores da metodologia Telessala:

⁷⁷ O behaviorismo é tratado na psicologia científica como um conjunto de teorias e métodos que estudam a natureza humana a partir dos seus padrões de comportamento observáveis.

Quadro: Intelectuais que fundamentaram a metodologia Telessala por eixo temático

EIXO TEMÁTICO	INTELECTUAL
Educação como prática da Liberdade/Autonomia/Cidadania	1. D. Helder Câmara 2. Paulo Freire 3. Moacir Gadotti 4. Bernardo Toro e Antonio Carlos Gomes da Costa 5. Peter Senge 6. Rosa Maria Torres <i>Educação para/pelo trabalho</i> 1. Antonio Gramsci 2. Célestin Freinet 3. Gaudêncio Frigotto
Concepção de Aprendizagem e de Conhecimento	<i>Construtivismo/Aprendizagem por competências</i> 1. Jean Piaget 2. Lev Vygotsky 3. Phillipe Perrenoud <i>Pensamento complexo</i> Edgar Morin <i>Bases biológicas da compreensão humana</i> Humberto Maturana <i>Múltiplas inteligências</i> Howard Gardner
Concepção de Avaliação	Thereza Penna Firme
Aprendizagem docente	1- Francisco Gutierrez 2- Madalena Freire

Fonte: FRM, 2013, p.91

Não é uma das tarefas desse trabalho fundamentar e descrever a produção intelectual de cada autor presente no quadro, mas sim destacar aqueles cuja produção é manifestamente contrastante com a pedagogia da hegemonia factualmente implementada pela metodologia

Telessala, demonstrando os níveis de apropriação das teorias que pensam uma educação emancipadora e de superação da lógica capitalista. É certo que essa apropriação não é inocente; ela manifesta a necessidade de converter autores abertamente anticapitalistas em pensadores da ordem e transformar suas ideias em ideologia.

Aparecida Tiradentes descreve a absorção de produções intelectuais de esquerda como parte do movimento de “chantagem” do empresariado que se colocam como os verdadeiros salvadores da falida escola pública. No fragmento a seguir, a pensadora descreve exatamente aquilo que foi feito pela FRM na fundamentação teórica da metodologia Telessala, como descreve:

Esta chantagem surte efeito após décadas em que a educação – especialmente a Educação Básica pública – sofreu esfacelamento por modismos pedagógicos desprovidos de base científica, como usos levianos dos nomes de Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e mesmo Gramsci. Dada a popularidade destes nomes no campo da educação na década de 1980, não foi difícil ao bloco hegemônico capturá-los a seu favor, a seu modo, reorientando seus pressupostos pela superficialidade de leitura, e assim conquistar a adesão dos professores às novas propostas. Uma das consequências foi a associação direta entre democratização e anticonteudismo, difundida no senso comum pedagógico [...] (Tiradentes, 2012, p.11)

Paulo Freire, um dos mais importantes educadores brasileiros é o primeiro destaque: a sua metodologia implementada com sucesso na década de 1960 é recorrentemente requisitada pelos mais diversos atores do Estado Ampliado, desde o MOBREAL dos militares – de inspiração freireana no aspecto metodológico e esvaziada do conteúdo emancipador – até os atores da sociedade civil do final do milênio, como é o caso da FRM. A essência da metodologia freireana é o seu caráter crítico e propositivo: a educação permite que os subalternos sejam capazes de criar ferramentas de leitura do mundo para a superação do modelo produtivo exploratório que mantém os miseráveis perenemente nessa condição.

A apropriação da pedagogia crítica de inspiração freireana se dá no movimento de apresentar o modelo burguês de democracia consentida como um fim em si e modelo político mais bem acabado, focando no trabalho dos aspectos fenomênicos de forma aparentemente crítica e construtiva sem que, contudo, seja possível estabelecer umnexo causal que conduza as consciências a uma percepção da essência da condição de subalternidade: a profunda exploração do trabalho no contexto capitalista. Na experiência de Angicos, Paulo Freire partia das fichas de Francisco Brennand para construir uma dinâmica pedagógica da qual os educandos efetivamente poderiam falar a partir da sua própria existência mais imediata. A partir dela, evoluíam no sentido da compreensão das redes de interconexões que moldam as relações sociais, sendo possível tecer um aprendizado sobre e no mundo, bem ao contrário da formação

bancária típica do ensino tradicional. A FRM pretende com sua metodologia dar forma a uma dinâmica que:

[...] os estudantes não leem apenas imagens estáticas, mas em movimento, na tela de uma televisão ou computador. Os vídeos, em lugar das gravuras de Brennan, codificam por meio da cenatexto as situações que serão decodificadas coletivamente pelo grupo. A lógica da leitura de imagem é a mesma daquela utilizada por Freire nos Círculos de Cultura – *o que é visto é relacionado à experiência diária, e da compreensão mais aprofundada da realidade surge o desejo de transformá-la.* (ibid. p. 94 grifo nosso)

O trecho citado é bastante explícito naquilo que vimos defendendo: a metodologia Telessala representa um escopo de materiais e conteúdos determinados pelas demandas do grande capital, mas que desce ao chão da escola pública sob um manto que encobre sua essência. A decodificação coletiva é de situações previamente determinadas pelos intelectuais do partido Globo e sua rede associada na sociedade civil e política e que no final das contas nunca poderá chegar ao cerne da consciência das desigualdades socioeconômicas e da exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, objetivar a transformação dessa mesma sociedade. Isso significaria questionar a própria forma da democracia burguesa. Então, a transformação tão propagada deve caminhar perenemente para nunca transformar nada além do desejado pela burguesia em uma sociedade, em última instância, controlada pelas leis de mercado. Em suma: o desejo de transformar estimulado é aquele restrito aos “modelos mentais – crenças e valores que temos”, ou seja, ideológico.

Seguimos descrevendo outra apropriação importante com a fagocitose das ideias de Gaudêncio Frigotto, um dos maiores pensadores críticos da relação entre educação e trabalho no sistema capitalista de produção. O pensador traça duras críticas à maneira como os interesses burgueses moldam a dinâmica escolar a ponto de subsumi-la aos interesses do capital. De maneira que beira o deboche, a FRM afirma que:

Frigotto poderia reconhecer, na Metodologia, uma resposta possível ao que ele considera um dos problemas crônicos da nossa história: a negação a milhões de jovens e adultos ao direito à alfabetização e à educação básica, que, associada à negação de outros direitos sociais básicos, resulta de uma estrutura social das mais desiguais e injustas do mundo. (ibid. p. 103)

Considerando que esse pensador seja um ferrenho crítico dos elementos condicionados aos países capitalistas periféricos pela cartilha neoliberal, principalmente na sua expressão na constituição dos fins da escola pública, é contraditória essa pretensão de aderência pela FRM a um escopo de formulações teóricas tão diametralmente opostas aos fins próprios à natureza

privada da sua empresa mantenedora. Com isso demonstra, sobretudo, que a incorporação de teóricos do campo progressista visa alcançar o consenso de um conjunto mais amplo das massas sociais, visando dirimir as críticas que eventualmente se dirijam à Metodologia, capacitando seus propositores uma defesa coesa do projeto no aspecto formal.

Uma terceira apropriação importante e que não poderia de modo algum ser negligenciada é Antonio Gramsci. Não nos causa surpresa a interpretação da filosofia gramsciana sob uma ótica de negação da luta de classes e na omissão do pensador sardenho como uma das principais lideranças do comunismo e da revolução proletária do século XX para lê-lo apenas como um autor que pensa a formação cultural das massas em uma relação neutra com o Estado e seus agentes. Essa apropriação significa estancar o potencial revolucionário da filosofia da práxis gramsciana, tornando-a inerte, ao mesmo tempo que contribui para a sedição daqueles professores não tão familiarizados com a teoria desse intelectual, causando ruídos e confusões extremamente úteis àqueles que objetivam em última instância enfraquecer a capacidade de luta e organização dos trabalhadores da educação.

A distorção se apresenta imediatamente pelo argumento de que Gramsci é o intelectual que cria um suposto conceito de *hegemonia cultural*. Esse trabalho teve a oportunidade de se aprofundar sobre alguns elementos importantes da teoria do Estado Ampliado de Gramsci principalmente destacando a sua origem no materialismo histórico-dialético de Marx e, como tal, extrai da realidade mais imediata suas categorias de análise dos fenômenos da sociedade burguesa capitalista. Portanto, a redução intencional do conceito de hegemonia à esfera da cultura não é casual: assim passa-se a percepção de que Gramsci é o pensador que se lança na valorização da cultura sob uma ótica burguesa no interior do aparelho de Estado, negligenciando todo o potencial emancipador da organização cultural das classes subalternas já descrita no seu conceito de escola unitária (que vai muito além da escola enquanto instituição).

No trecho a seguir, a FRM afirma que:

O fato de que os trabalhadores identifiquem o seu próprio bem com o bem da burguesia faz com que o *status quo* seja mantido. Na Metodologia Telessala, Gramsci reconheceria ali uma das milhares iniciativas brasileiras por meio das quais os trabalhadores fazem crítica dos valores dominantes de competição a qualquer preço – individualismo, consumismo, discriminação, hierarquização – e identificam aqueles que são próprios da *nova sociedade que queremos* – cooperação, solidariedade, equidade, horizontalidade e inclusão. (ibid, p. 101, grifo nosso).

Com ar de pouca modéstia, o trecho deixa muito claro que a Metodologia Telessala defende os valores de uma sociedade específica, aquela que preza pela cooperação,

solidariedade, equidade, horizontalidade e inclusão no seu aspecto formal – cuja discussão é apartada da dimensão da reprodução material da vida. Ou seja: os valores que regem o ideário liberal de uma democracia republicana burguesa.

Em outro trecho afirmam:

Na Metodologia Telessala, por meio do exercício cotidiano das competências de socializar/mobilizar, coordenar, avaliar e sistematizar, os aprendizes preparam-se para atuar como dirigentes e organizadores. E, ao desenvolverem projetos de intervenção em sua realidade, assumem a função de intelectuais/organizadores em sua comunidade (ibid, p.101)

No trecho destacado, a FRM atinge um nível tão profundo de transparência das sínteses resultantes desse mosaico teórico que ela mesma produziu que deixa manifesta a missão prioritária da Metodologia Telessala: expandi-la sobre a escola pública para formar intelectuais difusores do ideário liberal-burguês tanto nas fileiras docentes quanto nas discentes. Aliada às estratégias já praticadas por anos de penetração nos meandros da sociedade política e turbinada pelas parcerias com outros APHs da burguesia, a Metodologia sobrevive com relativo sucesso sendo até hoje implementada como política pública em mais de dez Estados.

4.2 Canal Futura: experiência pioneira na TV educativa privada no Brasil

O Canal Futura é uma rede privada de televisão educativa criada pela FRM em 1997 e, como tal, pioneira no Brasil (até hoje segue sendo a única iniciativa do tipo). É mantida por uma gama de aparelhos privados de hegemonia burgueses que engloba: FIESP (e Sistema S), Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco e Votorantim. Também são realizadas parcerias com universidades em três modalidades de atuação: coprodução e produção de conteúdo, difusão de programas educativos e projetos em parceria de extensão universitária. Dentre as universidades associadas, temos as principais federais e estaduais⁷⁸ do país que atuam principalmente na coprodução de conteúdos e retransmissão de sinal (Futura, 2020).

De acordo com FRM, alguns elementos diferenciam o Canal Futura das outras televisões educativas estatais e outros projetos privados de comunicação: “o modelo de sustentabilidade, o compromisso com a mobilização social, e a opção pela produção de conteúdo em rede com diferentes atores da sociedade” (Alegria, 2014, p. 13), produzindo conteúdos que se destacam

⁷⁸ As parcerias com universidades e institutos estaduais e federais envolvem instituições como: USP, UNICAMP, UNESP, UFMG, UNB, dentre outras.

justamente por, em última instância, realizar de forma clara e distinta uma atuação típica da burguesia no cerne do Estado Ampliado: organizar frentes de atuação coletiva da sociedade civil, colocar seu projeto de sociedade ao conjunto da classe trabalhadora e fornecer os elementos simbólicos de uma educação mediada pelas demandas do mercado sob a camuflagem de ideias como inclusão, cooperação e cidadania.

Os objetivos do Canal, expressos pela sua linha editorial, coadunam e convergem todos elementos até então trabalhados: melhoria da qualidade de uma educação subsumida aos interesses do mercado, com vistas a formar os jovens e adultos para o mundo do trabalho simples, bem como mobilizar capacitação permanente de toda a equipe escolar para o fortalecimento dos laços entre escola e trabalho, esvaziando a dimensão da autonomia e emancipação da escola em si e torná-la uma intermediária entre a família – e os primeiros laços de sociabilidade humana – e a esfera produtiva – cujo papel dos educandos é a naturalização da exploração e da mais-valia.

Nesse sentido, o Canal Futura representa a expansão mais imediata da incorporação das Tecnologias de Comunicação no cotidiano escolar com vistas a complementar o longo projeto da FRM no campo da educação. Desde as primeiras versões do Telecurso, o caráter inovador do uso massivo da mídia televisiva na educação deu o tom da evolução do projeto, e considerando o Canal Futura um elemento a mais nesse grande painel geral temos que a FRM se tornou um dos maiores APHs a propor políticas e ações no campo da educação que instrumentalizam a grande massa dos trabalhadores da educação em torno do seu projeto de hegemonia. Certamente todo esse *know-how* habilita a FRM a ter respostas rápidas em qualquer cenário conjuntural, principalmente àqueles ligados aos desdobramentos da crise estrutural do capital no mercado de trabalho.

Esse trabalho não pôde se debruçar sobre uma análise extensa da grade de programação do Canal Futura, ainda que precisemos de algum nível de estudo de caso que corrobore a hipótese ora levantada: que o Canal contribui para a expansão da pedagogia política da FRM através da incorporação cada vez mais massiva das TICs no campo da educação. Como primeiro exemplo, analisaremos a série *Destino Educação: escolas inovadoras*. Produzida pelo próprio Canal, buscou-se mostrar experiências mundo afora de escolas conectadas com uma educação cada vez mais mediada pelas TICs como demandas do século XXI. O programa mostrou o cotidiano de 24 escolas em 17 países de cinco continentes para extrair experiências que pudessem servir de modelo para a incorporação nas escolas brasileiras.

A série parte de uma importante premissa: as escolas “tradicionais” não respondem mais aos desafios do século XXI. O grande tanque de onde se “pescam” a maior parte dessas iniciativas inovadoras não à toa são os Estados Unidos, país com forte influência do setor privado na constituição de políticas públicas educacionais. Argumentam que essas experiências inovadoras encontram terreno fértil em solo estadunidense porque se desenvolvem em um espaço capaz de “promover o uso intenso da tecnologia para mudar práticas pedagógicas, desenvolver as chamadas competências para o século 21 e preparar os estudantes para o Ensino Superior e o mundo do trabalho” (Libonati & Garcia, 2019, p. 49)

Um segundo exemplo de apologia à entrada massiva das tecnologias nas escolas públicas extraído da grade de programação é o programa *Expresso Futuro* que evoca uma abordagem mais filosófica/sociológica da questão das tecnologias para os jovens, os maiores impactados pelas mudanças sociais profundas advindas delas. Os temas abordados vão desde o impacto da tecnologia no mundo do trabalho até democracia e sociedade⁷⁹, demonstrando que o aspecto ético e comportamental da inserção das tecnologias em todos os âmbitos da sociedade precisa ainda ser melhor pactuados no conjunto da sociedade (ibid, p.58).

Os limites os quais o uso da tecnologia é colocado parte do seu caráter de irreversibilidade: todos os aspectos da vida na sociedade do futuro são mediados pelas tecnologias. Quando defendem a importância da pauta na passagem a seguir, dão o tom dos termos que a discussão é apresentada ao conjunto da classe trabalhadora:

[...] o *Expresso Futuro* é não só um programa sobre tecnologia, mas é também um programa sobre sociedade. Como nos últimos 20 anos estamos caminhando cada vez mais para um tecnocentrismo, isto é, a tecnologia tornando-se uma força cada vez mais universal e onipresente capaz de reorientar os modos de vida humano, seria absurdo falar de tecnologia sem levantar as questões sociais que ela aponta. Mais do que absurdo, seria irresponsável. Grande parte das decisões que precisaremos tomar como sociedade nos próximos anos terá como objeto a nossa relação com a tecnologia. (ibid. p.58-59)

Fazer uso de um canal educativo com um discurso tão massivo sobre a tecnologia sem apontar que nenhuma tecnologia é desinteressada, neutra, é mais uma expressão da ideologia das classes dominantes que, no caso de um país periférico como o Brasil, acaba por reforçar o papel de subalternidade na divisão internacional do trabalho. As tecnologias que são apresentadas como a panaceia da educação pública aqui, como é o caso da televisão, são sempre

⁷⁹ Os temas abordados pelo programa são: Inteligência Artificial, Moedas virtuais e futuro das finanças; O futuro do trabalho; Relacionamentos em tempos de hiperconexão; Cidades inteligentes; Ativismo na internet; Realidade virtual; Democracia e tecnologia; Arte e tecnologia; Inovadores brasileiros no exterior

em situação de atraso e defasagem frente aos verdadeiros polos de produção de tecnologias mundo afora.

A discussão que não parte do pressuposto de que nas sociedades capitalistas a condição de subalternidade dos países periféricos se dá sobretudo porque não produzem tecnologias autóctones aptas a competir no mercado em pé de igualdade com os países que detêm as patentes de tecnologias de ponta e que o neoliberalismo e seu conjunto de políticas de desmonte do papel estatal na produção de antimercomodias, sobretudo na periferia, subalterniza ainda mais os povos a uma lógica de expropriação. Tudo isso sem mencionar que a ideologia da neutralidade tecnológica é a ponte para a formação de mercados consumidores das patentes estrangeiras, reafirmando o ciclo eterno do desenvolvimento desigual e combinado, onde a pobreza do Sul do hemisfério sustenta o modo de vida predatório do Norte.

Dessa forma, analisando apenas uma pequena faísca da grade de programação do Canal Futura podemos perceber a importância da iniciativa e o porque ela segue sendo a principal referência na difusão de conteúdos pedagógicos da Fundação Roberto Marinho, ainda que outras plataformas e modalidades de ensino à distância sejam a cada dia mais um nicho de mercado próspero para a geração de lucros. A televisão educativa dispõe de uma capilaridade maior e aceitação muito mais bem pactuadas no conjunto da sociedade, principalmente porque todo o aparato empresarial do Grupo Globo confere à marca confiança nos produtos por ela apresentados como bons.

Não se pode perder do horizonte que o Canal Futura é um projeto privado muito bem sucedido nas parcerias com universidades públicas e outras instituições financiadas pelo Estado e que, como tal, acaba escoando o fundo público na direção do fortalecimento e legitimação de uma marca privada. As parcerias com Fundações do grande capital financeiro também denotam os interesses prioritários nas delimitações das pautas e a forma de encaminhá-las. Portanto, é tarefa da educação que contesta os ditames das demandas privadas sobre a escola pública questionar a adoção massiva e acrítica, não apenas dos conteúdos produzidos pela FRM, mas de todo e qualquer APH que tenha ligações orgânicas com o empresariado, na medida que no palco da luta de classes não existe espaço para a conquista de direitos sem disputas; toda aparência de horizontalidade e democracia é ideológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida alguma a história da Fundação Roberto Marinho se confunde com a do Telecurso e essa, por sua vez, com a televisão educativa no Brasil. A compreensão desses processos que em muitos sentidos aconteceram de forma paralela e/ou simultaneamente, exigiu que empreendêssemos a tarefa de estudar a Fundação Roberto Marinho a partir de categorias extraídas do materialismo histórico-dialético de Marx, bem como sob a ótica da ferramenta teórico-metodológica do Estado Ampliado.

Caracterizamos o Brasil como um país de capitalismo dependente, trabalho que foi de fundamental importância para situarmos em que solo a educação brasileira se desenvolveu e quais lutas, avanços e retrocessos encampou. O caráter tardio da industrialização brasileira e a caracterização da burguesia local como a que teve a subalternidade no centro do seu processo de formação e sobrevivência, possibilitou entendermos como a educação pública no Brasil emergiu com a tarefa prioritária de manter intransponível o abismo entre educação de ricos e pobres, diminuir os custos da formação da força de trabalho urbana e atender a formação para o trabalho demandada em cada tempo histórico. Se a escola pública hoje é um Aparelho de Hegemonia em disputa, se deve aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, que coletivamente, vem travando lutas incansáveis para dar a ela um sentido emancipatório.

A Fundação Roberto Marinho, enquanto um APH da burguesia, foi criada em 1977 como a joia valiosa de um Roberto Marinho cioso de criar uma fundação que valorizasse seus gostos artísticos e feitos públicos e servisse de vitrine para a ação social do Grupo Globo. Esse, por sua vez, atuando nos meandros da sociedade civil organizada e nos birôs da sociedade política, vem organizando os interesses de sua classe nas mais diversas áreas da vida em sociedade sobretudo após a Rede Globo ter sido inaugurada em 1965. No campo da Educação, a Fundação que carrega o nome do próprio dono – aquele que fazia questão da alcunha de “doutor” antes do nome próprio – foi o vetor do projeto de educação daquela que viria a ser a mais longa investida privada na tele-educação no Brasil. A FRM, por causa do Telecurso e da Metodologia Telessala, acumula *expertise* no ensino multimeios e na formação de profissionais da educação aptos a trabalharem como mediadores da aprendizagem. Sempre que mobilizado, esse aporte teórico-prático é reconvertido ao sabor das necessidades da classe dominante. Foi assim ao longo das mais de quatro décadas de experiência com o Telecurso.

No decorrer da década de 1970, os países do centro do capitalismo atravessaram uma reconfiguração do bloco histórico que mudou o paradigma da produção em escala global e resgatou o ideário neoliberal que, desde o Colóquio Walter Lippman não conseguia se colocar como uma ideologia orgânica e ser defendida pelo conjunto da burguesia. Os desdobramentos da crise estrutural não mudaram apenas o paradigma produtivo, mas também abriram as possibilidades de criação de uma nova ética que repaginou os fundamentos filosóficos basilares do liberalismo clássico e incorporaram ao longo dos anos (e não sem contradições) as bandeiras de movimentos progressistas por ampliação de direitos e que, no entanto, não faziam uma leitura da luta por direitos a partir do paradigma da luta de classes.

Essa nova ética que vai se expandindo pela sociedade civil, incorporando pautas e reconhecendo alguns direitos que não ameaçavam a ordem da apropriação privada da riqueza e exploração do trabalho, ao mesmo tempo que mantém intacta a defesa do mercado como regulador da vida em sociedade em última instância, são as bases das reformas educacionais que foram implementadas mundo afora a partir da década de 1990. A formação do trabalhador de novo tipo está na ordem do dia, justamente porque o trabalho, enquanto fundamento da produção do valor das mercadorias e, conseqüentemente, da riqueza privada nas sociedades capitalistas, não poderia ser eliminado.

Apesar disso, não podemos desconsiderar que, não o trabalho, mas os salários estiveram na mira do ataque da burguesia agora organizada sob uma nova agenda. O trabalho formal vem sendo minado pelas mais diversas reformas de Estado, desregulamentação econômica e descentralização produtiva. Aliada à derrocada final da União Soviética e a reconversão da economia russa para economia de mercado, os elementos ideológicos que foram mobilizados para apresentar o capitalismo como o próprio fim da história estavam dados. Restava aos trabalhadores uma adequação ao novo mundo globalizado e precarizado; a ideologia das competências se desenvolveu, por tanto, em solo fértil e adubado.

No campo da educação pública no Brasil, os resultados da Conferência de Jomtiem realizada em 1990 foram importantes porque impuseram a incorporação das demandas do capital financeiro nessa nova etapa de acumulação e lançaram uma agenda que combinava alguns poucos avanços – como a expansão de matrículas no ensino fundamental, por exemplo – e muitos retrocessos – a subsunção da educação pública à lógica empresarial e de avaliações externas são grandes exemplos. As sucessivas derrotas impostas aos educadores organizados à época da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, em meio ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, também mudaram definitivamente o tom das

disputas pela escola pública de qualidade, pois naquele momento foi o empresariado organizado que entrou nesse campo de lutas, reivindicando protagonismo na formulação e implementação de políticas públicas.

É nesse contexto que a Metodologia Telessala pôde se colocar como uma metodologia coerente com os interesses da burguesia nessa nova etapa do processo de acumulação, na medida em que tem na pedagogia das competências sua espinha dorsal, atendendo tanto as requisições da esfera produtiva quanto as novas diretrizes da participação política no esquema da democracia consentida e tutelada dos modelos de Estado contemporâneos. A experiência pregressa de mais uma década de Telecurso possibilitou um conhecimento mais completo dos caminhos a serem percorridos tanto do aspecto da penetração política na disputa de legitimidade e verbas públicas quanto de adesão da comunidade escolar a implementação da metodologia das salas de aula nas escolas públicas.

Assim, a FRM a partir da sua Metodologia pôde apresentar um modelo de Educação multimeios – televisão, apostilas, internet (anos depois) e na própria escola - mais avançado com relação às primeiras versões do programa, principalmente porque entrou nas escolas públicas e tornou o professor-mediador um elemento-chave no desenrolar do processo de aprendizagem. O professor, em última instância, é uma figura indispensável, mas tornou-se a tarefa do dia ressignificar o seu trabalho, desintelectualizá-lo e reduzi-lo à função de mediador dos conteúdos previamente organizados pelos intelectuais da Fundação. Podemos dizer que a FRM esteve na vanguarda desse movimento de transformação e alienação do trabalho docente cujo método passou pela construção de uma narrativa composta pela apropriação e readequação de teorias progressistas do campo de esquerda, criando confusões teóricas difíceis de serem superadas.

Por outro lado, se os jovens e adultos em situação de atraso escolar foram a melhor escolha de público-alvo a partir do critério econômico (eram capazes de sustentar o consumo do material vendido), com o passar dos anos e como resultado das novas diretrizes para a formação para o trabalho simples, eles se converteram em sujeitos com garantias mais ampliadas de acesso à educação escolar e a mobilização de recursos para seu atendimento era via fundo público nas escolas públicas. A FRM não arriscou tornar seu Telecurso um programa que atendesse qualquer outro perfil de estudante, então o movimento mais seguro foi expandir a penetração nas escolas públicas e empresas privadas (a partir das parcerias com o Sistema S) e tornar o Telecurso uma mercadoria vendida no atacado e não mais no varejo.

A definição do corte temporal do estudo desse objeto se deu pela impossibilidade de imergir com a devida atenção nas duas décadas dos anos 2000. Seria necessário mais tempo para apresentar as questões tanto a partir do aspecto político-econômico quanto da atuação efetiva da Fundação no seio do Estado Ampliado. Isso sem aprofundarmos na imensa gama de acontecimentos que permearam a vida em sociedade nesses breves vinte anos, tanto no Brasil, como no mundo. Portanto, pensar a FRM a partir dos anos 2000 é a tarefa que dirijo ao projeto de doutorado, considerando que os dois anos a mais podem possibilitar um amadurecimento maior das questões a serem levantadas.

Outro ponto de destaque e que recebeu um trato aquém do desejado foi a análise do Canal Futura, em grande medida porque ele por si seria um objeto com complexidade suficiente para render uma dissertação. Mais uma vez a crítica recai sobre as pressões originadas pelo tempo insuficiente que a pós-graduação no Brasil destina aos seus pesquisadores e que justificam as encruzilhadas que nos deparamos constantemente: o objeto reconfigura-se ao longo das pesquisas, geralmente estreitando-se os ângulos de abordagem do objeto e, com isso, manifestamos apenas o desejo de que uma visão mais completa dele seja possível em trabalhos futuros.

Por fim, mas não menos importante, considerando que esse trabalho foi atravessado pela difícil conjuntura da pandemia da COVID-19 provocada pelo novo coronavírus e pelo giro das pesquisas produzidas pelo LIEPE no sentido de estudar a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia na Educação, esse trabalho forneceu um importante arcabouço teórico para fundamentar a ação da burguesia nesses dias tão conturbados. A FRM tem experiência acumulada com trabalho a partir de Tecnologias da Informação e girou com rapidez toda sua ação para pavimentar a estrada para a ampliação de mercadorias educacionais em um mercado ainda pouco explorado.

É certo que esses últimos meses vão transformar a educação pública no Brasil que, por sua vez, vem sendo assediada como nunca. O sentido do trabalho docente está em jogo, os fins da escola pública também. Os Aparelhos Privados de Hegemonia da grande burguesia estão bem organizados em torno da agenda do Todos Pela Educação que vem tocando a política educacional em tempos de bolsonarismo. Pesquisas como as que o LIEPE vem desenvolvendo tem apresentado ao conjunto da classe de trabalhadores da educação os movimentos da burguesia para aprofundar cada vez mais os níveis de exploração sobre a classe trabalhadora e conformá-la, tornando-a dócil.

É certo que o desenrolar desses meses tão difíceis, não apenas para os trabalhadores da educação, como para toda a população brasileira, originarão questões importantíssimas a serem levantadas acerca da atuação dos APHs da burguesia na instituição da ideologia do “novo normal” nas escolas públicas. Tais questões já vêm sendo formuladas e seus embriões começam a germinar a partir da atividade intelectual incessante do LIEPE. No que se refere à Fundação Roberto Marinho, venho acompanhando de perto sua agenda e movimentações no sentido de manter sempre atualizada a compreensão dos seus passos mais fundamentais.

Para além da avaliação dos impactos mais imediatos da pandemia e a interferência da FRM na formulação/propaganda das políticas públicas de resposta à crise sanitária, é necessário frisar que os eixos de atuação anteriores a 2020 não foram abandonados: ela ainda centra os objetivos de sua metodologia na pedagogia das competências e segue firme no sentido da plena implementação da Base Nacional Comum Curricular em todas as modalidades de ensino no país. Nesse sentido, essas questões também se abrem para serem desenvolvidas em projetos futuros.

Nesse sentido, acredito que o presente trabalho cumpriu a tarefa a que se propôs: analisar a Fundação Roberto Marinho nas suas três primeiras décadas de existência, demonstrando como ela vem sendo o principal agente responsável pela atualização da pedagogia política do Grupo Globo cujos interesses vão além do comercial. Como um partido, a Globo vem atuando na disputa do consenso e tornando sua ideologia de classe uma ideologia orgânica e o faz de uma maneira privilegiada, na medida que deteve, até o marco temporal adotado por esse trabalho, uma espécie de monopólio da audiência, resultante dos anos de favorecimento político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, I. **As Competências Socioemocionais no Contexto Brasileiro: Uma Análise a Partir da Reforma do Ensino Médio (Lei n.13415/17)**. Relatório (Pós-doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2020.

ALEGRIA, João (org.). **Telejornalismo educativo e produção em rede: Introdução às práticas de produção do Núcleo de Jornalismo do Canal Futura**. Rio de Janeiro: Canal Futura, 2014.

ARÊAS, João Braga. **As batalhas de O Globo: Ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002**. Curitiba: Prismas, 2015.

BARRETO, Raquel Goulart. **Discursos, Tecnologia, Educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em 25/09/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 25/09/2020.

BRASIL. **Decreto 20.047 de 27 de maio de 1931**. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Brasília, DF. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em 17/01/2020.

BRASIL. **Decreto 70.066 de 26 de janeiro de 1972**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL). Brasília, DF. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16/06/2020

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Plano decenal de Educação Para Todos**. Brasília: MEC, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Educação Para Todos: avaliação da década**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485564/Educa%C3%A7%C3%A3o+para+todos+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+d%C3%A9cada+S%C3%ADntese+do+I+Semin%C3%A1rio+Nacional+sobre+Educa%C3%A7%C3%A3o+para+Todos+%28Bras%C3%ADlia%2C+10+>

[e+11-6-1999%29/a698194e-feab-4117-9088-53c1297b315b?version=1.2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1999/leis/l9394.htm) Acesso em 20/10/2020.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 20/04/2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) **Parecer CNE/CEB nº 16/1999**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf Acesso em 25/09/2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) **Parecer CNE/CEB nº 40/2004**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer402004.pdf Acesso em 25/09/2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma Gerencial do Estado**. Revista de Administração Pública 34 (4), julho 2000: 55-72. Trabalho apresentado ao Seminário “Moderna Gestão Pública”, patrocinado pelo INA – Instituto Nacional de Administração Pública. Lisboa, 2000.

CANAL FUTURA. **Quem somos**. 2020. Disponível em <https://www.futura.org.br/quem-somos/> Acesso em: 07/09/2020

CARTA MAIOR. **O editorial de Roberto Marinho que exaltou a ditadura militar**. São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-editorial-de-Roberto-Marinho-que-exaltou-a-Ditadura-Militar/4/27682> Acesso em 07/02/2020.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz. **A educação cidadã na visão empresarial: o Telecurso 2000**. Campinas: Autores associados, 1999.

CASTRO, Márcia Prado. **O projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio**. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Autêntica, 2014.

CHAVES, David Santos Pereira. **Empresariamento da educação: Instituto Ayrton Senna e a política de competências socioemocionais na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLOMBO, Luiza. **A frente liberal ultraconservadora no Brasil**: reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem partido. Dissertação (Mestrado em educação). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como valor universal**. In: Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMIER, Felipe. **Bonapartismo**: o fenômeno e o conceito. Revista Outubro, n.25, março de 2016. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/8_Felipe-Demier.pdf . Acesso em 26/10/2020.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

EXPRESSO DA NOTÍCIA. **Justiça reconhece vínculo de professores com a Fundação Roberto Marinho**. Jusbrasil, 2003. Disponível em <https://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/6284/justica-reconhece-vinculo-de-professores-com-fundacao-roberto-marinho?ref=serp> Acesso em 21/07/2020.

FRANCFORT, Elmo. **Almanaque TV Cultura**: muitas histórias, informação e curiosidades. São Paulo: Cultura, 2019.

FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. **É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n1/14.pdf> Acesso em 12/06/2020

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIESP. **Educação**: gastos públicos e propostas de melhoria. São Paulo, 2010.

FINGUERUT, Silvia; SUKMAN, Hugo (org.). **Fundação Roberto Marinho**: 30 anos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Goal, 2008.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Incluir para Transformar**: metodologia Telessala em cinco movimentos. [concepção e supervisão pedagógica: Vilma Guimarães]. Rio de Janeiro: Fundação Roberto marinho, 2013.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **Avaliação da educação básica e ação normativa federal**. Cad. Pesquisas. vol.34 no.123 São Paulo Sept./Dec. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300008 Acesso em 22/04/2020

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil de 1990:subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril de 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/04/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Telecurso de 2º grau já iniciado em dois canais**. São Paulo, 17 de janeiro de 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. **TCU vê irregularidades em cursos da Força Sindical**. São Paulo, 10 de junho de 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33423.shtml> Acesso em 22/09/2020

FORBES. **Real time billionaires**. Disponível em <https://www.forbes.com/real-time-billionaires/#75a1552e3d78> Acesso em 12/04/2020.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8.Ed. São Paulo: Ática, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol 3. 3. Ed. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 15. Ed. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

IASI, Mauro. **A pequena política, a grande política e a nossa ambição**. Blog da Boitempo. São Paulo, 30/08/2019. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2019/08/30/a-pequena-politica-a-grande-politica-e-a-nossa-ambicao/> acesso em 21/09/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade**. Disponível em <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acesso em 15/04/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS (INEP). **Histórico SAEB**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/historico> Acesso em 28/05/2020.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

KURZ, Robert. **A Ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global**. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>. Acesso em 13/01/2020.

KURZ, Robert. **A crise do valor de troca**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIBONATI, André; GARCIA, Débora (orgs.). **Canal Futura: 20 anos de conexões e reinvenções**. Ilheus: UESC, 2019.

MACEDO, Luiz Antônio Souza Lima de. **As possibilidades atuais da teleducação no Brasil**. In: Seminário Nacional Teleducação na Formação Profissional. p. 37-54. Brasília: CENAFOR, 1978.

MACHADO, Romero. **Afundaç o Roberto Marinho**. 3. Ed. Porto Alegre: Tchê, 1988.

MAGALHÃES, Ramon Mendes da Costa. **O processo histórico de construção do currículo mínimo de educação física do Estado do Rio de Janeiro:** da elaboração à implementação. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2019.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. **A presença americana na educação superior brasileira:** uma abordagem histórica da articulação entre a Fundação Rockefeller e estruturas acadêmicas de São Paulo. Thesis, São Paulo, ano I, vol 3, p. 54-77, 2005. Disponível em http://www.cantareira.br/thesis2/ed_3/3_gabriela.pdf. Acesso em 06/06/2020.

MARX, Karl. **Para a questão judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, Adriana. **Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico.** In. NEVES, LUCIA (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Projeto Minerva.** Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/programas/projeto-minerva/> Acesso em 17/06/2020.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital.** 2. Ed. Ver e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, João Flavio de Castro. **Os telecursos da Rede Globo:** a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998). Dissertação (Mestrado em história). Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2006.

MOTTA, Marly. **Pacote de Abril.** CPDOC (Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril> Acesso em 1/11/2020.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **A Nova Pedagogia da Hegemonia:** Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.** São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda, 1988.

O GLOBO. **Lançado o Telecurso da Fundação Roberto Marinho**. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1978.

O GLOBO. **Um terço da população nos grandes centros vê o Telecurso**. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1978.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista** – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2º grau**: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1978-1981. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2011.

OLIVEIRA, Wellington. **No ar o Telecurso 2º grau**: ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo durante a ditadura militar (1978-1981). Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n.1, jan-jul, p.393-418, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Certificação de Competências Profissionais** – Análise qualitativa do trabalho, avaliação e certificação de competências – Referenciais metodológicos. Reedição. Brasília: 2002

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Competências e empregabilidade**. Disponível em https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS_650795/lang--pt/index.htm. Acesso em 23/05/2020.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações**: origem e evolução histórica. Revista de informação legislativa, v. 35, n. 140, p. 41-48, out./dez. 1998. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/415/r140-04.pdf?sequence=4&isAllowed=y> Acesso em 06/06/2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 16/1999**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf Acesso em 25/05/2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 40/2004**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer402004.pdf Acesso em 25/05/2020

PERRENOUD, Phillipe. **10 Novas Competências para Ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAMOS, Marise. **Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMANO, Rogério Tadeu. **Fundação pública de direito privado**. Conjur, 2015. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/45468/fundacao-publica-de-direito-privado#:~:text=No%20direito%20administrativo%20brasileiro%2C%20a,revolve%20para%20o%20Poder%20P%C3%ABlico.&text=As%20funda%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%BAblicas%20de%20Direito,Lei%20para%20a%20sua%20cria%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 10/06/2020.

ROUSSEAU, J.-J. **O contrato social: Princípios do direito político**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SADER, Emir. **Gramsci – Poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SALOMON, Marta. **Tribunal vê desvio e ineficiência no FAT**. Folha de São Paulo, 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1405200012.htm> Acesso em 21/07/2020.

SCALDAFERRO, Maikon Chaider Silva. **Hegel e o fim da história**. Polymatheia. Fortaleza, Vol. V, 2009, nº8, p.211-230.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. In: História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Renata Maldonado da. **A Trajetória do programa Telecurso e o monopólio das Organizações Globo no âmbito do tele-ensino no Brasil**. InterMeio, Campo Grande, v.19, n.38, p.154-179, jul/dez 2013.

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Silvana Aparecida de. **Educação e responsabilidade empresarial: “novas modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional**. Educ. e Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0830108> Acesso em: 10/07/2020.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. São Paulo: É Realizações, 2015.

TIRADENTES, Aparecida de Fátima. **Pedagogia do Mercado**: neoliberalismo, mercado e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

TRAJTENBERG, Marília El-Kaddoun. **Uma constituinte pouco cidadã**: as disputas do empresariado e as tentativas de intervenção dos trabalhadores sobre os direitos políticos dos trabalhadores na constituinte de 1988. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense UFF, Niterói, 2015.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jontiem)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jontiem-1990>. Acesso em 12/04/2020.

UNICEF. **O direito das crianças e dos adolescentes**. Disponível em: www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm . Acesso em 04/03/2018.

XAVIER, Antônio Carlos da R. **Gestão da Qualidade Total nas Escolas**: um novo modelo para a educação. Texto para a discussão. Rio de Janeiro, n.234. SET. 1991. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3257 Acesso em 16/05/2020.

YOKOYAMA, Erika Sayuri. **A Educação de Jovens e Adultos na Fundação Bradesco**. 2010. Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2010/Peja/comunica%C3%A7%C3%A3o_educ%C3%A7%C3%A3o_jovens_adultos_funda%C3%A7%C3%A3o_bradesco_erikasayuriyokoyama_5251.pdf Acesso em 23/09/2020.

ANEXOS

ANEXO 1 - PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DO CHAMADO “CONTRATO PRINCIPAL”, DE 24/07/1962

(Fonte: CALMON apud HERZ, 1997, p.245-250)

Eis aqui um resumo das principais disposições do chamado “Contrato Principal” assinado entre a TV Globo Limitada, Roberto Marinho e Timelife Broadcast Internacional Inc., uma sociedade anônima de Delaware, Estados Unidos:

1- RESPONSABILIDADE DA TV GLOBO

A TV Globo se compromete a adquirir e instalar, para a estação de televisão que está construindo na cidade do Rio de Janeiro a fim de operar o canal 4, o equipamento de transmissão de televisão e completar a construção de um prédio para um estúdio no terreno sito na rua Von Martius, sendo fixado o prazo para término da construção até 1º de julho de 1963, e até 1º de outubro de 1963 para operar a estação comercial de televisão, com transmissão pelo canal 4 do Rio de Janeiro.

Compromete-se, outrossim, a TV Globo a empregar seus melhores esforços para obter do Ministério da Viação e Obras Públicas a concessão para operar o canal 4 do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, cujo concessionário à época era a RÁDIO GLOBO S.A.

A TV Globo se obriga a celebrar um contrato para a construção do edifício da estação em prazo não superior a quinze meses da data do contrato principal, assegurando a TIME, como multa por deixar de concluir a construção naqueles prazos, o pagamento de qualquer quantia equivalente à multa que se tome devida à TV Globo pelo construtor em razão dessa falta.

2- RESPONSABILIDADE DA TIME-LIFE

- a) Prestação das informações técnicas que sejam do seu conhecimento no ramo de televisão
- b) Recebimento e treinamento em suas estações, escritórios e lugares de transmissão de televisão da pessoa ou das pessoas enviadas por TV Globo.
- c) Troca de informações e de dados de direção administrativa ou comercial que possam ser de utilidade.
- d) Assessoramento e consultas de engenharia, como planejamento, construção e operação de estúdios e equipamento.
- e) Orientação para a aquisição de filmes e programas produzidos em território estrangeiro.
- f) *Uma contribuição financeira*

Ficou ajustada a assinatura, na mesma data, de um contrato separado em TV GLOBO e TIME INCORPORATED, de Assistência Técnica.

3- CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DA TIME

TIME promete pagar à TV GLOBO quantia que não exceda a Cr\$220.000.000 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), quantia essa a ser creditada à conta de TIME na sociedade em conta de participação, da qual TV GLOBO participará com todo seu capital.

Embora esse pagamento estivesse condicionado à prévia aquisição e instalação de equipamento, à construção do edifício da estação, ao pagamento da construção à transmissão de televisão comercial pelo canal 4, e ao pagamento de Marinho à TV Globo de pelo menos Cr\$ 120.712.979 (cento e vinte milhões, setecentos e doze mil novecentos e setenta e nove cruzeiros), ficou à critério de TIME fazer a contribuição financeira independentemente do cumprimento daquelas exigências.

4- RESPONSABILIDADE DE ROBERTO MARINHO

Roberto Marinho e sua mulher declaram que subscrevem em dinheiro Cr 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), como contribuição ao capital da TV GLOBO, além das cotas por ele, Marinho, subscritas até aquela data.

Além desse pagamento, MARINHO concordou em efetuar pagamento à TV GLOBO suficientes para a integralização do sue capital ou em troca de mais ações do capital da mesma de modo a proporcionar os fundos de que a TV GLOBO necessita, inclusive para prover Cr\$ 120.742.979 (cento e vinte milhões, setecentos e doze mil novecentos e setenta e nove cruzeiros), a serem aplicados no capital de giro necessário para o funcionamento da TV Globo.

5- DECLARAÇÕES DIVERSAS

- a) Convencionou-se que a contribuição financeira de TIME à sociedade em conta de participação não lhe daria o direito de possuir ações do capital da TV GLOBO, nem de ter qualquer interferência direta ou indireta na administração da TV GLOBO.
- b) Declarou-se que a RÁDIO GLOBO era a titular da licença e da concessão para operar o canal 4 de televisão do Rio de Janeiro.
- c) Declara, outrossim, que a TV Globo adquiriu a MARINHO todos os seus direitos relativos aos contratos de compra de US \$600.000,00 (seiscentos mil dólares) de equipamentos RCA constantes do Anexo ao contrato, bem como que a mesma TV GLOBO adquiriu à RÁDIO GLOBO os direitos referentes aos imóveis também descritos no anexo.
- d) Declaram a TV GLOBO, ROBERTO MARINHO e TIME que a celebração e a execução do contrato não contraria nenhuma disposição de lei, ou de contrato ou instrumento a que sejam vinculados os contratantes.
- e) ROBERTO MARINHO e sua mulher afirmam que são proprietários legais de pelo menos 51% do capital da TV GLOBO.

6- CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO TIME

O pagamento da contribuição financeira de TIME à TV GLOBO é condicionado:

- a) à confirmação por ROBERTO MARINHO e pela TV GLOBO de que são verdadeiras as suas garantias e declarações contratuais;
- b) ao recebimento pela TV GLOBO da concessão para operar o canal 4 do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara;
- c) à posse pelo Sr ROBERTO MARINHO de pelo menos 51% das cotas do capital da TV GLOBO.

- d) Ao recebimento por TIME de um parecer escrito do DR. LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA, advogado da TV GLOBO e de MARINHO, confirmando terem sido cumpridas as condições contratuais;
- e) Ao assentimento do advogado de TIME.

7- PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

TIME terá direito à participação de 30% (trinta por cento) dos lucros líquidos produzidos anualmente pela TV GLOBO, a partir da transmissão comercial de televisão pelo canal 4, entendendo-se por lucro líquido a diferença entre o lucro bruto e as deduções admitidas pela legislação brasileira de imposto de renda. TIME participará igualmente, na mesma proporção, dos prejuízos acaso verificados, embora isso não obrigue TIME ou TV GLOBO a quaisquer contribuições ou pagamentos adicionais à sociedade em conta de participação.

8- INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Todos os balanços da TV GLOBO, até a data do início da transmissão comercial pelo canal 4, Rio de Janeiro, e da sociedade em conta de participação após aquele evento, apresentados à TIME, deverão ser conferidos e aprovados por ERNEST&ERNEST, que, para tanto, terão livre acesso aos livros e arquivos da TV GLOBO.

Além de um balanço a ser entregue a TIME 60 dias após a construção do prédio para o estúdio, aquisição e instalação de equipamentos e a entrega de Cr\$120.742.171 do capital de giro pela e para a TV GLOBO, deverão ser apresentados à TIME, mensalmente, balanços relativos ao mês terminado e a parte do ano civil decorrida, bem como, dentro de 90 dias a contar do encerramento de cada exercício fiscal da TV GLOBO, um balanço relativo ao término do referido exercício e uma conta das entradas e superávit da TV GLOBO, sempre que o desejar, obrigando-se a TV GLOBO a fornecer ao TIME outras informações relativas aos negócios da sociedade em conta de participação.

9- DURAÇÃO DO CONTRATO

O contrato terá duração de 11 (onze) anos e em seguida prorrogar-se-á automaticamente por prazo indeterminado até uma das partes denunciar à outra, por escrito, com pelo menos 6 meses de antecedência da data escolhida para a rescisão.

10- RESCISÃO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO

A) O contrato poderá ser rescindido por TIME se a TV GLOBO ou MARINHO faltarem ao cumprimento das obrigações constantes do presente contrato, ou de quaisquer outros contratos que possam estar em vigor entre as partes ora contratantes ou, ainda, se MARINHO e sua mulher deixarem de possuir 51% (cinquenta e um por cento) das cotas do capital da TV GLOBO.

B) Se, a critério do DR. JOSÉ T. NABUCO (ou no seu impedimento a critério de dois árbitros escolhidos respectivamente pelo TIME e pela TV GLOBO, e se, necessário para resolver um impasse, um desempatador escolhido pelos dois), o Governo do Brasil tomar qualquer medida seriamente adversa a este investimento estrangeiro (não incluindo as modificações nos regulamentos cambiais, a não ser que importem em prejudicar a própria acumulação em cruzeiros), TIME terá direito de rescindir este contrato a qualquer momento após o sexto ano de sua duração mediante aviso escrito à TV GLOBO ou a MARINHO com

seis meses de antecedência. Nessa hipótese, o valor da sociedade em conta de participação será determinado por avaliação feita em data um mês anterior a em que se efetuar a rescisão, e na data da rescisão TV GLOBO pagará ao TIME uma quantia correspondente a 3,75% do valor determinado por essa avaliação. Em cada uma das sete primeiras datas do aniversário desse primeiro pagamento,, a TV GLOBO pagará ao TIME uma quantia equivalente a 3,75% do valor da sociedade em conta de participação determinado por essa avaliação.

C) TIME poderá rescindir o contrato em qualquer ocasião durante o prazo inicial do mesmo, mediante aviso por escrito com seis meses de antecedência. Em tal caso o valor da sociedade em conta de participação será determinado por avaliação feita em data um mês anterior à data em que se efetuar a rescisão e, na data em que se efetuar a rescisão, TV GLOBO entregará a TIME uma nota promissória emitida por TV GLOBO, pagável 10 (dez) anos decorridos da data em que se efetuar a rescisão, à ordem do TIME, no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor em cruzeiros determinado pela referida avaliação, e rendendo juros à taxa que prevalecer no Rio de Janeiro para os empréstimos comerciais. Em tal caso cessará desde a data da rescisão o direito de TIME aos lucros de conta de participação.

11- RESCISÃO APÓS O PERÍODO INICIAL DE 11 ANOS

A qualquer momento após o término de 11 anos contados a partir da data do contrato, pode o mesmo ser rescindido por qualquer das partes contratantes mediante aviso escrito a cada uma das partes com seis meses de antecedência.

No caso de rescisão por aviso dado por MARINHO ou TV GLOBO o valor da sociedade em conta de participação será determinado por avaliação feita em data um mês anterior à data em que se efetuar a rescisão, e na data da rescisão a TV GLOBO pagará à TIME uma quantia correspondente a 30% do valor determinado pela referida avaliação. No caso de rescisão por aviso dado pelo TIME, os pagamentos serão feitos em 8 parcelas anuais de 3,75%.

12- AVALIAÇÕES

Todas as avaliações previstas serão feitas por PRICE WATERHOUSE, PEAT &Co. DO BRASIL, ou se estes se recusarem, por outros peritos avaliadores escolhidos de comum acordo pelas partes contratantes.

13- DIREITOS DE CONVERTER PAGAMENTOS DA RESCISÃO

A qualquer momento após o aviso de rescisão, e antes do pagamento integral das quantias devidas a TIME, TIME poderá, se preferir, transferir seu crédito a um ou mais brasileiros natos, cujos nomes forem aprovados por MARINHO (aprovação essa que não poderá ser negada arbitrariamente), e a TV GLOBO dará a esses indivíduos o direito de converter o seu crédito em 30% do capital da TV GLOBO. Se essa conversão ocorrer após o pagamento parcial da quantia devida ao TIME, o crédito será conversível em um número de ações equivalentes a tantos um-oitavo de 30% quantos não tiverem sido pagos.

Se a TV GLOBO se transformar em sociedade anônima, os direitos conferidos por esse contrato subsistirão e serão adaptados à natureza própria das sociedades anônimas.

14- LIQUIDAÇÃO

A TV GLOBO não poderá voluntariamente liquidar ou dissolver ou dispor da referida estação sem prévio consentimento, por escrito, de TIME. No caso de qualquer liquidação ou disposição involuntária, ou no caso de qualquer condenação ou desapropriação da mesma

estação de televisão, o TIME terá direito a 30% da quantia recebida pela TV GLOBO nessa ocasião, quantia essa que será devida imediatamente quando do recebimento da mesma pela TV GLOBO.

15- CESSÃO

Este contrato poderá ser cedido pelo TIME a TIME INCORPORATED, uma sociedade anônima de Nova York, ou qualquer organização comercial, da qual mais de 50% das ações com direito a voto pertençam direta ou indiretamente a TIME INCORPORATED.

16- ENDEREÇOS

- a) Para entrega de correspondência em mão ao TIME:
TIMELIFE – Rua São José, 90, sala 804 – Rio de Janeiro, Brasil.
Para TIME, New York, Vice-President Broadcasting
- b) Para remessa de telegrama ou correspondência aérea ao TIME:
Vice-President Broadcasting – TIME INCORPORATED – Time &Life
Building – Rockefeller Center – New York, 20 – N.Y. – USA

ANEXO 2 – Contrato de Assistência Técnica

Fonte: Calmon apud Herz, 1997, p.253-257)

“Contrato de assistência técnica datado de 24 de julho de 1962, que entre si fazem Time Incorporated, sociedade anônima do Estado de Nova York (doravante denominada Time) e a TV Globo Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada brasileira (doravante denominada TV Globo).

Considerando que a TV Globo se propõe a obter a licença e concessão para operar o canal 4 de televisão no Rio de Janeiro e está construindo uma estação de televisão para operar tal canal; e

Considerando que Time (através de subsidiárias) opera diversas estações de rádio e televisão nos Estados Unidos e em outras partes, e através de sua longa experiência adquiriu considerável experiência técnica, artística e comercial no campo das operações de televisão comercial; e

Considerando que Time-Life Broadcast Internacional Inc., afiliada de Time, e a TV Globo, em conjunto com o Dr. Roberto Marinho, assinaram um contrato nesta data (doravante denominado Contrato Principal); e

Considerando que a TV Globo deseja se beneficiar da experiência e da orientação e assistência técnica do Time, a fim de aperfeiçoar a construção e operação de sua estação de televisão e reconhecendo a importância e utilidade dessa estação, Time está disposto a prestar tais serviços à TV Globo mediante termos e condições adiante estabelecidos;

As partes contratantes têm entre si justo e contratado o seguinte:

- 1- *Assistência Técnica* – Durante o prazo deste contrato de assistência técnica, Time fornecerá, de acordo com as especificações constantes do mesmo, a seguinte assistência:
 - a) Time dará assistência no campo da técnica administrativa, fornecendo informações e por outros modos prestando assistência relacionada com a moderna administração de empresas e novas técnicas e processos modernos relacionados com a programação, noticiário e atividades de interesse público, vendas, promoção e publicidade, atividades e controle financeiros, orçamentários e contábeis, orientação de engenharia e técnica, assistência na determinação das especificações do prédio e do equipamento, assistência na determinação do número e das responsabilidades adequadas do pessoal a ser empregado pela TV Globo, e, em geral, orientação e assistência com relação aos aspectos comercial, técnico e administrativo da construção e operação de uma estação de Televisão comercial. Com referência a essa assistência Time enviará à TV Globo no Rio de Janeiro na capacidade de consultor, pelo prazo que a TV Globo desejar, uma pessoa com as habilitações equivalentes às de um Gerente-Geral de uma estação de televisão. Além disso, Time fornecerá à estação de televisão. Além disso, Time fornecerá à estação durante a vigência deste contrato de assistência técnica, uma pessoa com experiência nos campos da contabilidade e finanças. A referida pessoa trabalhará para a estação em regime de tempo integral, sob as ordens do Diretor-Geral e da diretoria, com o título de Assistente do Diretor Geral e responsabilidade específica nos campos de contabilidade e finanças.
 - b) Time treinará, nas especialidades necessárias para a operação de televisão comercial, o número de pessoas que a TV Globo desejar. Esse treinamento terá lugar nas diversas estações de televisão do Time, bem como nos escritórios do Time, em Nova York.
 - c) Na medida que a TV Globo solicitar, Time treinará o pessoal da TV Globo nas instalações da TV Globo no Rio de Janeiro. Para esse fim, Time enviará ao Rio de Janeiro, pelos prazos que a TV Globo solicitar, pessoas com os necessários atributos para conduzir esse treinamento. Fica entendido, naturalmente, que Time necessitará de um aviso com antecedência razoável com relação ao pedido da TV Globo, para providenciar que esse pessoal do Time seja liberado das suas responsabilidades nos Estados Unidos.

d) Sempre que necessário, Time orientará e assistirá a TV Globo com referência à obtenção de material de programa de televisão em Nova York e com referência às negociações com protagonistas e atores. Essa orientação relacionar-se-á com os aspectos financeiros de tal obtenção e negociações, bem como o valor artístico das mesmas.

Em casos especiais, Time assistirá a TV Globo com referência à venda de anúncios, visitando em Nova York os representantes de anunciantes em potencial. Se Time, futuramente, vier a funcionar como representante de vendas de anúncios para estações transmissoras que não sejam americanas, a TV Globo, durante a vigência desse contrato de assistência técnica, terá a oportunidade exclusiva de contratar os serviços do Time nesse sentido, mediante remuneração determinada de comum acordo com relação às cidades em que a TV Globo operar em associação com Time, e este se compromete a oferecer à TV Globo planos de remuneração pelo menos tão favoráveis quanto os oferecidos a qualquer outra empresa transmissora comparável à TV Globo, enquanto este contrato de Assistência técnica permanecer em vigor.

2- *Remuneração* – Como remuneração dos serviços acima relacionados, a TV Globo pagará ao Time a seguinte quantia:

a) Pelos serviços previstos no parágrafo 1 (A), a TV Globo pagará às pessoas com as habilitações equivalentes às de um Gerente-Geral e ao Assistente do Diretor-Geral da TV Globo, respectivamente, salários em cruzeiros, durante os períodos em que estiverem vinculados à TV Globo, nos respectivos níveis de salários vigentes à época, no Rio de Janeiro, para pessoas com mesmas habilitações. A TV Globo não pagará outra remuneração específica pelos serviços previstos no parágrafo 1 (A), tendo Time concordado em assumir todos os outros custos incorridos no fornecimento desse pessoal (isto é, salários extras, benefícios de empregados, ajudas de custo para viagem e moradia, despesas com nova instalação e mudanças etc.).

b) Pelos serviços previstos no parágrafo 1 (B), a TV Globo pagará os salários e despesas (inclusive passagem e manutenção) do pessoal da TV Globo em questão. Entretanto, a TV Globo não pagará ao Time qualquer remuneração específica pelo pessoal e instalações que o Time oferecer para efetuar tais serviços. Se, a pedido da TV Globo, o Time efetuar quaisquer despesas por conta da TV Globo, a TV Globo, naturalmente, reembolsará o Time na moeda dispendida.

c) Pelos serviços previstos no parágrafo 1 (B), a TV Globo reembolsará Time da quantia e na mesma moeda dispendida com o transporte e outros gastos do pessoal necessário, do lugar de origem ao Rio de Janeiro e retorno, do custo de manutenção desse pessoal durante o período em que estiver vinculado à TV Globo no Rio de Janeiro. Além disso, a TV Globo pagará ao Time, em dólares americanos, uma quantia equivalente a 150% do salário direto do referido pessoal durante o período em que o mesmo não estiver à disposição do Time em virtude das necessidades da TV Globo, a título de reembolso desses salários e dos custos relacionados com os planos de seguro e pensão de empregados, taxas sobre a folha de pagamento e itens correlatos.

d) Pelos serviços previstos no parágrafo 1 (D) e 1 (E), a TV Globo não pagará qualquer remuneração específica ao Time, com exceção do que for convencionado com referência à atividade do Time como representante de Vendas de Anúncios para TV Globo conforme o disposto no parágrafo 1 (E).

e) Além dos pagamentos previstos nos parágrafos 2 (A) e (C) inclusive, a TV Globo pagará ao Time, a título de reembolso das despesas não cobertas pelas remunerações específicas descritas acima, e como remuneração pelos serviços previstos nesse contrato, uma remuneração em cruzeiros equivalente a 3% das receitas brutas da TV Globo (após a dedução de quaisquer comissões pagáveis à agências de propaganda ou corretores individuais a título de vendas de anúncios transmitidos pela TV Globo) durante um período de 10 anos a começar na data em

que a TV Globo iniciar as suas transmissões comerciais pelo canal 4, Rio de Janeiro. No cômputo dessas receitas brutas não será incluído o valor dos anúncios transmitidos pela TV Globo para O Globo S.A., em troca da publicação ou transmissão recíproca de anúncios em benefício da TV Globo. Após o primeiro ano de sua operação comercial, no caso de quaisquer outros serviços prestados ou bens permutados pela TV Globo por compensação que não seja dinheiro, essa compensação será incluída nas citadas receitas brutas pelo valor que prevalecer para os bens entregues pela TV Globo, na medida em que a referida compensação exceder, em qualquer exercício fiscal de 10% das citadas receitas brutas no exercício em questão.

3- *Prazo e forma de pagamento* – os salários em cruzeiros previstos no parágrafo 2 (A) serão pagos de acordo com o costume que prevalecer à época, no Rio de Janeiro. Os reembolsos e pagamentos previstos nos parágrafos 2 (B) e 2 (C) serão faturados pelo Time à TV Globo mensalmente, e serão pagos na moeda adequada dentro de 15 dias do recebimento das respectivas faturas. Qualquer remuneração que possa ser acordada conforme o disposto no parágrafo 1 (E) será paga na maneira estabelecida por ocasião de tal acordo. A remuneração em cruzeiros prevista no parágrafo 2 (E) será paga, tentativamente, nos prazos estabelecidos pelo Contrato Principal para a distribuição preliminar nos lucros e será finalmente ajustada em relação a cada exercício financeiro, à época e na forma estabelecidas no Contrato Principal para a determinação e distribuição final do lucro anual. Todas as quantias pagáveis ao Time em cruzeiros, por força desse contrato, serão depositadas, quando devidas, na conta do Time em um banco no Rio de Janeiro designado pelo Time. Todas as quantias pagáveis ao Time, em dólares americanos, por força deste contrato, serão creditadas quando devidas na conta do Time em um banco em Nova York designado pelo Time.

4- *Informações financeiras* – Dentro de 90 dias após o término de cada exercício financeiro da TV Globo, com relação ao qual sejam devidos pagamentos ao Time por força desse contrato, a TV Globo entregará ao Time um certificado preparado pela firma Ernest & Ernest do Brasil por conta da Sociedade em conta de participação estabelecida no Contrato Principal comprovando a quantia devida ao Time nos termos do parágrafo 2(E) a título de renda bruta da TV Globo durante o respectivo exercício financeiro. Dentro de 90 dias após o término de cada exercício financeiro do Time em relação ao qual Time tenha faturado a TV Globo por qualquer quantia objeto desse contrato, o Time entregará a TV Globo um certificado preparado por conta do Time por Ernst & Ernst, comprovando a quantia devida ao Time pela TV Globo.

5- *Duração* – Este Contrato de Assistência Técnica permanecerá em vigor a partir desta data até uma data 10 (dez) anos após a data em que a TV Globo começar a transmissão comercial pela canal 4 do Rio de Janeiro, e em seguida será automaticamente prorrogado por prazo indeterminado até que uma das partes faça à outra notificação escrita da rescisão, com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência da data escolhida para a rescisão, exceto que:

- a) Time poderá terminar este contrato de Assistência Técnica se Time-Life Broadcast Internacional Inc. não for obrigado, de acordo com o parágrafo 2 do Contrato Principal a fazer o pagamento à TV Globo conforme o disposto no mesmo;
- b) Time poderá terminar este Contrato de Assistência Técnica se time-Life Broadcast Internacional Inc., terminar o Contrato Principal pelas razões previstas no parágrafo 13 (A) do mesmo; e
- c) TV Globo poderá terminar este Contrato de Assistência Técnica se o Contrato Principal terminar.

6- *Transferência* – Este contrato poderá ser transferido por Time a qualquer organização comercial em que mais de 50% de suas ações com direito a voto pertençam a Time, direta ou indiretamente. Este contrato não poderá ser transferido de outro modo.

7- *Vias do presente contrato* – As partes contratantes assinam o presente em diversas vias de igual valor, em português como no inglês. O texto português terá o mesmo valor do texto inglês na determinação da intenção e do acordo das partes.

ANEXO 3 – Editorial d'O Globo de 1984 (Roberto Marinho)

Fonte: TOLOTI, Rodrigo. **Relembre o editorial de Roberto Marinho apoiando a ditadura e a retratação da Globo em 2013**. Infomoney, 29/08/2018. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/politica/relembre-o-editorial-de-roberto-marinho-apoiando-a-ditadura-e-a-retratacao-da-globo-em-2013/> Acesso em 1/11/2020.

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das Instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes e nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente.

Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitado em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários.

O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia, e progresso econômico e social do País. Em 1964, teria de unir-se aos companheiros jornalistas de jornadas anteriores, aos ‘tenentes e bacharéis’ que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, aos quais sob a pressão de grandes marchas populares, mudando o curso de nossa história.

Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação de nossa economia, que se encerrou em 1977. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10 %. Assinale-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96 % para 12,6 % ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares. Na era do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros, impondo-nos, uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjunção de fatores que violaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário. Nas respostas que a sociedade e o governo brasileiros deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar das dificuldades, reduzir de 80 % para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões para 45 milhões, 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma

população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares.

O Presidente Castello Branco, em seu discurso e posse, anunciou que a Revolução visava “à arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política”. Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas-corpus. Cessava a competência do Presidente para decretar o fechamento do Congresso e a intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais. Perdia o Executivo as atribuições de suspender os direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.1 (Comissão Geral de Inquéritos) e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões e que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

Enquanto vários líderes opositores pretenderam considerar aquelas medidas fundamentais como ‘meros paliativos’, o então Deputado Tancredo Neves, líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental? Foi além do esperado”.

Ao assumir o Governo, o Presidente Figueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas para Governadores dos Estados, a colaboração federal com os novos Governos opositores na defesa dos interesses maiores da coletividade, são demonstrações de que o presidente não falou em vão.

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto-limitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964

Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios éticos, nem afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final”.